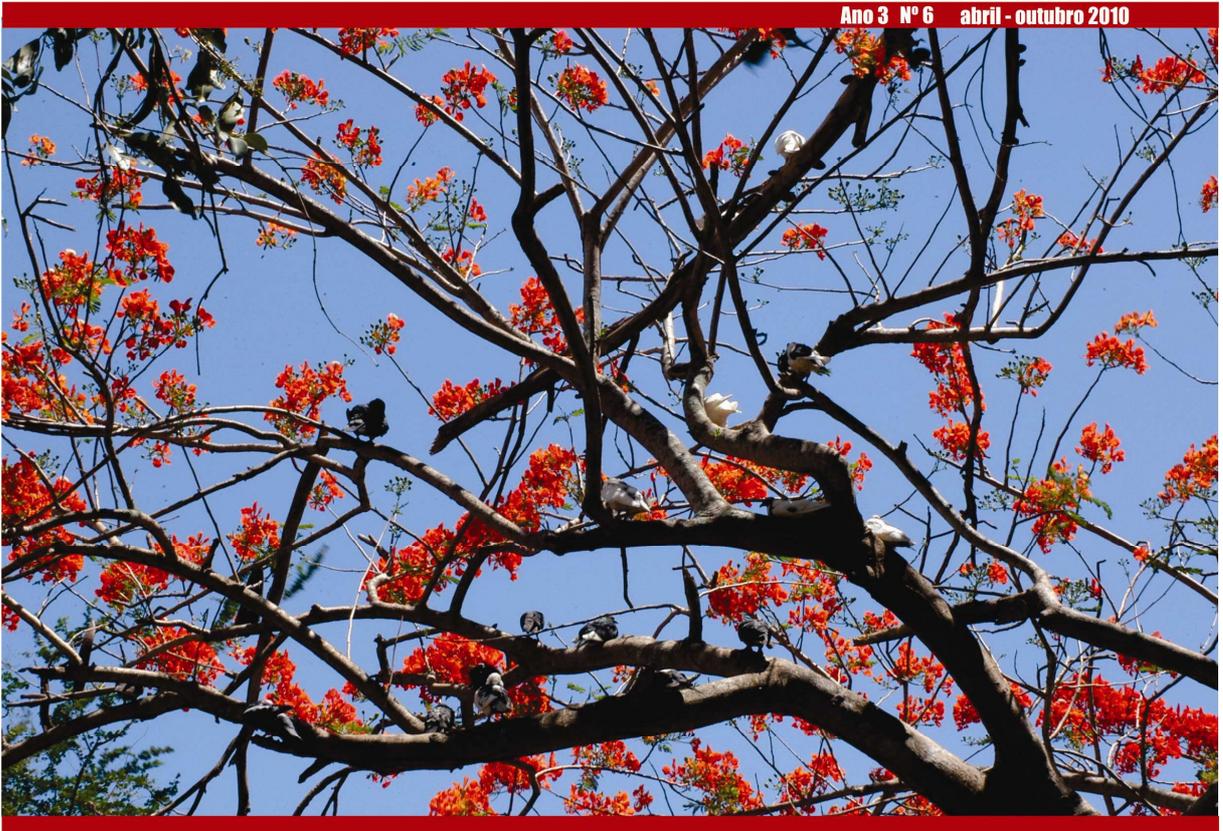


ISSN: 1982-193X

# Ponta de Lança

REVISTA DE HISTÓRIA, MEMÓRIA & CULTURA

Ano 3 Nº 6 abril - outubro 2010



Universidade Federal de Sergipe

**HPnet**  
Grupo de Pesquisa História  
Popular do Nordeste

A **Revista Eletrônica Ponta de Lança** é uma publicação do Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste do Departamento de História e do Mestrado em Letras da Universidade Federal de Sergipe. Sua proposta é constituir-se em veículo interdisciplinar voltado para o debate sobre História, Memória e Cultura, com ênfase na História do nordeste, compreendida tanto no seu aspecto diacrônico (esfera da história tradicional) quanto no seu aspecto sincrônico (onde a história é uma história do tempo presente).

**Endereço para Correspondência:** Universidade Federal de Sergipe Centro de Educação e Ciências Humanas Departamento de História Cidade Universitária “Prof. José Aloísio de Campos” Av. Marechal Rondon, s/n – Rosa Elze – São Cristóvão/Sergipe CEP: 49.100-000 Telefone: (79) 2105-6740 e-mail: [hpopnet@uol.com.br](mailto:hpopnet@uol.com.br)

**Fotografia da Capa:** Primavera - Foto Jairo Andrade

**Revisão Técnica dos abstracts:** Prof. Dr. Samuel Cohn (Texas A&M University/USA)

**Revisora:** Profa. Dra. Lêda Pires Corrêa

#### **CONSELHO EDITORIAL**

Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá (DHI/UFS) – Editor

Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos (DFL/UFS)

Prof. Dr. Marcos Silva (DHI/UFS)

Prof. Dr. Hamilcar Silveira Dantas Junior (DEF/UFS)

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Lêda Pires Corrêa (DLEV/UFS)

#### **CONSELHO CONSULTIVO**

Prof. Dra. Ana Pratesi (Universidad Nacional de Misiones – Argentina)

Prof. Dr. Berthold Zilly (Universidade de Berlim/Alemanha)

Prof. Dr. Francesco Lazzari (Universidade de Trieste/Itália)

Prof. Dr. Jorge Nóvoa (Universidade Federal da Bahia)

Prof. Dr. Luiz Bernardo Pericás (Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos/SP).

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Miriam Rossini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. Samuel Cohn (Texas A&M University/USA)

Prof. Dr. Victor Melo (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Vanessa Maria Brasil (Universidade de Brasília)

Prof. Mestre Victor Leonardi (Professor Aposentado da Universidade de Brasília)

Prof. Dr. Erivaldo Fagundes Neves (Universidade Estadual de Feira de Santana-BA)

Prof. Dr. Héctor Domínguez-Ruvalcaba (University of Texas/Austin)

#### **FICHA CATALOGRÁFICA**

Ponta de Lança: história, memória & cultura [recurso eletrônico] / Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste. - Vol. 3, n. 6 (abr. 2010 – out. 2010) – São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste, 2007–

Semestral

1. História cultural. 2. História da memória. 3. Brasil – Nordeste.

I. Título.

CDU 930.85(812/813) (05)

*Proibida a reprodução total ou parcial de qualquer artigo sem a prévia autorização do Editor. Todos os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre seu conteúdo à revista.*

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	5
<b>ARTIGOS</b>	
<b>EL LUGAR DE LOS TESTIMONIOS ORALES EN LA RECONSTRUCCIÓN DE LA HISTORIA DE LA DICTADURA CÍVICO-MILITAR EN MISIONES (1976-1983) Y EN LOS PROCESOS JURÍDICOS A SUS RESPONSABLES</b> .....	8
<i>Emilia Yolanda Urquiiza</i>	
<b>TECELÕES DE HISTÓRIAS: TRABALHADORES TÊXTEIS E A GREVE DE 23 DIAS</b> .....	24
<i>Telma Bessa Sales</i>	
<b>POEMA DE MIO CID E A VIDA DE SANTO DOMINGO DE SILOS: UM ESTUDO COMPARATIVO A PARTIR DE DOIS TEXTOS DO SÉCULO XIII</b> .....	39
<i>Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva e Bruno Gonçalves Alvaro</i>	
<b>O SER-TÃO NO ROMANCE GALILÉIA</b> .....	53
<i>Maria Cândida Santos e Moura</i>	
<b>A IRONIA NO MEMORIALISMO E NA CENA CONTEMPORÂNEA DE SOB O PESO DAS SOMBRAS DE FRANCISCO J. C. DANTAS: ASPECTOS DO COTIDIANO E DO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO</b> .....	69
<i>Maria Luzia Oliveira Andrade</i>	
<b>OS CENTROS HISTÓRICOS DE SÃO CRISTÓVÃO E LARANJEIRAS SOB A ÓTICA DO PLANEJAMENTO DO TURISMO EM SERGIPE</b> .....	87
<i>Cristiane Alcântara de Jesus Santos e Antonio Carlos Campos</i>	
<b>COMUNICAÇÃO DE PESQUISA</b>	
<b>A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO CONTO “MARIA, FILHA DE MARIA” DE ANTÔNIO CARLOS VIANA</b> .....	106
<i>Gisélia Mendes da Silva</i>	
<b>RESENHAS</b>	
<b>EUCLIDES DA CUNHA E A BAHIA</b> .....	118
<i>Thiago Fragata</i>	
<b>LAMPIÃO NA MEMÓRIA COLETIVA DE PAULO AFONSO - BA</b> .....	122
<i>Aaron Sena Cerqueira Reis</i>	
<b>PRATICANDO O MICROCRÉDITO NO NORDESTE DO BRASIL</b> .....	126
<i>Martin Hadsell do Nascimento</i>	



## APRESENTAÇÃO

A primavera, emoldurada na bela fotografia de Jairo Andrade, brinda o lançamento do sexto número da *Revista Eletrônica Ponta de Lança*, que mantém o fecundo diálogo interdisciplinar entre a história, memória e cultura com a colaboração dos autores de diferentes instituições de pesquisa e de ensino superior do Brasil e do exterior.

Os dois primeiros artigos estabelecem instigantes reflexões sobre diálogo entre história e memória, com ênfase no problema das fontes orais. O debate atualíssimo sobre a memória das ditaduras militares do Cone Sul é abordado pelo artigo de Emilia Yolanda Urquiza, da Universidade Nacional de Misiones, da Argentina, focando, de forma criteriosa, o registro dos testemunhos e a construção das fontes orais nos marcos dos “Juicios por La verdad”, realizados na Província argentina de Misiones a partir do ano de 2004. O texto constrói um rico panorama sobre a discussão teórico-metodológica sobre as fontes orais, com ênfase no trabalho das memórias judicializadas dos desaparecidos políticos da última ditadura militar argentina.

Já o texto de Telma Bessa Sales, da Universidade Federal do Ceará, desenvolve uma reflexão sobre as experiências dos trabalhadores em seu próprio fazer-se histórico, expressando suas subjetividades e visões de mundo a partir da metodologia da história oral. Para tanto, a autora analisa as experiências e memórias de trabalhadores da indústria têxtil no Ceará, especificamente, na fábrica Finobrasa, grupo Vicunha, no momento da greve de 1988.

Um segundo bloco de artigos enfatiza o diálogo entre literatura e história. Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva e Bruno Gonçalves Alvaro se debruçam sobre o poema de Mío Cid e a vida de Santo Domingo de Silos, a partir do estudo comparativo, demonstrando que as personagens *Jheronimo* e *Domingo* são mais do que reflexos da realidade social e sintetizam os ideais de vida clerical. Enquanto o primeiro encarna o clérigo que combate o mal e o inimigo com a palavra e a força, ligado à tradição ibérica da participação dos clérigos e seus séquitos ao lado dos reis nas batalhas, o segundo encarna os novos ideais da Igreja Papal, marcados pela valorização da pregação e do exemplo.

As outras colaborações provêm do curso de graduação e pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe. Maria Cândida Santos e Moura analisa a noção de sertão presente no romance *Galiléia*, com o objetivo de compreender o diálogo entre literatura e memória a partir do choque entre tradição e modernidade, entre nação e globalização. Sua proposta versa sobre o sertão globalizado, para além do regionalismo literário, em que as práticas rememorativas no romance proporcionam ao leitor a sensação de não pertencimento dos indivíduos e a conseqüente desterritorialização do próprio sertão. Também discutindo as complexas relações entre literatura e memória, Maria Luzia Oliveira Andrade analisa como a ironia estrutura a narrativa do romance *Sob o peso das sombras* (2004), de Francisco José Costa Dantas, impulsionando o personagem-narrador da trama a estabelecer uma sátira às instituições brasileiras, em especial a universidade e prática intelectual nela configurada.

Já o último artigo versa sobre o turismo sob o olhar do geógrafo, em que os autores buscam analisar o uso turístico e o patrimônio cultural das cidades de São Cristóvão e Laranjeiras,

localizadas no estado de Sergipe, com objetivo de pensar como os processos de patrimonialização e turistificação podem colaborar para a reflexão de políticas públicas que possam favorecer a redefinição do planejamento urbano das cidades com vistas à melhoria das condições de vida da própria população, marcadas pelos quadros de atraso e deficiência.

Na seção Comunicações, Gisélia Mendes da Silva, oferece os primeiros resultados de sua pesquisa no Núcleo de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe, em que a mestranda objetiva, a partir dos estudos de gênero, estudar a representação feminina no conto “Maria, filha de Maria”, do livro *Cine Privê*, de Antonio Carlos Viana. Nesse texto, a autora reafirma a necessidade do diálogo entre literatura e ciências sociais para a análise de textos literários, mesmo que preservando o lugar específico de cada uma das disciplinas nessa arquitetura dinâmica elaborada entre arte e vida.

Na seção de resenhas, o primeiro texto analisa o livro sobre a trajetória de Euclides da Cunha na Bahia escrito por Oleone Coelho, marcado pela solidez na pesquisa documental, mas que peca por certo viés de defesa da baianidade de Euclides da Cunha. Thiago Fragata afirma que o autor revela-se um euclidianista comedido, revisando pontos críticos da sua maior obra. Já a segunda resenha aborda o livro *Lampião acesos*, de Marcos Edilson de Araújo Clemente sobre a presença do cangaço na memória coletiva da região de Paulo Afonso, na Bahia, a partir da Associação Folclórica e Comunitária Cangaceiros de Paulo Afonso (Bahia). Para o autor, o livro revela que, de modo geral, o cangaço é visto como movimento politizador, capaz de representar bandeira de lutas contemporâneas e que a figura de Lampião é associada não debate sobre a ideia de herói ou bandido, mas à condição histórica que produziu o mito no Nordeste brasileiro. Por último, Martin Hadsell do Nascimento critica o livro organizado por Marcelo Neri sobre o micro-crédito no Nordeste brasileiro, por ele não discutir o microcrédito brasileiro de uma perspectiva global, mas sim desde o ponto de vista quase exclusivamente institucional e sobre uma instituição em particular: o CrediAMIGO do Banco do Nordeste.

Boa leitura!

# ARTIGOS

# EL LUGAR DE LOS TESTIMONIOS ORALES EN LA RECONSTRUCCIÓN DE LA HISTORIA DE LA DICTADURA CÍVICO-MILITAR EN MISIONES (1976-1983) Y EN LOS PROCESOS JURÍDICOS A SUS RESPONSABLES

*Emilia Yolanda Urquiza*

Doctora en Geografía e Historia por la Universidad de Barcelona  
Docente Titular e Investigadora de la Facultad de Humanidades y Ciencias  
Sociales Universidad Nacional de Misiones

## RESUMEN

La comunicación describe el trabajo de registro de testimonios y construcción de fuentes orales en el marco de los Juicios por la Verdad, que se realizaron en la provincia argentina de Misiones a partir del año 2004 con el objetivo de conocer el destino de los desaparecidos durante la última dictadura militar. Estos juicios constituyeron una estrategia impulsada por organizaciones de DDHH y familiares de víctimas, para mantener los reclamos de Memoria, Verdad y Justicia frente a la sanción de las leyes de Punto Final y Obediencia Debida.

El trabajo con memorias judicializadas, plantea una situación novedosa tanto en su fase metodológica como teórica y las fuentes construidas a partir de estos testimonios, no son sustitutivas de las fuentes orales que construimos los historiadores. El artículo describe esta experiencia y formula reflexiones e interrogantes que resultaron de este trabajo.

**Palabras claves:** Historia Reciente – Dictadura - Fuentes Orales.

## ABSTRACT

The paper describes the work of reconstructing the record of the testimony and oral sources in a Truth Commission, which has been taking place in Argentina's Misiones province since 2004 with the goal of understanding the fate of the disappeared during the military dictatorship. These trials were promoted by human rights organizations and relatives of the victims, in the interest of the defense of Memory, Truth and Justice as these apply within the context of the the laws of Punto Final y Obediencia Debida.

Working with these judicial reports, poses a novel challenge methodologically and theoretically, particularly in the contrasts between these sources are the oral sources put together by historians. The Article describes this experience and notes the thoughts and questions that resulted from this work.

**Keywords:** Recent History, Dictatorship, Oral Sources.

*No, el historiador no es un juez. Ni siquiera un juez de instrucción. La historia no es juzgar; es comprender - y hacer comprender.*

Lucien Febvre

El golpe de Estado de 1976 inició la dictadura con mayor contenido de violencia, que se registra hasta el presente en la historia contemporánea de la República Argentina. Marcada por el ejercicio del *Terrorismo de Estado* y la práctica de *Desaparición de personas*, los siete años y medio que transcurrieron entre 1976 y 1983 constituyeron un nudo histórico que marcan un antes y un después en la sociedad, la cultura, la economía y la política argentinas.

Autodenominada *Proceso de Reorganización Nacional*, la dictadura fue un fenómeno histórico caracterizado por el control coactivo de la sociedad que, con recursos e instituciones del propio Estado, montó aparatos represivos legales e ilegales y clandestinos. Esto es, se constituyó en un Estado-genocida, cuyo altísimo nivel de violencia institucional trajo como consecuencia la desarticulación de organizaciones sociales, políticas y gremiales en todas las esferas de la sociedad<sup>1</sup>.

Desde la perspectiva historiográfica, la investigación sobre esta etapa supone atender problemas teórico-metodológicos propios de la historia reciente, tales como: a) la complejidad de una *operación histórica* con tensiones propias de una frontera muy porosa entre memoria e historia; b) la redefinición de categorías conceptuales como **coacción, genocidio, memoria y trauma**; c) la necesidad de imaginar modos de restituir a la Historia, las historias y los *cuerpos desaparecidos*; y, d) las encrucijadas que suponen asumir decisiones con implicancias éticas significativas, por ejemplo, los límites entre el derecho a saber y el derecho de cada uno a mantener en secreto informaciones concernientes a decisiones que adoptaron en situaciones límites.

Además, la construcción del corpus heurístico presenta dificultades particulares que se relacionan con el acceso a los archivos de las Fuerzas Armadas, de los organismos de

---

<sup>1</sup> Los hechos de violencia como formas de acción política registran antecedentes en décadas previas. Su número disminuyó en la primera etapa de la recuperación del sistema democrático (1973) y comenzó a aumentar en forma exponencial con posterioridad a la muerte del Presidente Perón. En este tiempo, hizo su aparición pública la Alianza Anticomunista Argentina (AAA-Triple A) una fuerza parapolicial, liderada por José López Rega, con vínculos con sectores de las fuerzas de seguridad que centró su objetivo en la eliminación física de los adversarios. Por otra parte, durante el gobierno constitucional se habían sancionado normas que dieron marco un legal y facilitaron las acciones represivas de la dictadura.

seguridad y del poder judicial, atendiendo a que en esos lugares se hallan testimonios insustituibles para el conocimiento de esta etapa histórica.

En el caso de la provincia de Misiones, la búsqueda de fuentes documentales se dificulta notablemente por la destrucción deliberada de testimonios. La interdicción, en nuestro espacio, cobra la forma de hechos tan groseramente empíricos como la quema de archivos. En el año 1990 fueron destruidos todos los archivos de la Dirección General de Inteligencia de Misiones, perdiéndose documentación fundamental para la reconstrucción del período de la Dictadura militar. Paradójicamente, esa destrucción fue autorizada por medio de la Ley 2802, ya en la etapa democrática<sup>2</sup>. No accedimos a un inventario de la documentación destruida, no obstante, en el mensaje del poder ejecutivo que acompaña al proyecto, se afirma que la información contenida se refería a los antecedentes personales, políticos, familiares, etc., de más de 60.000 ciudadanos misioneros o residentes en la Provincia.

A expuesto se suman las interdicciones y silencios propios de memorias traumáticas; los motivados por la inseguridad y los miedos, pero también los impuestos por pactos corporativos entre personas que cuentan con información estratégica para conocer itinerarios y destino final de muchas víctimas. Éstos, adquieren particular densidad en provincias pequeñas y *del borde* como Misiones donde los discursos sociales dominantes consideran a la dictadura como un fenómeno *ajeno al espacio local*.

Estos mismos silencios son un obstáculo para avanzar en la determinación precisa del número de víctimas porque, a las razones ya expuestas, debe sumarse el hecho de que la mayoría de los afectados pertenecían a sectores que históricamente vienen sufriendo situaciones estructurales de violencia y saben de su vulnerabilidad ante eventuales represalias por parte de miembros de fuerzas locales que participaron de la represión.

En este contexto, el artículo caracteriza de modo sucinto la etapa de la dictadura en la provincia argentina de Misiones; describe el trabajo de registro de testimonios y construcción de fuentes orales en el marco de los Juicios por la Verdad, que se realizaron a partir del año 2004 con el objetivo de conocer el destino de los desaparecidos durante la última dictadura militar, y da cuenta de un conjunto de proposiciones teóricas y metodológicas que resultan de esa experiencia de trabajo.

---

<sup>2</sup> Cfr. Archivo Parlamentario de la Cámara de Representantes de Misiones: Mensaje del PE, 23 de octubre de 1990, que acompaña el proyecto de ley pertinente. En el período 1989-1991, el Poder Ejecutivo estaba en manos del Partido Peronista y la Cámara de Representantes de la Provincia estaba constituida por 21 legisladores del FREJUPO, 18 de la UCR y 1 de la UCEDE. Nadie se opuso. Archivo de Casa de Gobierno. Boletín Oficial N° 7922- 9/11/1990.

## Notas históricas sobre la dictadura en Misiones

La dictadura cívico-militar que se instaló en Misiones, entre los años 1976-83, tuvo los mismos rasgos de violencia que en otros espacios de la República Argentina. Como parte de la planificación de la represión, las Fuerzas Armadas dividieron geográficamente el país en Zonas; Sub Zonas y Áreas Militares.

Misiones -junto con las Provincias de Corrientes, Entre Ríos, Chaco, Formosa y Santa Fe pertenecía a la **Zona 2**. Esta Zona estaba dividida en cuatro (4) Sub Zonas y Áreas. Estaba dentro de la **Sub Zona 23** y le correspondía el **Área 232**.

Se tienen registradas 61 víctimas, varias de las cuales permanecen desaparecidas, y existen más casos pendientes de corroboración. Además de estas víctimas asesinadas y/o desaparecidas, se registra un número mucho mayor de presos políticos sobrevivientes, que dan testimonios de las más terribles formas de tortura y despojos de bienes materiales que han padecido.

Los perfiles de las víctimas tienen rasgos comunes a los de otras provincias. Eran trabajadores, docentes, estudiantes, militantes sociales y dirigentes agrarios de organizaciones de pequeños productores; el más joven tenía poco más de 16 años y el mayor estaba cerca de los cuarenta. Entre éstas, también deben contarse a exiliados paraguayos perseguidos por el régimen de Stroessner, que utilizaban nuestra provincia como base de sus actividades de resistencia y oposición; favorecidos por la amplitud y laxitud de la frontera con Paraguay. Si bien se cuenta con un registro de datos personales y circunstancias de desaparición-secuestro-detención, de la mayoría de las víctimas, aún se avanzó poco en el proceso de reconocer identidades y proyectos políticos de los actores sociales que el poder dictatorial transformó en víctimas.

Como otra consecuencia de la dictadura, debe considerarse la desestructuración de trayectorias laborales y proyectos de vida de cientos de trabajadores que fueron dejados cesantes en los distintos poderes del Estado y/o en el Sistema Educativo, por la aplicación de leyes de *prescindibilidad* o por *razones de seguridad*.

Se comprobó la existencia de Centros de Detención Clandestina (CCD) que cumplían una función fundamental en la lógica del sistema represivo. También conocidos con el nombre de *campos de concentración*, estos Centros eran lugares a los que se conducían a las personas

secuestradas por los “grupos de tareas” integrados por miembros de las fuerzas armadas y de seguridad. Allí se las mantenían en cautiverio y eran sometidas a terribles formas de tormentos. También a esos lugares eran llevados periódicamente personas detenidas en cárceles legales que eran devueltas a las mismas, al cabo de algún tiempo, exhibiendo las huellas de las torturas.

En el informe de la Comisión Nacional de Desaparición de Personas se registra la existencia, en Misiones, de cinco CCD. Durante el desarrollo de los Juicios por la Verdad, los testimonios expuestos por las víctimas y exploraciones realizadas por la Justicia permitieron comprobar la existencia de un número similar de CCD, que hasta ese momento eran desconocidos; aún quedan otros en etapa de investigación. Algunos de estos Centros funcionaban en terrenos pertenecientes o muy próximos a sedes de fuerzas de seguridad. Otro funcionó en la chacra de un colono y, al menos uno, en un campamento establecido por fuerzas del ejército en la zona rural<sup>3</sup>.

Un largo y cuidadoso trabajo de exploración de las fuentes documentales conservadas en los archivos institucionales, permitió reconstruir la fase de la historia política clásica de la etapa de la dictadura; esto es, sucesiones de funcionarios en los distintos ámbitos de la administración del Estado Provincial, de los distintos municipios y sus obras de gobierno. Todo ello desde la mirada de la historia oficial. Con todo, en esta documentación se registran algunas huellas de mecanismos de coacción tales como la aplicación de leyes de cesantías; reemplazo de funcionarios del poder judicial; intervención de entes descentralizados, sindicatos y partidos políticos.

Por otra parte, a partir de un recorrido global por la nómina de funcionarios podemos vislumbrar una cara menos visible de la dictadura: la participación de la sociedad civil en cargos que -por su jerarquía y responsabilidad- sólo podían ser desempeñados por quienes compartían al menos un núcleo básico de coincidencias con el gobierno militar. Esta constatación es útil tanto para romper la visión simplificadora de esta etapa histórica como para avanzar en la indagación sobre la participación de los poderes estatales y de distintos sectores de la sociedad civil, en acciones de coacción y disciplinamiento social que hicieron viable la dictadura y permitieron, con indiferencia o silencios, las acciones de genocidio. En

---

<sup>3</sup> En cuanto a las huellas materiales de estos lugares, las situaciones son diversas: algunos han sido desmantelados una vez que cumplieron sus funciones; un caso quedó bajo las aguas como resultado de la construcción de la Represa Yacyretá (GEH). Las sedes de fuerzas armadas y de seguridad, que durante la dictadura operaron transitoriamente como CDC, terminada la etapa de represión volvieron a sus funciones institucionales normales; no obstante, algunas han sido reconocidas por las víctimas aún cuando hayan sufrido remodelaciones.

consecuencia, nuestra operación heurística permite establecer que la dictadura de la etapa 1976-1983 en Misiones tuvo un carácter cívico-militar. Asimismo, los mecanismos de represión que se aplicaron en esta etapa contaron con la participación de actores sociales que formaban parte de un universo más amplio, que el constituido por el conjunto de miembros de las fuerzas armadas, e incluía personas que por su formación profesional o sus conocimientos se constituyeron en eslabones necesarios de la cadena que administró la represión. En este sentido, es necesaria una cuidadosa “vigilancia epistemológica”, a fin de evitar que las individualidades emblemáticas que encarnan algunos represores obturen la dimensión colectiva del fenómeno histórico de la dictadura.

### **Políticas de Memoria y Juicios Postdictaduras. ¿Qué pasado? para ¿qué futuro?**

Las formas de abordar los reclamos de las víctimas y las consecuencias de violaciones a los derechos humanos, constituyen un problema común a países de distintas partes del mundo que pasan de regímenes dictatoriales a democráticos. Por esta razón, los modos de hacer frente a los legados de sistemas represivos han pasado a constituir una cuestión relevante tanto en las agendas gubernamentales como en el campo de los estudios políticos contemporáneos.

En el caso de los países europeos, por ejemplo, se distingue una primera fase de verdad y justicia cuya referencia paradigmática fue el Tribunal Militar Internacional de Núremberg, que inició el juzgamiento de los criminales de guerra nazi; posteriormente siguieron juicios en diversos países afectados por el mismo fenómeno. En la década de 1970 países del sur de Europa, tales como Grecia, España y Portugal, también promovieron acciones orientadas a sancionar las fuerzas represoras de las antiguas dictaduras y como un camino para consolidar los sistemas democráticos. A mediados de la década de 1980, procesos históricos similares tuvieron como escenarios países de América Latina y en la década siguiente se ampliaron a países de África y Asia (Barahona de Brito y otras, 2002: 31-33).

Todas las transiciones constituyen procesos complejos en los que intervienen diversos factores: duración de las dictaduras; poder de los sectores vinculados al orden anterior; acuerdos con fuerzas de la oposición; estilo de liderazgos y cultura política; papel de las organizaciones sociales y de Derechos Humanos; papel de la Iglesia y forma de vinculación con el orden autoritario; contexto internacional, etc. Si bien estos procesos comparten como eje sustantivo políticas de verdad y justicia, cada país resuelve estas cuestiones de modo diferente (Roht-Arriaza; Costa Pinto; Aguilar Fernández; Sieder; Wilson; Enríquez; Müller;

2002). En consecuencia, las medidas adoptadas por el Estado en torno a las políticas de verdad y justicia que se vienen realizando en la historia reciente de la Argentina, se inscriben en estos procesos globales de transición política.

De este modo, el Juicio a las tres primeras Juntas Militares de la dictadura constituyó una expresión clara de la decisión del gobierno constitucional de expresar una ruptura con el pasado dictatorial y un gesto simbólico de un nuevo orden fundacional. Los condenados se constituyeron en responsables paradigmáticos del plan sistemático de represión y muerte que devastó la República.

Este hecho, no obstante, no resolvió el problema. Unos mostraron su disconformidad al entender que cerraba la posibilidad de seguir con la tarea de juzgar a los demás responsables de delitos de lesa humanidad. Otros vieron con inquietud la posibilidad de procesamientos que afectaran masivamente a miembros de las fuerzas armadas.

El primer gobierno constitucional postdictadura intentó cerrar esta cuestión a través de las Leyes de Punto Final<sup>4</sup> y de Obediencia Debida<sup>5</sup>. Estas decisiones, interpretadas como una claudicación ética que abría la puerta a la impunidad, fueron resistidas por amplios sectores de la sociedad. Los Indultos decididos por el gobierno siguiente (1989 y 1990), fueron repudiados con manifestaciones masivas.

En este nuevo escenario, las organizaciones de derechos humanos mantuvieron sus esfuerzos para alcanzar la justicia, así surgen los Juicios por la Verdad. Se iniciaron en el año 1998, por iniciativa de la Asamblea Permanente de Derechos Humanos de La Plata que -junto con representantes de Madres y Abuelas de Plaza de Mayo, Familiares de Detenidos y Desaparecidos y otras organizaciones de derechos humanos- realizó una presentación judicial ante la Cámara Federal, para averiguar el destino de los desaparecidos de la dictadura cívico-

---

<sup>4</sup> Efectivamente, la **Ley 23.492**, sancionada el 23 de Diciembre de 1986, determinaba en su artículo primero que: *Se extinguirá la acción penal respecto de toda persona por su presunta participación en cualquier grado, en los delitos del artículo 10 de la Ley N° 23.049, que no estuviere prófugo, o declarado en rebeldía, o que no haya sido ordenada su citación a prestar declaración indagatoria, por tribunal competente, antes de los sesenta días corridos a partir de la fecha de promulgación de la presente ley. En las mismas condiciones se extinguirá la acción penal contra toda persona que hubiere cometido delitos vinculados a la instauración de formas violentas de acción política hasta el 10 de diciembre de 1983.*

<sup>5</sup> La Ley de Obediencia Debida, N° **23.521** sancionada el 4 de Junio de 1987, que determinaba: *Se presume sin admitir prueba en contrario que quienes a la fecha de comisión del hecho revistaban como oficiales jefes, oficiales subalternos, suboficiales y personal de tropa de las Fuerzas Armadas, de seguridad, policiales y penitenciarias, no son punibles por los delitos a que se refiere el artículo 10 punto 1 de la ley N° 23.049 por haber obrado en virtud de obediencia debida. La misma presunción será aplicada a los oficiales superiores que no hubieran revistado como comandante en jefe, jefe de zona, jefe de subzona o jefe de fuerza de seguridad, policial o penitenciaria si no se resuelve judicialmente, antes de los treinta días de promulgación de esta ley, que tuvieron capacidad decisoria o participaron en la elaboración de las órdenes. (Artículo 1°).*

militar e identificar a los responsables de esos crímenes. Si bien no tuvieron la posibilidad de imponer penas, cumplieron una función relevante tanto para mantener los reclamos de justicia en el espacio público como para recoger testimonios que facilitaron el desarrollo de las causas a partir de la derogación de las leyes de impunidad.

Los Juicios por la Verdad, entonces, constituyen la expresión paradigmática de los esfuerzos por sostener los derechos de justicia y verdad de miles de víctimas de la dictadura militar<sup>6</sup>. Asimismo, en tanto se asocian a la necesidad de mantener la Memoria, constituyen un modo de abordar el pasado reciente; en términos de una especialista, los Juicios por la Verdad:

Han generado y continúan generando un enorme avance de la conciencia social y jurídica respecto a la atrocidad de los crímenes cometidos por la dictadura. ... Así, los juicios por la verdad cumplen en la sociedad argentina múltiples funciones: dar a miles de familias satisfacción de su derecho de acceder a la justicia y de conocer el destino de sus seres queridos; promover que el reclamo de justicia sea sostenido por sectores cada vez más amplios, incluso dentro del Poder Judicial; producir prueba respecto a miles de delitos que han quedado impunes. ... El triunfo de la causa de los derechos humanos en nuestro país tendrá mucho que agradecerles<sup>7</sup>.

### **Juicios por la Verdad: el espacio judicial como ámbito de trabajo de l@s historiador@s**

Misiones comenzó tardíamente la búsqueda de verdad y justicia respecto de las víctimas de la dictadura. Los Juicios por la Verdad cobraron impulso a partir de la presentación realizada en el año 2004, por la madre y la hermana de un científico y ex Decano de la Universidad Nacional de Misiones, Ingeniero Alfredo González<sup>8</sup>. Esta causa fue cobrando fuerza y derivó en una especie de estallido de memorias a partir de la cual se conocieron nuevos casos de desapariciones, homicidios, privaciones ilegítimas de libertad y tortura y se abrieron otros expedientes judiciales.

---

<sup>6</sup> Los juicios iniciados en el exterior contra los responsables del genocidio argentino, particularmente la actividad del Juez Baltasar Garzón en España, y los juicios abiertos en Italia, Francia y Alemania, contribuyeron a mantener en la agenda pública estas cuestiones y apoyaron las actividades de las organizaciones DDHH.

<sup>7</sup> Vedio, Marta. Los Juicios por la Verdad, camino a la Justicia. Secretaria Jurídica de la APDH. La Plata. <http://www.abogarte.com.ar/justiciaverdad.htm>.

<sup>8</sup> Alfredo González fue secuestrado la noche del golpe militar -24 de marzo de 1976- y estuvo detenido durante seis meses. Luego de su liberación, prosiguió con sus actividades de docencia e investigación en la Universidad Nacional de Misiones. El 4 de marzo del año 1978 fue nuevamente secuestrado, se registran testimonios de paso al menos por un CCD. Se desconoce su destino final y sus restos aún no fueron hallados.

Frente a un discurso social que, entre el olvido y la complicidad, se empeñaba en repetir “aquí no pasó nada”; los Juicios por la Verdad produjeron una ruptura con esa memoria enajenada para incluir a Misiones en el escenario nacional de ese tiempo de barbarie.

Los testimonios que se expusieron en las sesiones de los Juicios por la Verdad, constituyen fuentes primarias de un valor heurístico relevante. Las audiencias tenían la apariencia de una sesión de trabajo de un historiador construyendo fuentes orales. Los testificantes relataban sus historias; respondían preguntas y con frecuencia eran enfrentados a testimonios, tales como artículos periodísticos, relatos, registros de detenidos, etc., para estimular sus recuerdos.

Han declarado alrededor de un centenar de personas que -salvo excepciones- lo hicieron en condición de víctimas. Las audiencias eran orales y públicas; no obstante, nunca se registró una presencia masiva de público.

El trabajo con los Juicios se inició a partir de una solicitud de colaboración por parte de víctimas y militantes de organizaciones de derechos humanos. En principio pensamos que la tarea se limitaría al aporte de alguna información y documentos; posteriormente, el desafío de realizar una experiencia profesional original trabajando con relatos de víctimas supervivientes, la posibilidad de acceder a documentación de archivos de Fuerzas de Seguridad y, razones éticas que están en la base de nuestra forma de hacer historia, nos decidieron a constituirnos en equipo técnico de apoyo a un conjunto de abogados que representaban a familiares de algunas víctimas.

Aunque al principio debimos conocer códigos y hábitos propios de un espacio de *otros* profesionales y actores sociales, con formas protocolares de relaciones que nos situaban en condición de *forasteras* en ese *lugar*; pronto hicimos del Juzgado y la Fiscalía un ámbito de trabajo tan familiar como el Archivo. La participación en estos Juicios ha sido de particular relevancia para nuestra práctica profesional. Si bien tenemos experiencia en historia oral, la utilización de memorias históricas judicializadas como fuentes, nos puso en una situación novedosa tanto en su fase metodológica como en las cuestiones teóricas involucradas.

Comenzamos a asistir a las audiencias, con el objeto de conformar un universo de informantes para construir fuentes orales. Se decidió grabar los relatos para trazar el perfil de los entrevistados y diseñar las futuras entrevistas. Contamos con alrededor de sesenta horas de grabación, hemos podido filmar algunos testimonios y realizamos transcripciones literales en todos los casos en soporte de papel. Estamos en etapa de pasar a CD y posteriormente trabajar en la edición del material a fin de destinarlos a un archivo de fuentes orales.

El corpus construido en el marco de las audiencias judiciales se compone inicialmente de un triple registro:

- Grabaciones y sus transcripciones literales, de los testimoniantes;
- Transcripciones realizadas por el personal del Juzgado, que eran leídas y firmadas por los Testimoniantes; son las que tienen valor judicial, en tanto son incorporadas a la tramitación de los expedientes que dan lugar a los juicios y que –suponemos- pasarán a formar parte de un futuro archivo;
- Entrevistas realizadas por nosotras –a un conjunto de actores sociales- en forma previa o con posterioridad a la declaración en el ámbito judicial y que constituyen fuentes orales en sentido estricto.

Al finalizar cada audiencia, con las grabaciones en mano volvíamos a explorar archivos, construir redes de hechos y actores sociales; analizar nueva documentación, etc. Nuestros ritmos y rutinas de trabajo se modificaron, transitábamos del archivo al juzgado; buscábamos testigos entre los empleados del cementerio; recorríamos lugares con sobrevivientes para localizar Centros Clandestinos de Detención; transcribíamos cintas.

La necesidad de articular los tiempos judiciales con los tiempos de actividades heurísticas tornó agobiante el ritmo de trabajo. Paralelamente debíamos destinar tiempo a una discusión teórica que diera cuenta de algunos de los problemas sobre la configuración de memorias traumáticas; las formas en que operan los mecanismos de coerción en regímenes autoritarios; los procesos de interpretación y transcripción de testimonios orales, entre otras cuestiones.

El equipo de investigación era reducido, los recursos técnicos escasos y no contábamos con profesionales que brindaran apoyo psicológico a las personas que decidían presentarse a la justicia para aportar sus testimonios. Al respecto, cabe señalar que la instancia de declaración constituye una situación de profunda tensión emotiva, propia de la necesidad de re-vivir experiencias traumáticas. Con frecuencia las personas narraban torturas que habían mantenido en silencio por más de treinta años y, frente a quiebres emotivos posteriores a la declaración, sólo podíamos apelar a experiencias individuales de otros tipos de duelos para acompañar a las víctimas.

La tarea era contra el tiempo. Con frecuencia cuando llegábamos a un testigo éramos recibidas con la pregunta ¿por qué tardaron tanto? De hecho algunas víctimas han muerto antes de la realización de los juicios penales posteriores.

Los relatos de los sobrevivientes y familiares de las víctimas de la dictadura, constituyen un territorio de memoria de una singular riqueza tanto para la construcción de fuentes orales como para reflexionar sobre la misma *operación histórica*<sup>9</sup>.

En el caso de las víctimas, la memoria cobra forma de relato sobre su propia supervivencia y aporta información sobre los procedimientos de persecución; formas de tortura física y psicológica; personas con quienes compartieron algún lugar de detención; funcionamiento de CCD; datos que permiten identificar a responsables de delitos de lesa humanidad, entre otras cosas.

En el caso de las personas que habrían tenido alguna participación en las acciones de represión, por su pertenencia a alguna fuerza de seguridad, relatan historias que no los tienen como protagonistas. Aunque haya indicios de su participación, por ejemplo la firma en un certificado de defunción, se muestran ajenos a esa parte de la historia o bien se reconocen como el eslabón más débil de una cadena de mandos. Un médico que cumplía funciones en la Policía de la Provincia afirmaba:

*Yo creo que como función dentro de la etapa del proceso militar seguí haciendo lo mismo que hacía antes, pero digamos bajo órdenes que en ese momento eran impartidas por la superioridad que estaba bajo el área militar correspondiente a esta zona, que era el área 232. Siempre tuve durante todo ese período a un jefe...*

*... la actividad médica solicitada por parte de la policía estaba todo canalizada a través del servicio operativo de turno, la comisaría o del lugar que correspondía. Pero hay que recordar que no era yo el único médico; porque había un grupo de médicos que éramos estables en la parte de unidad policial y la policía también tenía sus colaboradores médicos, que están en nuestra localidad todavía y que también participaban porque eran médicos de la policía, solamente que la cara visible de sanidad policial éramos nosotros, pero pienso yo que habían otros médicos que también participaban...*<sup>10</sup>

Mientras duran los relatos, jueces e historiadores coincidimos en el acto de escuchar unas memorias; nos internamos en el pasado, aunque buscando cosas diferentes.

Los jueces buscan reunir antecedentes que les permitan incluir los hechos en un código y dilucidar la pena que debe aplicar. Buscan castigar a responsables de hechos concretos. En consecuencia, tratan de que los testigos se ajusten al relato de los sucesos; para que ellos

<sup>9</sup> Seguimos a De Certeau cuando sostiene que "... la operación histórica se refiere a la combinación de un espacio social y de prácticas "científicas"". (DE CERTEAU, 1985:16).

<sup>10</sup> G.R.M. declaración testimonial en Juicios por la Verdad 06/07/2004.

puedan ocuparse de establecer una *verdad judicial*, reconocer víctimas y aplicar justicia; los historiadores, en cambio, buscamos en los testimonios el camino para conocer. Entendiendo que fenómenos como la última dictadura argentina no constituyen un accidente histórico, sino que es necesario situarlos en procesos de más largo tiempo, tratamos de instalar los relatos en una trama argumental que le dé sentido, apelando a mecanismos demostrativos propios del discurso científico. En síntesis, buscamos inscribir hechos singulares en un contexto global y construir una *verdad histórica*.

También es distinta la mirada que jueces e historiadores tienen frente al ¿para qué? el conocimiento de este pasado-presente; porque:

“... el historiador a diferencia del juez no tiene la pretensión de cambiar el curso de la historia, interfiriendo con sus decisiones; el trabajo de este último está siempre limitado por un plazo: está obligado a pronunciarse poniendo fin a la discusión infinita. El historiador, en cambio, ¿no tiene acaso la posibilidad de buscar sin cesar nuevas interpretaciones a un hecho histórico? (GARAPON, 1998: 99).

Un balance inicial de esta experiencia, nos permite afirmar que los Juicios por la Verdad dejaron aportes fundamentales tanto para el juzgamiento de responsables de delitos de lesa humanidad, en razón de que las causas prosiguieron una vez derogadas las leyes de punto final y obediencia debida, como para el conocimiento de la historia reciente de la provincia de Misiones. De hecho, antes que en los ámbitos académicos, la historia reciente comenzó a escribirse en los ámbitos judiciales.

En el apartado siguiente, en forma de sucinto inventario, exponemos la información que resulta del análisis del corpus de testimonios orales y su convergencia con otras fuentes.

✓ Los testimonios orales permitieron reconstruir itinerarios de las personas desde el momento de sus secuestros hasta su ingreso a una prisión legal. También nos permitió situar CCD a los que eran llevados. El cruce de datos de los propios registros oficiales de las Fuerzas de Seguridad con los testimonios registrados en los Juicios por la Verdad, permite reconocer lapsos de tiempo en “blanco” y que coinciden con los relatos que refieren la permanencia de las víctimas en un CCD. Al menos en un caso, también fueron sacados para firmar papeles cediendo sus bienes.

Un testigo declaraba:

... y ahí me pasan para afuera para firmar unos papeles y yo le digo como voy a firmar si yo no veo lo que firmo y ahí me sacaron y ahí firmo. No sabia de que se trataba cuando termino de firmar me sacaron otra vez me subieron al camión y me trajeron a la cárcel (...). Me sacaron los camiones: un 7000, [modelo] 77; un 7000, [modelo] 74; un 350, [modelo] 67; un 25075 una camioneta chevrolet; 5 vehículos y una pérdida de un mercedes casi 0 Km. (...) la cuestión que... desapareció... y (...) una propiedad en Londero de 100 hectáreas con un galpón grande<sup>11</sup>.

- ✓ El relato de la persona que cumplía funciones de sepulturero y el análisis del registro de inhumaciones del cementerio de la ciudad capital, permitió conocer la forma en que operaban las fuerzas armadas con los cuerpos de algunas víctimas asesinadas, y cuya lógica era común a lo que sucedía en otros lugares del país:

*Por lo general venían a la madrugada y los dejaban ahí en el depósito y al otro día traíamos con un carrito, nosotros. Un carrito que ya no existe, se pudo todo, y los traíamos y los largábamos así, sin ataúd ni nada eso. Eso ya fue común cosa de todos los días en esa época; los serenos nos decían “el que trajo la Policía, el que trajo el Ejército” y así. Y dice que le comentaban algunos que eran personas que no eran de acá de la zona, que venían corriendo, que eran de bandas de extremistas. Decían que no eran de acá, que andaban por los montes y que de ahí de los montes ellos los cazaron...*

*[Los cadáveres] Tenían marcas de proyectiles, la mayoría estaban acribillados eso lo recuerdo, después otra cosa no. Por lo general venían muertos recién muertos, digamos, que estaban acribillados con proyectiles. (...) Era el sereno el que los recibía y los ubicaba en el depósito, los tiraba en el piso y al otro día a nosotros nos ordenaban que los lleváramos a la sepultura; ahí le decíamos: “Le pusimos tal número” y ahí se anotaba NN<sup>12</sup>.*

- ✓ Los miembros de las organizaciones agrarias fueron particularmente afectados por la represión en Misiones. En este caso los testimonios aportan evidencias no sólo de la coordinación interprovincial del accionar represivo sino la complicidad por acción u omisión de empresas agroindustriales que veían en las fuerzas armadas instrumentos funcionales para acciones de disciplinamiento social que alejara la posibilidad de reclamo de derechos laborales de trabajadores rurales expuestos a un sistema de explotación.

<sup>11</sup> Testimonio de J. B. Misiones, Juicios por la Verdad, febrero 2006.

<sup>12</sup> R.L Testimonio oral. Abril 2006.

En el caso de víctimas de familias pertenecientes al sector rural, las acciones de represión se iniciaban en presencia de los demás miembros de la familia:

*...Uno colgaba por los pies. Fue muy violento y después me ponían en un tacho de agua, submarino de atarse de los pies y colgarse en un tacho grande que habían llenado de agua, y eso duró del mediodía hasta cerca de la noche y en esos momento creo que también le estaban pegando a mi madre, porque yo escuche los gritos de ella donde pedían que no me mate por favor. La tortura acá ya es distinta, ya es con picana, con golpes (...) y los traslados generalmente en un baúl de un Falcon, de un Taunus que ocupaban donde generalmente estábamos 2 o 3...<sup>13</sup>*

✓ En el ámbito rural las mismas chacras fueron transformadas en CCD, al que trasladaban a los delegados de organizaciones agrarias de la zona; para someterlos a torturas e interrogatorios:

*... en el 76, un camión del ejército, se bajaron y vinieron directamente, nosotros estábamos durmiendo, vinieron y tumbaron la puerta directamente, fue a las 6 de la mañana, nosotros estábamos durmiendo en una pieza grande en un galpón que teníamos. Porque la casa se estaba construyendo, estaba casi hecha la casa (...) ellos se instalaron todos en mi casa, tenían carpa todo, eran todos de acá de Apóstoles, de Apóstoles, de Oberá, eran del Ejército (...) nada más me preguntaban que sabía yo de Pedro Peczak, eso lo único y no sabía nada yo. (...) si le había visto si porque mi papá era delegado del MAM, del movimiento agrario misionero y ahí muchas veces lo había visto. Nosotros teníamos que dar de comer a todos ahí, ellos nos obligaron a matar lechones, gallinas, de todo para darles de comer a ellos a los jefes (...)<sup>14</sup>*

## Conclusiones

Las fuentes construidas a partir de los testimonios de los Juicios por la Verdad, si bien parecen tener características de una *historia oral*, no son sustitutivas de las fuentes orales que construimos los historiadores. Su tratamiento hermenéutico plantea cuestiones teóricas y metodológicas particulares. En primer lugar porque estamos en presencia de una memoria judicializada y sometida a acto de coacción; legal, pero coacción al fin, a través de la exigencia de un juramento de “verdad” y de advertencias sobre las consecuencias si

<sup>13</sup> Testimonio de E. P., Misiones, Juicios por la Verdad, agosto 2006.

<sup>14</sup> B. de O. Misiones, Juicios por la Verdad, noviembre 2006.

eventualmente el testigo incurriera en “falso testimonio”. Obviamente, la verdad de un código es distinta a la verdad en ciencia.

El análisis comparativo de los relatos -escuchados en las audiencias-; las transcripciones realizadas por nuestro equipo de trabajo y las transcripciones que -con carácter de “versión oficial”- se incorporan al expediente jurídico, con la firma del testimoniante, muestra que los testimonios que, en forma de documento escrito, pasarán a integrar un archivo judicial excluyen información relevante para comprender la lógica de la represión en la Provincia.

Esto es así porque la transcripción judicial tiene un marco de referencia reducido al derecho codificado. En consecuencia, todos aquellos hechos que no pueden tipificarse en algunas de esas categorías pasan a un plano secundario; aunque resulten sustantivos para el estudio desde las memorias de los protagonistas, los hechos y las huellas del pasado.

Para los historiadores, en cambio, si bien los procesos de transcripción en la historia oral son de hecho prácticas de edición, que involucran una dimensión interpretativa, tenemos la posibilidad de volver al registro original -la cinta- y recuperar palabras, tonos, silencios. Esta es otra razón por la que consideramos que los relatos orales en ámbitos judiciales, no son sustitutivos de las fuentes orales que construimos los historiadores.

Los Juicios por la Verdad en sí mismos, constituyeron una situación inédita en los ámbitos judiciales. Los jueces se enfrentaban a situaciones que no tenían antecedentes en los códigos con los que se habían formado. Los historiadores nunca habíamos trabajado con testimoniante que juraban sobre un código decir *la verdad*.

Por último, si bien los espacios académicos situados en los márgenes del país central, agregan una diversidad de obstáculos al desarrollo de la tarea de investigación, también nos brindan posibilidades para transitar espacios que en otros lugares estarían interdictos y poner en juego de modo casi experimental un conjunto de prácticas historiográficas. De hecho, esta experiencia de trabajo resultó de alto valor en nuestra práctica como historiadora. Estábamos asistiendo al “alumbramiento de fuentes” para historiadores que en el futuro se ocuparán de este pasado y para quienes estos testimonios tendrán la forma -y la confiabilidad- de documentos escritos de archivos judiciales. En este sentido, la experiencia de trabajo no sólo nos pone en crisis con el valor heurístico de las fuentes y obliga a repensar el lugar de los testimonios escritos, sino que también nos abre horizontes de reflexiones teóricas y metodológicas que desconocíamos. Al mismo tiempo, ratifica la potencialidad de las fuentes orales y su lugar insustituible en el estudio de la historia reciente.

## FUENTES Y BIBLIOGRAFIA

### Fuentes Orales

Testimonios de treinta personas, que relataron sus experiencias en condición de detenidos políticos en CCD y en prisiones legales durante la dictadura.

### Fuentes Primarias

Leyes, decretos; radiogramas; informes policiales; circulares del fondo documental del Archivo de Casa de Gobierno. Provincia de Misiones.

Fuentes documentales de los archivos del Juzgado Federal de Posadas y la Fiscalía.

Registro de Detenidos en Fuerzas de Seguridad Federales.

Registro de inhumaciones del Cementerio “La Piedad” de la ciudad de Posadas.

Fuentes periodísticas: “El Territorio”, “Primera Edición” y “Noticias de la calle”.

### Bibliografía

BARAHONA DE BRITO, A.; Aguilar Fernández, P. y González Enríquez, C. (eds) Las políticas hacia el pasado, Juicios, depuraciones, perdón y olvido en las nuevas democracias, Madrid, Ediciones Istmo, 2002.

BOCCIA PAZ, Alfredo y otros, En los sótanos de los generales. Los documentos ocultos del Operativo Cóndor, Asunción, Paraguay, Editoriales Expolibro & Servilibro, 2002.

CALVEIRO Pilar, Poder y Desaparición, los campos de concentración en Argentina, Buenos Aires, Colihue, 2001.

CODEHUPY –Coordinadora de Derechos Humanos del Paraguay- Derechos Humanos en Paraguay 2002, Asunción, Paraguay, Centro de Documentación y Estudios, 2002.

DE CERTEAU, Michel, “La operación histórica”, en Le Goff, Jacques y Pierre, Nora, (Directores), *Hacer la Historia. Volumen I Nuevos Problemas*, Barcelona, Laia, 1985, p.15-54.

FOUCAULT, Michel, Vigilar y Castigar, nacimiento de la prisión, Buenos Aires, Siglo veintiuno editores, 1989.

GARAPÓN Antoine, “La justicia y la inversión moral del tiempo”, en AAVV, *¿Por qué recordar?*, Barcelona, Granica, 2002 p. 90-100.

JELIN, E. *Los trabajos de la memoria*. Madrid y Buenos Aires: Siglo XXI. 2002.

NUNCA MÁŠ – Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas, 1ª edición, Buenos Aires, Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1984.

SIMÓN G, José Luis, *La dictadura de Stroessner y los Derechos Humanos*, Asunción, Paraguay, Comité de Iglesias, Serie Nunca Más, 1990.

WELLVACH, Evelin, El Paraguay exiliado. Memorias de la Resistencia 1970-1989. Posadas, 2010 (en prensa).

Artigo recebido em junho de 2010 e aprovado em setembro de 2010.

# TECELÕES DE HISTÓRIAS: TRABALHADORES TÊXTEIS E A GREVE DE 23 DIAS

*Telma Bessa Sales*

Doutorado em História Social PUC/SP

Universidade Federal do Ceará (CNPQ/UFC/FUNCAP)

## RESUMO

Este artigo analisa experiências e memórias de trabalhadores da indústria têxtil no Ceará, especificamente, na fábrica Finobrasa, grupo Vicunha, no momento da greve de 1988. A partir das narrativas e interpretações do vivido, apresenta uma abordagem que vê o trabalhador em suas ações e reações, resistências e aceitações e não apenas como espectador ou vítima dos acontecimentos. É um estudo que busca as experiências dos trabalhadores em seu próprio fazer-se histórico, expressando suas subjetividades e visões de mundo e utiliza a metodologia da história oral.

**Palavras-chave:** trabalhadores – Experiências – Memórias

## ABSTRACT

This article discusses experiences and memories of workers in the textile industry in the state of Ceará, Brazil, specifically, at the time of the strike of 1988 in the Finobrasa factory, part of the Vicunha group. Workers' narratives and life-interpretations provides a portrait of the workers in actions and reactions, resistance and acceptance, that goes beyond seeing them as only as a spectator or victim of events. This is a study that seeks out the experiences of workers making themselves their own historical objects, expressing their subjectivities and visions of the world, using the methodology of oral history.

**Key-words:** workers – experiences – memories

O presente artigo faz parte de uma pesquisa em andamento sobre *Memórias e Experiências de Trabalhadores Têxteis no Ceará (1950-2000)*, desenvolvida a partir da inserção em atividades acadêmicas na Universidade Federal do Ceará.<sup>1</sup>

Busca explicitar a pluralidade de experiências e narrativas de trabalhadores têxteis na cidade de Fortaleza, no final dos anos oitenta do século XX. São homens como o Sr. Tarcísio Araújo, o Sr. Antônio Ibiapino que, originários de cidades do interior do Ceará, como Quixeramobim, Meruoca, desenvolveram suas vidas na capital cearense e constituem o contingente de trabalhadores da categoria têxtil.

Estes compõem o conjunto de operários da Fábrica Finobrasa (Grupo Vicunha), que em agosto de 2008 apresentava mil trabalhadores na ativa, e vivia um processo de transferência de localidade: a fábrica saía dos arredores de Fortaleza para o Distrito Industrial no Município de Maracanaú, cidade a quinze km de distância de Fortaleza. A criação do Distrito Industrial de Maracanaú, há pouco mais de 40 anos, faz parte da política de desenvolvimento industrial implantada pelo então Governador Virgílio Távora. Trata-se do mais importante distrito industrial do Estado, concentrando 1/3 da produção cearense no setor. É também o 2<sup>a</sup> colocado no ranking de arrecadação do ICMS. Reúne cerca de 100 empresas de diversas áreas de atuação, como as têxteis, metalurgia e mecânica, papel e papelão, vestuário e calçados e serviços de construção. Gera mais de 15 mil empregos diretos.

As primeiras indústrias têxteis cearenses datam ainda do século XIX, no período conhecido como República Velha, que compreende os anos de 1889 a 1930. Conforme apontam os estudos de FIUZA (1989) as fases de industrialização de fiação e tecelagem no Ceará podem ser compreendidas a partir da seguinte subdivisão temporal: 1<sup>a</sup> fase: 1800 a 1900; 2<sup>a</sup> fase: 1900-1930; 3<sup>a</sup> fase: 1930-1950. Segundo a autora, a indústria têxtil cearense pode também ser caracterizada pela produção de fios para redes e algodão cru para sacarias. Esta produção era alocada para o mercado local e regional, sendo que não chegou a ter projeção nacional. No recenseamento do IBGE do ano de 1920, entre 17 Estados produtores, o Ceará ocupou o 10<sup>o</sup> lugar.

É importante considerar que o setor de fiação e tecelagem significou a consolidação da produção fabril no Estado, e que este representa um importante papel no delineamento urbano da cidade de Fortaleza e da formação da classe operária cearense. As indústrias têxteis

---

<sup>1</sup> Em março de 2007, fui contemplada com uma bolsa recém doutora, Modalidade DCR nível C – concedida pelo CNPQ/FUNCAP/UFC, sob a supervisão do Prof. Dr. Frederico de Castro Neves.

representam, até 1930, uma grande fonte de riquezas para o Ceará, aglutinando mão de obra e acelerando o processo de urbanização das cidades (FIUZA, 1989).

Foi na década de 1950 que as indústrias têxtil, alimentícia e metalúrgica da capital cearense instalaram-se nos bairros de Carlito Pamplona, Barra do Ceará e Pirambu, bairros circunvizinhos industriais. Essas indústrias são exemplos de que nos últimos anos a indústria vem incorporando novos padrões tecnológicos, eliminando postos de trabalho e promovendo a exclusão de trabalhadores do processo produtivo industrial (ESMERALDO, 1998).

Nesta linha de reflexão, o texto *Herança de diferenciação e futuro de fragmentação*, de BACELAR (1997), aponta dados interessantes.

O pólo têxtil e de confecções de Fortaleza, desponta como um dos importantes centros do setor, tanto em âmbito regional como nacional. Entre 1970 e 1985 o número de estabelecimentos têxteis do Ceará cresceu de 155 para 358, enquanto os ligados à confecção passavam de 152 para 850. O parque têxtil e de confecções de Fortaleza é competitivo nacionalmente e, no caso da fiação, internacionalmente, em virtude de sua atualização tecnológica.

A industrialização do Ceará registrou crescimento constante com indicadores excepcionais nos anos de 1960, 1970, e finais dos anos de 1990. Cada período contou com peculiaridades e políticas de desenvolvimento, o que resultou na criação do DI – Distrito Industrial do Maracanaú, com fábricas têxteis como a Beatriz Têxtil, inaugurada em agosto de 2000 e que ocupa uma área de 13.800 metros quadrados em um terreno de oito hectares. A fábrica produz basicamente o fio fantasia ideal na produção de redes de dormir, barbantes, cordas, tecidos decorativos e de confecção (Distrito Industrial – 40 anos) (ALBUQUERQUE, s/d).

Igualmente, conforme pesquisa de PIRES (1995), entre 1991 e 1995, observa-se em Fortaleza uma redução do contingente de pessoas ocupadas no subsetor de transformação, com queda de 25,28% do sexo masculino e 35,51% da força de trabalho feminino (PIRES, 1995). No ano de 1991, 44,4% da população ocupada no setor formal em Fortaleza possuía carteira assinada e 51,8% correspondia ao setor informal. Dessa população, 70,4% recebia até 02 salários mínimos e apenas 1,6% recebia mais de 10 salários mínimos. A importância deste debate hoje é evidente e mesmo urgente, se pensarmos no que ocorre atualmente em termos de transformações no sistema de produção e métodos de trabalho, como também no impacto vivido pelos trabalhadores.

Percebemos que este tema enfrenta, em suas diferentes nuances, e nas várias disciplinas que o aprofundam, uma pluralidade de elaborações. Muito se tem produzido nesta temática e os debates se tornam mais intensos, indicando que a discussão sobre os trabalhadores, o trabalho, a reestruturação produtiva na indústria brasileira é bem diversificada. Neste momento, convivem o velho e o novo, nas formas de implementação de mudanças assumidas pelas empresas, transformando os ambientes fabris no Brasil, causando impactos para os trabalhadores, estabelecendo novas relações de trabalho e outras formas de controle sobre estes, eliminando postos de trabalho e extinguindo profissões.

Nesta direção, diversos processos e/ou etapas podem ser analisados e relacionados ao crescimento da indústria têxtil brasileira, destacando sua importância pela capacidade de promover o desenvolvimento regional, além do potencial de ganhos, em termos de competitividade e hoje significativa participação no mercado internacional do complexo têxtil, como apontam MONTEIRO e CORREIA (2002). Nos últimos anos, é possível identificar algumas transformações a serem consideradas, dentro de um processo mais amplo de reestruturação produtiva, no aspecto da produção do setor têxtil, e ruptura com os modelos anteriores de produção. A modernização do parque têxtil atingiu de forma diferenciada as várias regiões do país, levando-se em conta a heterogeneidade das indústrias.

Na análise sobre as transformações recentes da Indústria Têxtil brasileira, MASSUDA (2002), aponta um movimento acentuado de expansão e crescimento deste setor na região Nordeste e uma relativa redução deste na região Sudeste. Ocorreu, de fato, um deslocamento das unidades de produção da região Sudeste, em especial do interior, e da região Sul, para o Nordeste brasileiro. A região Sudeste abrigava 3.239 estabelecimentos no ano de 1992. Em 1999, 1835 estabelecimentos. A participação relativa da região passou de 68% para 53%, nos mesmos anos, respectivamente.

O Estado de São Paulo sofreu a maior queda em números absolutos: 1070 unidades industriais foram extintas. Somente em Americana (SP), um dos importantes pólos têxteis do país, mais da metade das 800 indústrias existentes entre 1980 foram eliminadas. Ao mesmo tempo constata-se a expansão no número de indústrias no Nordeste. Em 1992, 395 (8,3% do total brasileiro) localizavam-se nessa região. Em 1999, contava com 472 (13,7%) estabelecimentos. O Ceará se tornou grande pólo calçadista e um importante centro têxtil - criado sem que fosse preciso esmagar as tradicionais fábricas artesanais de renda -, com 450 tecelagens, entre as quais se destaca a unidade da paulista Vicunha. Em ambos os setores, o Ceará já ocupa a terceira posição entre os estados produtores do Brasil.

## O “fio da meada”

A pesquisa na área da História Social do Trabalho veio através do envolvimento com as pastorais sociais, com a militância sindical e política, a participação de movimentos sociais, atuando ao lado de trabalhadores nas greves e demais atividades sindicais. Isso proporcionou uma visão analítica das complexas relações sociais no mundo do trabalho, além da percepção da constituição do movimento operário, o conhecimento prático das diversas formas de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, além do “chão da fábrica”. Esta dinâmica de mobilização nos idos de 1980 reunia militantes de todos os credos, partidos clandestinos, para atividades mobilizadoras de parcelas da sociedade.

Para CHALHOUB (2001), este tempo foi caracterizado como o ressurgimento das mobilizações sociais pela derrubada da ditadura, por eleições diretas, campanha das diretas já, enfim, era um momento histórico raro, desses em que a crença no futuro vira experiência coletiva.

Nesta dimensão, o foco deste artigo se volta para o ano de 1988. Feliz Ano Velho! Há três fatos destacados na memória: a) Greve dos trabalhadores Têxteis de Fortaleza, no mês de maio; b) ocupação da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda/RJ pelo exército brasileiro em novembro; c) a promulgação da Constituição cidadã no mês de dezembro. Os eventos acima citados são da “agenda nacional”, fatos históricos estudados nas diversas áreas do conhecimento, e para historiadores, que buscam relacionar as experiências e trajetórias dos sujeitos em suas pesquisas, memórias e interpretações do vivido, enfim, os modos de vida, a cultura destes, a história tem algo mais a dizer que os eventos em si mesmos.

Na tentativa de contar e escrever histórias sobre momentos importantes dos têxteis em Fortaleza procuro perceber experiências destes, com movimentos e tensões. Valorizar as interpretações e significados do vivido, enfim, compartilhar com PORTELLI (1997) quando indica uma metodologia de trabalho menos preocupada com eventos do que com significados.

Sobre a greve da CSN, sabe-se que fora invadida pelo exército durante uma greve de 17 dias, ferindo 46 trabalhadores e assassinando os operários William Fernandes Leite de 22 anos, Valmir Freitas Monteiro de 27, e Carlos Augusto Barroso de 19 anos. No dia Primeiro de Maio de 1989, foi inaugurado em Volta Redonda o memorial a William, Valmir e Barroso, projeto do arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer. É possível ter acesso à documentação doada

pelo Sindicato ao Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP, dias antes da invasão.<sup>2</sup> Como aponta SANTANA (2003) havia uma mobilização grevista nacional que envolvia mais de um milhão de braços cruzados em diferentes setores e cidades. Para este autor, os anos de 1980 e a transição para 1990 ocorreram num processo de transição democrática e reorganização da sociedade brasileira e fazem parte de um contexto mais amplo, nos anos oitenta, de lutas pela redemocratização, pela participação popular na constituinte.

Esse processo se constituiu na construção da Assembléia Nacional Constituinte, onde os populares tiveram uma participação extraordinária, com 72.719 sugestões com temas sobre reforma agrária, liberdade e autonomia sindical, população indígena, meio ambiente, etc. Em especial, cito a subcomissão dos direitos dos trabalhadores e servidores públicos, que agregava assuntos como: lei de greve, salário mínimo, direito sindical, etc. que consta na Constituição em seu capítulo II, com o título “dos direitos sociais”<sup>3</sup>.

Essa “onda de democratização” foi inovadora e contribuiu para um intensificar das reivindicações dos trabalhadores, vide os metalúrgicos do ABC paulista, que foram personagens importantes no processo que buscou romper o silêncio imposto pela ditadura, abrindo novos caminhos para um país democrático, ainda na década de 1970 (SALES, 2000). Em Fortaleza, esta movimentação também agitou a cidade e os trabalhadores têxteis dinamizaram efetivamente este período de mobilizações. Com estes trabalhadores, aprendi a ouvir e falar. Com eles andei, me encontrei e me perdi. Meu caminho se cruzou com o deles num determinado momento e, juntos, construímos histórias.

A partir desse contexto, o trabalho de pesquisa é permeado de reflexões sobre as experiências vividas e narradas pelos trabalhadores em seu próprio fazer-se histórico (THOMPSON, 2001, p. 13) dialogando com suas experiências, subjetividades e visões de mundo. Para isso, cabe pensar as relações sociais vividas pelos trabalhadores, os sentidos que estes atribuem à vida na cidade, como vão se construindo historicamente na relação com os outros trabalhadores, com a comunidade, a família, considerando que essa dinâmica social é contraditória, vivida num campo de forças conflituosas além do trabalho no chão da fábrica, além do seu engajamento social e/ou político, enfim, as diversas maneiras de ser, trabalhar e ver o mundo. Considerando estas análises é enriquecedor discutir as experiências dos trabalhadores têxteis,

---

<sup>2</sup> Fundo com título: Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda constando periódicos, folhetos, cartazes, fotografias, materiais cartográficos e tridimensionais catalogados, livros catalogados e documentos microfilmados.

<sup>3</sup> Câmara de Deputados, SEDOL - seção de documentos legislativos, unidade CEDI – Centro de Documentação e Informação, coordenadoria de arquivo.

na tentativa de desvendar práticas e lutas destes, suas marcas, como demarcam seus lugares, constituem modos de viver, morar e trabalhar, relacionando a realidade das lutas sociais por direito ao trabalho como a greve, direito aos espaços de moradia e melhores condições de vida.

### **A Greve de 23 dias**

Os trabalhadores têxteis entrevistados expressam através de suas narrativas as percepções e sentimentos durante a presença na greve de maio de 1988. Demonstram que estavam, naquele momento, sendo e tornando-se protagonistas de uma história que, continua sendo, em certa medida, negligenciada, conforme indica FENELON (1992), mesmo considerando os avanços de pesquisas e estudos no campo da história social:

A preocupação de acompanhar as realizações apenas das lideranças e dos segmentos ativistas do proletariado obscureceu o exame da vivência (...) negligenciou forças culturais importantes, incluindo-se aí a vida em família, os hábitos e costumes sociais, a religiosidade (...) enfim, o viver no campo e na cidade em uma época de transformação.

Pensando nesta perspectiva é que não se trata de um estudo dos segmentos organizados dos trabalhadores, mas sim de uma história operária sob todos os aspectos e não somente do movimento operário, embora reflita sobre o protagonismo dos trabalhadores têxteis numa atividade mobilizada pelo sindicato – a greve de 1988.

A análise da trajetória e experiência dos trabalhadores durante a greve, este momento excepcional, é considerado ao analisar as narrativas e documentação, ao mesmo tempo em que as condições de vida e trabalho, o cotidiano operário, etc. Ou seja, não são objetos de análise separados, dicotômicos, mas são faces de uma mesma história: são temas aliados sob o olhar atento do historiador que segundo BATALHA (2000), invade um terreno antes ocupado pela sociologia e ciência política. A partir dos anos 80 o historiador desenvolve sua investigação com temáticas como cultura operária, mulher trabalhadora, etc.

Ao considerar as trajetórias destes trabalhadores, dentre os entrevistados, há aqueles que participaram ativamente deste processo, e em especial, de uma greve que ocorreu no mês de maio de 1988. É sobre esta greve que nos fala Tarcísio Araújo residente no bairro do Pirambu (Cristo Redentor). No dia nove de maio de 1988 ele se desloca para o seu trabalho, na fábrica

Finobrasa, como faz até hoje. Ao ingressar na Finobrasa, em 1983, trabalhou na função de ajudante de operador. Passados vinte e cinco anos, ele continua como operador de máquina.

Neste dia, Tarcísio Araújo mudaria toda sua rotina de trabalho. A greve obtivera a participação de todos os trabalhadores do seu setor. Vinte trabalhadores participam da greve. Funcionário da empresa há cinco anos, Tarcísio ajuda no processo de mobilização da categoria durante todo o período grevista. Ao lembrar-se deste momento, nos conta de forma mais ampla a paralisação em toda a fábrica. Hoje, como dirigente sindical, tem uma visão abrangente deste processo, o que possivelmente dá o “tom” de sua narrativa. Ele destaca a participação do coletivo e não somente sua participação individual no movimento. Chama atenção a forma como Tarcísio Araújo constantemente reforça a sua condição de participante do movimento grevista, “sendo um trabalhador comum”. Hoje tem estabilidade no emprego, e ao falar de suas memórias, aponta para o medo e a insegurança que tinha, a compreensão do que estava vivendo, enfim, a própria constituição enquanto trabalhador organizado em sua entidade de classe. É ele quem fala sobre os primeiros dias de greve.

**Tarcísio Araújo:** “Foi geral, paremo, foi geral. Por exemplo, começamos a greve lá dez horas, dez da noite, tem a turma que entra de dez as seis, aí a turma não entrou, a turma de dez, ficou cem por cento fora, cem por cento é total né, aí quando chegou a turma de seis as duas, cem por cento, também ninguém entrou, de duas às dez, também. Eu sei que passou os cinco primeiros dias assim, cem por cento. Não entrava ninguém, aqueles que queriam entrar, a gente não deixava (ARAÚJO, 2008).

Sua fala é permeada de orgulho por ter participado durante todo o processo, embora considerasse ser perigoso, pois “não tinha muito tempo de empresa.” Ele cruza tempos, nomes de pessoas, e vai se auto-revelando, desde seu primeiro emprego como vendedor ambulante, sua afirmação como chefe de família, pai de dois filhos e hoje como diretor sindical.

Convém retornar e estar atento à fala de Tarcísio Araújo sobre a greve. Neste dia nove de maio, durante a manifestação organizada pelo sindicato em frente à fábrica, houve confronto com policiais. Esta não foi uma manifestação como as que já haviam acontecido, com discursos, passeatas, bandeiras da Central Única dos Trabalhadores (CUT), pois o confronto entre trabalhadores e policiais, causou alteração na organização da polícia. O enredo da greve é traçado por este trabalhador que testemunhou a preparação, realização e os momentos de tensão deste dia de greve. Vale à pena continuar com sua narrativa:

**Tarcísio Araújo:** Cada um de nós combinou assim, cada turno em vez de passar para trabalhar, ia lá pra concentração, que na época era a Igreja de São Judas, por exemplo, eu entro de seis às duas, quando dava seis horas, eu tava lá na Igreja de São Judas lá, ai ficava até duas horas...Ai lá tinha várias assembleias, tinha reuniões, a gente fazia manifestações na rua em frente à fábrica, sabe como é que é né, convocar a imprensa, ai quando dava às duas horas da tarde, chegava a turma que entrava de duas às vinte e duas né. Ai a gente saía, aqueles que quisessem podia continuar lá, a turma de duas às dez, ficava até as dez horas, fazia as mesmas coisas, tinha assembleia, ai fazia manifestações na rua, ia falar com o povo, aquele negócio todo né. Quando dava umas dez da noite, a turma de dez da noite chegava e às duas horas ia, tá entendendo? Ai o revezamento era assim. Assim, nós permanecemos os dias todinhos, até o último dia... A gente pra fazer manifestação, todo dia passava em frente à empresa, ai a polícia tentava impedir, ai começava aquele confronto e a peia comia, mas não faltava polícia lá, era vinte e quatro horas policia lá em frente à empresa (ARAÚJO, 2008).

Tarcísio Araújo se coloca numa perspectiva na qual aparece figurando como testemunho ou personagem solidária com os personagens principais. E sua intenção destacar o tratamento de choque que presenciou, e mais ainda, fala da violência mais intensamente durante toda a narrativa sobre a greve. Seu discurso é de que consegue correr e não é atingido por cassetetes, balas de borrachas e gás lacrimogêneo, que dispersam os trabalhadores. Disposto a contar suas histórias, Tarcísio apresenta a dinâmica da greve. Greve como processo educativo, onde se refletiam assuntos, assistiam à televisão e participavam de reuniões. E faz análises dos temas e das publicações na grande imprensa. Ao falar sobre como transcorria o dia-a-dia da greve ele afirma:

Porque lá onde nós tava tinha duas televisão né, dois aparelhos de TV né. Além da gente ver pela TV, via no jornal, todo dia ia o jornal pra lá. Comprava cada tipo de jornal “Tribuna”, na época era “Tribuna”, o “O Povo” e já tinha o “Diário” ai cada um comprava. O pessoal lá da greve, nós não tinha dinheiro pra comprar, ai eles traziam: vamos ver as manchetes hoje. Ai aquele jornal ia passando, ai tinha o dia todinho pra gente ver né, não tava trabalhando mesmo... Dependendo do jornal distorcia né, as coisas, por exemplo, o “Diário do Nordeste”, ele sempre puxava mais pro lado da empresa. Aí teve um dia que até um Deputado chegou a apanhar da polícia, o Deputado João Alfredo apanhou, inclusive, no outro dia saiu uma manchete no jornal, se eu não me engano foi no jornal “Tribuna do Ceará”, num tem aquela charge que eles faz, aquela parte, ai tinha o desenho e um policial, chegava perguntando: você é ladrão ou Deputado? Ai o cara respondia: Deputado, então pegue... Tem colegas meus, que eu vi eles apanharem mesmo, inclusive chegavam com hematomas... Teve um colega nosso que apanhou, que chegou até a ir para o hospital (ARAÚJO, 2008).

O confronto entre trabalhadores e policiais teve grande repercussão: todos curiosos e preocupados com o desfecho da greve naquele dia. Afinal, como se pode constatar, nas narrativas, a violência deixou vários feridos, inclusive um deputado que fora agredido. O que acontecia ali num bairro da periferia de Fortaleza, ia tomando vulto, dia após dia. As notícias corriam “boca a boca”. Os bairros vizinhos também viviam o clima agitado das ruas paralelas à Av. Olavo Bilac que foi interditada, e onde os operários foram “proibidos de andar em grupos”. Isso é o que ilustra o então Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em entrevista no Jornal Tribuna do Ceará, dia 11 de maio de 1988, Antônio Ibiapino:

Na greve da Finobrasa, que foi uma greve que durou 23 dias, o superintendente da Finobrasa se chamava Nahme Jereissati, primo do Tasso Jereissati, eles na época fecharam a Rua Sargento Hermínio. Ninguém passava na Rua Sargento Hermínio, e para nós fazer, a nossa ida da fábrica para Igreja de São Judas Tadeu, que era a Igreja de São Judas que nós ficávamos, era o nosso ponto de apoio, pra fazer assembleia, pra fazer comida e tudo, nós tínhamos que fazer um arroteio sem precedentes, a gente ia lá no Padre Andrade, pra depois pegar a outra rua, por onde é o North Shopping, ninguém podia ir, porque ali era uma vacaria e uma pocilga, então ali era só mato, era um pântano, era uma lagoa (IBIAPINO, 2008).

Tudo começou num clima de tensão. Os trabalhadores estavam cada dia mais decididos a permanecer em greve até o atendimento das reivindicações: acréscimo de vinte por cento de ganho real em cima dos cem por cento de IPC, mais três por cento de produtividade, direito à insalubridade e periculosidade, fim das demissões por justa causa na condição de faltas, equipamento de proteção, fim do trabalho aos domingos. Desde o “chão da fábrica”, os conflitos entre o chefe e os trabalhadores iam se acirrando cada vez mais, é o que explicita Tarcísio Araújo num fragmento de sua narrativa:

**Tarcísio Araújo:** O Flávio Meneses, que era o chefe, o senhor Meneses era o manda chuva da Finobrasa, depois do dono era ele né, ai ele disse uma piadinha lá com os trabalhadores: rapaz, trabalhador que não quiser trabalhar aqui, eu piso no pescoço dele e mandou ele pra fora. Ai por causa dessa palavra foi que os ânimos da rapaziada lá aumentou: rapaz vamos parar. Ai pronto, ai já foi o início né, ai começamos, também, não foi assim, de uma hora pra outra, teve assembleia, aquele negócio todo (ARAÚJO, 2008).

Sobre este episódio, da ideia da greve como processo e construção coletiva, há destaque à reação dos trabalhadores à opressão que estes sentiam a partir das atitudes e falas do chefe/



narrativa do Antônio Ibiapino que, se coloca como protagonista neste processo. Conta a história do Sindicato, a sua presença em conjunto com os demais trabalhadores, para mudar a realidade do chão da fábrica. Toda sua narrativa tem um profundo significado na reflexão sobre as experiências dos trabalhadores em seu processo de autoconstituição, pois demonstra o processo vivido, a participação de todos. Desta forma, o “resultado” dessas lutas foi o fato de vencer a eleição para diretoria do sindicato, assumir a entidade e enfrentar as dificuldades. É ele quem fala a respeito:

**Antônio Ibiapino:** Ao começar nossa luta no Sindicato, nós tivemos muitos problemas, primeiro porque muitas empresas quiseram suprimir os pagamentos do salário. A fábrica Finobrasa não permitia sindicalização, aí nós fizemos um trabalho de mobilização muito forte. Neste período, também já tinha sido fundado a CUT (Central Única dos Trabalhadores), aí a gente começou a ter contato com todo mundo, do movimento de esquerda e fomos, então, organizando o Sindicato. Indo na porta da fábrica soltar um panfletinho, um jornalzinho todo mês, ou então com mais frequência, na época de campanha salarial, fizemos núcleos operários na fábrica. A fábrica Finobrasa não aceitava que ninguém se associasse ao Sindicato (IBIAPINO, 2008).

Pode-se perceber a partir do depoimento de Antônio Ibiapino um processo de envolvimento dos trabalhadores com suas próprias reivindicações e o Sindicato, que de alguma forma se tornou mais presente no cotidiano. Vale considerar que este período é de ascensão das lutas sociais. Os trabalhadores de várias categorias se mobilizavam em todo país. O Sindicato dos trabalhadores têxteis em assembléia decide filiar-se à Central Única dos Trabalhadores - CUT.

Em busca de explicitar a pluralidade de experiências e narrativas, há que se considerar o envolvimento e ação de alguns trabalhadores de forma direta na greve, a partir da motivação do sindicato e, de forma simultânea é importante também conhecer aqueles trabalhadores que em certa medida, por motivos vários não concordam ou não participaram do processo da greve.

Para Tarcísio Araújo, voltar ao trabalho e “furar a greve” era muito fácil, mas não compensa:

Quem quiser voltar era só telefonar, que a Kombi vai pegar, tinha várias Kombis, as peruas né, aí ficava: rapaz eu moro no Conjunto Ceará, venha me buscar aqui, amanhã. Aí o carro ia buscar lá, aí eu entendeu? Tinha gente que inclusive dobrava turno, pegava de seis às

duas, ele fazia de 6 as 10, muita gente, muita gente fazia era se gabar: rapaz foi a época que eu ganhei mais dinheiro. Isso era os furão de greve, entendeu? Que tava lá dobrando turno e ganhando esse dinheiro, só que não compensa né, esse dinheiro, que a saúde dele cada vez tava ficando mais pior, porque 8 horas dentro de uma empresa daquela já é ruim, imagine 16 horas NE (ARAÚJO, 2008).

As notícias e lembranças da greve estão presentes nas histórias que os trabalhadores contam ao se reportarem ao trabalho hoje. A maneira como o Sr. Tarcísio Araújo e Antônio Ibiapino relembram suas experiências, nos leva a pensar nas formas diferenciadas e ambíguas de viver o chão da fábrica, de sentir a exploração do trabalho. Os diversos depoimentos demonstram que a memória da greve de maio ainda está presente, de maneira única, para cada trabalhador. Em um primeiro momento, pode-se pensar que esta greve, por ser “arregimentada” pelo Sindicato, teve fôlego e atingiu somente os trabalhadores mais engajados. Mas, a medida que se vai analisando as narrativas dos oito trabalhadores entrevistados que falaram de suas experiências, percebe-se um tom crítico, uma idéia de concordância com o movimento, apesar do medo, das ameaças de demissão e até mesmo a não adesão a greve. Enfim, a ambiguidade, a incerteza e o medo são sentimentos presentes em todo o processo, nos leva ao que THOMPSON 1998 observa A identidade social de muitos trabalhadores mostra certa ambiguidade. É possível perceber, no mesmo indivíduo, identidades que se alternam, uma deferente, a outra rebelde (THOMPSON, 1998, p. 95-109).

No diálogo com estes trabalhadores, observei que através de suas memórias são contadas histórias significativas do local de trabalho, da greve, da expansão da greve e participação dos operários. A pluralidade das narrativas, as diferentes experiências dos trabalhadores demonstram a constituição destes, as diversas maneiras de viver e interpretar o vivido e esta dimensão deve ser explicitada no sentido de potencializar, perceber a riqueza das narrativas desses sujeitos sociais. Após vinte anos, vale pensar a pluralidade de motivações em fazer greve ou não, pois, em certa medida, muito contribui para problematizar e demonstrar a heterogeneidade das vivências e dos conflitos frente à exploração no cotidiano da fábrica e a organização de uma greve que contou com cem por cento de adesão nos primeiros dias.

Nesta perspectiva é possível entender este momento vivido pelos trabalhadores de forma múltipla, buscando não “enquadrar” ou cristalizar as ações desses, como “dependente” ou “exclusiva” da ação do Sindicato. Implica em repensar a forma de ver os trabalhadores, descrever, e interpretar suas narrativas, buscando compreender a cultura destes sujeitos

sociais, ligados ou não, ao sindicato, mas todos participantes (com maior ou menor intensidade) da greve de 23 dias.

## FONTES ORAIS

ARAÚJO, Tarcísio. *Entrevista à autora*. Fortaleza: Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Fortaleza, julho/2008.

IBIAPINO, Antônio. *Entrevista à autora*. Fortaleza: julho/2008.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Nazareno. *Distrito Industrial – 40 anos – Maracanaú – Ceará*.

BACELAR, Tânia Araújo. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. *Estudos Avançados*: vol.11 n.29 São Paulo Jan./Abr. 1997

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000 (Coleção Descobrimos o Brasil).

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. *O feminino na sombra: relações de poder na CUT*. Fortaleza, EUFC, 1998.

FENELON, Dea. “Trabalho, Cultura e Investigação Social: Perspectivas de Investigação”. In: *Projeto História*, n. 4, SP. PUC, junho, 1985.

FIUZA, Elizabete Aragão. *A trajetória da indústria têxtil no Ceará: o setor de fiação e tecelagem 1880-1950*. Coleção Estudos Históricos – NUDOC – Projeto História do Ceará, UFC, 1989.

MASSUDA, Ely Mitie. *Inovação na indústria têxtil brasileira - 1983-1999*. São Paulo: USP, 2002 (Tese de Doutorado).

MONTEIRO Filha Dulce, CORREA Abdack. BNDS 50 anos – Histórias Setoriais. Indústria: O complexo Têxtil. Dezembro de 2002.

PIRES, Inácio J. B. *A mulher no mercado de trabalho*. Perfil socio econômico. Fortaleza: SINE/CE. 1995.

PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente”. In: *Revista Projeto-História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo: EDUC, n. 14, 1997.

SALES, Telma Bessa. *Trabalho e Reestruturação Produtiva*. O caso da Volkswagen em São Bernardo do Campo/SP. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2002

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (Coleção O Brasil Republicano v. 04).

THOMPSON, E. P. *A Formação da classe operária inglesa*. V. 01. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

THOMPSON, E. P. Algumas Observações sobre a Classe e “Falsa Consciência”. In: NEGRO, Antonio. L.; SILVA, Sérgio (orgs.). *Textos Didáticos*. nº 10, 3ª ed., v. 02, 1998. p. 95-109.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Artigo recebido em maio de 2010 e aprovado em junho de 2010.

# **POEMA DE MIO CID E A VIDA DE SANTO DOMINGO DE SILOS: UM ESTUDO COMPARATIVO A PARTIR DE DOIS TEXTOS DO SÉCULO XIII<sup>1</sup>**

*Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva*

Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Professora Associada II de História Medieval do Departamento de História da FRJ  
Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2

[andreaifraza@ufrj.br](mailto:andreaifraza@ufrj.br)

*Bruno Gonçalves Alvaro*

Mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Doutorando em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Professor Assistente I de História Medieval do Departamento de História da UFS

[brunoalvaro@ufs.br](mailto:brunoalvaro@ufs.br)

## **RESUMO**

No presente artigo comparamos a descrição dos clérigos *Jheronimo* e *Domingo de Silos*, personagens presentes, respectivamente, em dois textos escritos no século XIII: o *Poema de Mio Cid* (PMC) e a *Vida de Santo Domingo de Silos* (VSD). O método comparativo, aplicado sistematicamente aos estudos históricos, possibilita múltiplas possibilidades de trabalho, desde examinar e descartar hipóteses ou mesmo confirmá-las. Assim, a partir da comparação da construção narrativa de tais personagens, perguntamo-nos: a caracterização textual de *Jheronimo* e *Domingo* é similar? Que traços os aproximam e os separam? Que elementos influenciaram a construção narrativa desses personagens? Qual a relação entre a caracterização desses personagens e o papel social ocupado pelos clérigos em Castela nos séculos XII e XIII?

**Palavras-chave:** História Comparada – Idade Média Central – Reino de Castela

---

<sup>1</sup> O presente artigo é fruto de uma breve comunicação, intitulada *A espada e a palavra a serviço de Deus: Uma análise comparativa dos personagens Jheronimo e Domingo de Silos através do Poema de Mio Cid e da Vida de Santo Domingo de Silos*, apresentada, em 2008, na II Semana de Integração Acadêmica: Desafios às Ciências Humanas e Sociais no Brasil, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O texto aqui publicado corresponde ao estudo aprofundado da temática proposta naquele momento e contém os resultados que ficaram de fora da publicação do texto da comunicação nas *Atas* do respectivo evento. Cf. ALVARO, Bruno G.; FRAZÃO DA SILVA, Andréia C. Lopes. A espada e a palavra a serviço de Deus: Uma análise comparativa dos personagens Jheronimo e Domingo de Silos através do Poema de Mio Cid e da Vida de Santo Domingo de Silos. Semana de Integração Acadêmica do CFCH, 2, 06 a 08 de agosto de 2008. Desafios às Ciências Humanas e Sociais no Brasil. *Atas...* Rio de Janeiro: CFCH, 2009. (CD-ROM) ISSN 2176-0624.

## ABSTRACT

The present paper's the main goal is to compare the description of the clerics *Jheronimo* and *Domingo de Silos*, characters in two texts written in the 13<sup>th</sup> century: *Poema de Mio Cid* [*Mio Cid's Poem*] and *Vida de Santo Domingo de Silos* [*The Life of Saint Domingos de Silos*]. The comparative method, systematically applied to historical studies, allows for multiple possibilities of thematic work, permitting the examination and dismissing of hypotheses or even their confirmation. Thus, starting with the comparison of the narrative construction of such characters, we ask: are *Jheronimo* and *Domingo* characterized in the same way? Which traces approaches and separates them? What is the relation between the characterizations of such personages and the social papers of the Castela's clerics during the 12<sup>th</sup> and 13<sup>th</sup> centuries?

**Keywords:** Comparative History – Central Middle Age – Castela's Kingdom

*Poema de Mio Cid* e a *Vida de Santo Domingo de Silos* são dois poemas elaborados em Castela na primeira metade do século XIII, ainda que narrem acontecimentos que teriam ocorrido no século XI. Neles figuram diversos personagens, tais como reis, cavaleiros, damas, religiosos e clérigos. Neste artigo vamos nos concentrar na comparação da caracterização textual de dois personagens, ambos clérigos: *Jheronimo* e *Domingo*. Os mesmos são descritos nestas obras, a despeito de serem ligados formalmente à Igreja, assumindo atuações distintas na sociedade na qual estavam inseridos. Nossa hipótese é que eles representam a diversidade de posicionamentos da Igreja de Castela ante as normativas romanas sobre a disciplina clerical aprovadas em um Concílio geral, conhecido como Latrão IV, realizado em 1215.

Para fundamentarmos nossa análise optamos por utilizar o modelo comparativo proposto pelo historiador alemão Jürgen Kocka em seu artigo *Comparison and Beyond* (2003). Para este autor, a comparação em História “significa discutir dois ou mais fenômenos históricos sistematicamente a respeito de *suas* singularidades e diferenças de modo a se alcançar determinados objetos intelectuais” (KOCKA, 2003, p. 39). Ele ainda ressalta que tais fenômenos não precisam apresentar-se, necessariamente, em sociedades diferentes, já que dentro de uma mesma sociedade e em um mesmo marco temporal é possível, através da comparação histórica, observar similitudes e/ou diferenças específicas. Esta perspectiva rompe com a chamada comparação clássica, na medida em que, entre outros aspectos, pode ser aplicada a análises microanalíticas.

A comparação ainda nos permitiu preencher lacunas sobre a temática escolhida. No decorrer de nossas pesquisas foi latente a ausência de trabalhos que se preocuparam em analisar, comparativamente, não só os personagens em questão, como, também, as obras nas quais eles figuram.

Como orientação teórica, empregamos os pressupostos da História Cultural conceitualizada pelo pesquisador francês Roger Chartier, que entende esse campo do fazer histórico como tendo o principal objetivo de “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 2002, p. 17). Este autor afirma que para o alcance de tal objetivo muitos caminhos podem ser traçados, dentre os quais, o que “diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real” (CHARTIER, 2002, p. 17).

Por fim, tal historiador destaca que as representações do mundo social, mesmo pretendendo ser universais e fundamentadas na razão, “são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 2002, p. 17). Dentro desta lógica, defendemos que os personagens analisados neste artigo representam, como anteriormente afirmado, os diversos posicionamentos da igreja castelhana face às normativas papais.

A técnica de análise escolhida para o levantamento dos dados nos textos medievais selecionados foi a análise da narrativa. Concentramo-nos em inventariar os elementos que caracterizam os personagens à luz do contexto narrativo das obras. Estes dados foram comparados e interpretados a partir das considerações teóricas de Chartier, já apresentadas.

Destacamos que este artigo trata-se de uma abordagem que não busca generalizar a representação dada aos personagens escolhidos como um retrato de toda a sociedade castelhana do século XIII, mas, sim, discutir a especificidade de dois discursos, no caso, as descrições de *Jheronimo* e *Domingo*.

### **O Poema de Mio Cid e a Vida de Santo Domingo de Silos: características das obras**

O *Poema de Mio Cid* (PMC) foi escrito em 1207 pelo clérigo Per Abbat<sup>2</sup> e pode ser dividido em três núcleos narrativos, também conhecidos como *cantares*, nos quais o personagem central é o cavaleiro burgalês Rodrigo Díaz de Vivar, apelidado de *Cid*, que viveu no século XI. O primeiro cantar, chamado de *Cantar del destierro*, se inicia com o herói partindo para o exílio, juntamente com o seu séquito, por ordem do rei Afonso VI.<sup>3</sup> O cantar seguinte, *Cantar de las bodas*, retrata as campanhas na região do Levante e a conquista de Valência e se encerra com o casamento das filhas de *Cid* com os *infantes* de Carrión. Por fim, o último cantar, o *Cantar de la afrenta de Corpes*, trata da restituição moral e financeira do *Cid*, já que suas filhas haviam sido ultrajadas pelos esposos em Corpes, por motivo de vingança.

O PMC, em seu estado atual, é composto por 74 *fólios* num total de 3.733 versos e se encontra na Biblioteca Nacional de Madri. Falta uma folha no início do manuscrito e mais duas no interior, desta maneira, pode-se supor que o poema em seu estado original tinha,

---

<sup>2</sup> Existem diversos debates sobre a autoria do PMC. Contudo, como Gutierrez Aja e Riaño Rodríguez, atribuímos a autoria ao clérigo Per Abbat, baseando-nos, entre outros motivos, na assinatura no final do único manuscrito conhecido atualmente.

<sup>3</sup> Supõe-se que a ordem para tal desterro tenha-se originado por uma desavença entre o cavaleiro e Afonso VI, contudo isso não está explícito na versão atual do poema, já que o único manuscrito preservado não contém o primeiro folio.

aproximadamente, 4.000 versos ou um pouco menos Para muitos autores, como Reinhardt Dozy, trata-se de um dos primeiros monumentos literários da língua castelhana (DOZY, 1860, p. 1). Vale destacar que o personagem por nós selecionado para análise neste artigo, *Jheronimo*, é secundário na trama, mas interage diretamente com o protagonista *Cid*. Diferentemente, de Rodrigo Díaz de Vivar (*El Cid*), amplamente documentado, *Jheronimo* não figura em nenhum texto literário ou histórico da *Hispania*. Acredita-se que Per Abbat se baseou em um clérigo cluniacense francês chamado Jérôme de Périgord, que, juntamente com companheiros de Ordem, viajou a Península Ibérica para ajudar na reforma da igreja peninsular sob a direção de Bernardo, Arcebispo de Toledo desde 1085 (SMITH, 2001). Entretanto, ainda hoje, são diversas as discussões acerca do assunto, tema sobre o qual não nos deteremos neste trabalho.

A *Vida de Santo Domingo de Silos* (VSD) é um poema-hagiográfico escrito pelo clérigo Gonzalo de Berceo, provavelmente em 1240, e narra a vida virtuosa do *santo Domingo*, que foi após ter sido ordenado sacerdote e ter vivido como eremita, abraçou a vida monástica e tornou-se conhecido como o abade reformador do mosteiro de Silos e, como *Cid*, viveu no século XI. Esta obra pode ser dividida em três partes ou três “livros”. O primeiro apresenta a biografia do santo, começando com o seu nascimento, destacando as virtudes que o caracterizaram em vida e seu auto-exílio em Castela, resultado de conflitos com o rei Garcia de Nájera. O segundo narra os milagres operados pelo abade em vida, finalizando com a narrativa de sua morte e sua entrada no paraíso. E, por fim, o terceiro relata os milagres pós-morte, estabelecendo o silense como um intercessor que liga Deus aos homens. Diferentemente de *Jheronimo*, *Domingo* é o protagonista da obra em questão.

Até o momento, apenas três manuscritos medievais da VSD são conhecidos: **S**, **H** e **E**. O **S** é datado no século XIII e os outros dois são cópias realizadas no século XIV. **S** encontra-se no mosteiro de Silos e acredita-se que seja uma cópia feita em San Millán de la Cogolla por um monge silense. **H** trata-se de uma cópia do primeiro, provavelmente feita para o mosteiro de San Martin de Madrid, comunidade religiosa filiada a de Silos. Este manuscrito encontra-se atualmente na Academia de la Historia. Por fim, o manuscrito **E**, uma possível cópia do original de Berceo, feita em San Millán de La Cogolla, entre 1300 e 1325.

## As relações entre a igreja castelhana e Roma no século XIII

Desde o século XI, aspectos da chamada Reforma Gregoriana já eram introduzidos em solos castelhanos (SILVA, 1995a). Contudo, o processo de submissão da igreja castelhana a Roma não foi simples nem automático. Em pleno século XIII, momento em que o PMC e a VSD foram compostos, houve resistência, em várias dioceses castelhanas, face à introdução das decisões tomadas no IV Concílio de Latrão, considerado o mais importante concílio ecumênico medieval. Como destaca García y García, os clérigos ibéricos, mesmo depois desta assembléia, não “muestran especial entusiasmo en tal sentido, pese a recibir algunas admonestaciones pontificias en tal sentido para aplicar las reformas lateranenses” (GARCÍA Y GARCÍA, 2005, p. 89).

Esta resistência em acatar as diretrizes de Roma pode ser parcialmente explicada pela intervenção do poder régio nos assuntos considerados da esfera religiosa. Em 1247, por exemplo, o papa Inocêncio IV concedeu a Fernando III as *tercias reales*, que correspondiam a 2/9 do valor total do dízimo eclesiástico. Segundo os historiadores espanhóis Julio Valdeón e Zabalo Javier, “esa participación de la corona en las rentas de la Iglesia tenía un valor decisivo. Por eso se ha afirmado, no si fundamento, que desde mediados del siglo XIII, los obispos del reino castelhana-leonés dependían más del monarca que del pontífice” (VALDEÓN; ZABALO, 1989, p. 84-85). Esta interferência régia na Igreja castelhana pode ser associada ao fato do movimento conhecido como Reconquista ter tomado ares *cruzadísticos* no início do século XII.<sup>4</sup> Em uma sociedade em permanente “sentimento cruzado”, os homens de guerra, sem a mediação da Igreja, sentiam-se salvos por exercerem uma atividade considerada santa.<sup>5</sup> Aliás, uma das marcas dos governos de Fernando III, o Santo, e, Afonso X, o Sábio, foi justamente a continuidade das operações militares dos que os antecederam, possibilitando à coroa castelhana o domínio de grande parte dos territórios muçulmanos ao sul da península (RUCQUOI, 1995, p. 290).

Segundo o IV Concílio de Latrão, os clérigos deveriam ser continentos e castos, servir a Deus com um coração puro, abster-se do abuso na bebida, não caçar, não exercer cargos seculares nem administrar negócios temporais, não participar ou assistir apresentações teatrais, não jogar, não praticar a simonia, não participar de expedições militares, não exercer atividades que levem ao contato com sangue, dentre muitos outros cuidados (SILVA, 1995b).

<sup>4</sup> O papa Pascoal II assim confirmou-a em 1102.

<sup>5</sup> É interessante, por exemplo, comparar o pensamento cruzadístico dos europeus que lutavam em Jerusalém com os cristãos peninsulares da Reconquista. Ver, por exemplo, o artigo de González Casanovas (1998).

A seguir, passaremos a refletir sobre as caracterizações de *Jheronimo* e *Domingo*, sublinhando as similitudes e diferenças entre eles e discutindo como este perfil ideal de clérigo proposto por Roma faz-se presente nestas construções textuais.

### **Don Jheronimo: o bispo mata-mouros**

O personagem *Don Jheronimo* é inserido por Per Abbat na trama a partir dos versos 1287 e 1288, como um tipo de “alento” aos cristãos partidários de *Cid* em Valência: “En estas nuevas todos se(a) alegrando/ de part de orient vino un coronado” (PMC 78:1287-1288). Não há outras evidências documentais sobre *Jheronimo*, ou seja, não podemos afirmar se estamos ante a um personagem histórico ou unicamente de uma construção literária.

O PMC não deixa dúvidas quanto à categoria social de *Jheronimo*: ele é um “coronado”, ou seja, um sacerdote, um clérigo (PMC 78: 1287). Ele é descrito como “bien entendido es de letras e mucho acordado” (PMC 78:1290), isto é, como um clérigo letrado e “muito sensato”. Tais adjetivos não fogem ao tipo de clérigo almejado pela Igreja no período, conforme é possível verificar através do cânone 16 do IV Concílio de Latrão. No entanto, a descrição prossegue e, segundo o poema, “de pie e de cavallo mucho era areziado” (PMC 78:1291).

*Don Jheronimo*, portanto, não é apenas um clérigo letrado e “muito sensato”, ele era “areziado”, ou seja, forte, seja a pé ou a cavalo. Per Abbat atribui, dessa maneira, uma adjetivação a este personagem que o desvia do modelo de clérigo tão pontuado pela historiografia por nós conhecida, pois ele é forte, não na fé ou no manejo das sagradas escrituras, mas, como veremos a seguir, como um guerreiro.

A narrativa continua e a trama indica que o clérigo se juntou ao séquito de *Cid* com um único objetivo: lutar contra os mouros (PMC 78: 1292-1295). E esta atitude agradou o protagonista, que afirma ao seu braço direito, o cavaleiro *Minaya Albar Fañez*, que instituiria um bispado em Valência e o entregaria nas mãos de *Don Jheronimo*, um “buen christiano” (PMC 78:1300). Após uma pequena ausência na narrativa, o clérigo reaparece, já como bispo de Valência, à frente da comitiva de recepção à esposa e filhas de *Cid*, que após permanecerem certo tempo no Mosteiro de San Pedro de Cardeña, retornavam para companhia do herói.

Com a iminência de um ataque dos mouros vindos de Marrocos, a primeira obrigação do bispo, segundo a voz dada ao personagem *Cid*, era “dezir nos ha la missa” (PMC 93: 1688). O autor apresenta o conteúdo do sermão, que destacava a indulgência dada aos que morressem

em batalha, dentro do espírito religioso que motivada a cruzada contra os chamados infiéis: “El que aqui muriere lidiando de cara/ prendol yo los pecados e Dios le abra el alma./ A vos, Çid don Rodrigo – ¡en buen ora çinxiestes espada! –/ hyo vos cante la missa por aquesta mañana;/ pido vos un don e seam presentado:/ las feridas primeras que las aya yo otorgadas.’/ Dixo el Campeador: ‘Des aqui vos sean mandadas.’ (PMC 94:1701-1710)

Percebe-se que o bispo *Jheronimo* cumpre sua obrigação como clérigo, reza a missa, contudo, antes do séquito sair para o combate, ele pede a *Cid* o direito de desferir os primeiros golpes no campo de batalha, o que era considerado uma grande honra entre os cavaleiros na Idade Média, segundo os estudiosos (DUBY, 1995; FLORI, 2001; PASTOUREAU, 1989). A honra solicitada é concedida, e todo o exército parte para a batalha.

Como é comum nos textos épicos que narram feitos guerreiros, as lutas são sangrentas. E por se tratar de uma obra que não exalta simplesmente um personagem, mas o utiliza como o exemplo de cavaleiro cristão perfeito, *Cid* e seus companheiros vencem a lida. Ao entrar novamente em Valência, sendo recebido por sua mulher e suas filhas, o herói discursa: “Vedes el espada sangrienta e sudiento el cavallo,/ ¡con tal cum esto se vençen moros del campo!” (PMC 95: 1753-1754). O poeta ressalta os despojos conquistados na luta contra os marroquinos e descreve o bispo *Jheronimo* como “caboso coronado/ quando es farto de lidar com armas las sus manos/ non tiene en cuenta los moros que ha matados;/ lo que caye a el mucho era sobejano.” (PMC 95: 1792-1795). Sendo assim, como anteriormente ressaltado, tal clérigo, além de possuir os atributos essenciais para ser considerado um bom religioso aos olhos da Igreja, também é descrito como exímio guerreiro, um verdadeiro “mata-mouros”.

Após um novo silêncio do PMC a respeito de *Don Jheronimo*, ele ressurgiu mais uma vez em um contexto narrativo específico de batalha, dessa vez contra as forças marroquinas lideradas pelo rei *Bucar*. Per Abbat, assim como na passagem anterior, descreve o bispo como cumpridor de suas funções religiosas à frente do “bispado” de Valência.<sup>6</sup> No entanto, é mais explícito sobre as suas funções clericais, conforme o diálogo com *Cid*: “Oy vos diz la missa de Santa Trindade,/ por esso sali de mi tierra e vin vos buscar/ por sabor que avia de algun moro matar. / Mi orden e mis manos querria los ondrar/ e a estas feridas yo quiero ir delante;/ pendon trayo a corças e armas de señal,/ si plogiesse a Dios querria las ensayar,/ mi coraçõn

---

<sup>6</sup> Há um documento, datado de junho de 1098, em que Rodrigo Díaz de Vivar (*El Cid*) transforma a mesquita de Valência em catedral, dotando-a generosamente, assim como o bispo que a assumiu, sobre o qual não temos notícias. Há uma hipótese, pouco provável, que Don Jérónimo de Périgord, ao qual já nos referimos em nosso texto, a mando do Arcebispo de Toledo tenha tomado posse da sede. Porém, preferimos nos referir ao bispado de Valência no poema utilizando aspas, por considerarmos uma liberdade poética utilizada para enriquecer a trama narrada por Per Abbat.

que pudiesse folgar/ e vos, mio Cid, de mi mas vos pagar./ Si este amor non feches yo vos me quiero quitar” (PMC 116:2367-2379). Mais uma vez, o cavaleiro burgalês dá a honra dos primeiros golpes ao bispo e ressalta: “Lo que vos queredes plaz me./ Afe los moros a ojo, id los ensayar;/ ¡nos d’aquent veremos commo lidia el abbat!” (PMC, 116:2380-2382).

O poema então narra com muita minúcia o combate do clérigo e destaca a sua coragem mesmo cercado de diversos mouros (PMC, 117:2383-2390). O narrador chega a inserir-se diretamente no relato. Assim, ao descrever a luta, exclama: “!Dios, que bien lidiava!” (PMC, 117:2388).

Conforme nossa análise, as aparições mais detalhadas de *Jheronimo* no PMC são sempre as que descrevem momentos de batalha contra os muçulmanos.<sup>7</sup> Há que destacar, também, que o poeta, em todas as passagens que dá voz ao seu personagem, é bem específico sobre o desejo do personagem de participar dos combates liderados por *Cid* que, por sua vez, aceita com naturalidade o pedido do clérigo. Isso nos leva a inferir que *don Jheronimo* não era, dentro do contexto em que o poema foi escrito, um religioso fora do comum. Isso corrobora com a nossa hipótese de que a Igreja, mesmo tentando impor seu modelo de religioso na Península Ibérica, não extinguiu clérigos como *Jheronimo*, pelo menos no reino de Castela.

Passamos agora a analisar o que julgamos ser não o oposto de *Jheronimo*, mas um clérigo mais próximo às expectativas da Igreja de Roma: *Domingo de Silos*.

### **Domingo de Silos: um clérigo nos moldes da Igreja romana**

Como se trata do protagonista do poema, são muitas as qualidades, os gestos, os milagres, os comportamentos e as ações que Gonzalo de Berceo atribui a *Domingo*. Não faremos uma apresentação sistemática de todos os elementos que caracterizam o abade na obra em estudo, já que são em grande número, limitamo-nos somente aos que consideramos mais relevantes na sua identificação como clérigo.

O primeiro traço de *Domingo* destacado na VSD é o comportamento regrado, revelado ainda na primeira infância. Desta forma, após indicar o propósito da obra e apresentar os pais do santo, o autor passa a enumerar as virtudes apresentadas por seu protagonista ainda menino. Segundo este poema, o biografado servia aos seus pais com boa vontade e humildade (VSD 10ab); era obediente (VSD 19c) e cumpria todas as tarefas que lhe eram designadas (VSD

<sup>7</sup> A estrofe de número 117 do poema marca a última aparição do bispo mata-mouros *Jheronimo*.

19); era tão correto que chegava a impressionar os vizinhos (VSD 10cd). Mesmo sendo uma criança, não se interessava por jogos nem os observava (VSD 11ab). Procurava evitar os risos, falar ou envolver-se com coisas “pouco edificantes” (VSD 12). A conduta apresentada por *Domingo* era, portanto, muito diferente da de qualquer menino de sua idade, mas estava em harmonia com o exigido para os clérigos pela Igreja de Roma.

Dentre as diversas ações do santo, destaca-se a oração. Porém, mais do que possuir um caráter contemplativo, as preces de *Domingo* foram motivadas por questões práticas. Assim, perante as dificuldades, fossem pessoais (VSD 158-161), de sua comunidade (VSD 450 - 453) ou dos que o procuravam (VSD 217, 304, 394, 397), o santo clamava pela ajuda de Deus. A obra ainda ressalta que o santo intercedia pelos enfermos, cativos, pagãos, hereges, mortos e por si mesmo (VSD 75-78).

Segundo a VSD, *Domingo*, mesmo tendo sofrido perseguições ou sendo enganado, sempre soube reconhecer as fraquezas humanas e perdoar aos que o magoavam (VSD 377-379, 436-442). Como homem de Deus, possuía uma justiça diferente da dos homens. Por exemplo, quando a horta do mosteiro de Silos fora toda revolvida por ladrões em busca de alimento, o santo, ao invés de castigá-los ou mandar prendê-los, ofereceu-lhes alimento e pagamento pelo serviço de preparar a terra para o cultivo (VSD 377-379).

Berceo retrata *Domingo* como um homem solidário e caridoso, que repartia o que tinha com os demais, auxiliando-os no que era necessário (VSD 113, 300, 340, 353-374, 405 - 406). Podemos, a título de exemplificação, destacar a ocasião em que o abade deu um cavalo, a única riqueza que tinha, para ser vendido a fim de angariar recursos para resgatar um cativo: “Non avemos dineros, nin oro nin argent, un cavallo tenemos en casa solament; nos éssi vos daremos de grado en present, cumpla lo que falliere el Rey omnipotent” (VSD 364).

*Domingo* também é apresentado como uma pessoa sedenta por conhecimento. A disposição para servir a Deus não lhes bastava: era necessário aprender a doutrina. Desta forma, ao se decidir pela carreira de sacerdote, ainda menino, ingressou na escola paroquial (VSD 35). Segundo o poema, para ali se dirigia toda a manhã, sem que seus pais precisassem ordená-lo (VSD 37ab). Na escola aprendeu a ler os evangelhos e as epístolas e a cantar o saltério, os hinos e os cânticos do ofício divino (VSD 38-39), habilidades necessárias para exercer o sacerdócio. Ou seja, a busca pelo conhecimento apresenta-se, na obra em estudo, como uma condição importante para os que querem servir a Deus.

Além de culto, o santo é apresentado como trabalhador. Desta forma, a VSD afirma que *Domingo* queria viver do trabalho de suas mãos, portanto, “... empeçó a labrar por dexar de pedir, que era grave cosa, pora él, de sofrer” (VSD 107cd). Esta visão positiva do trabalho certamente era uma forma sutil de criticar as nascentes ordens menores que, neste período, consolidavam sua presença na Península Ibérica. Estas ordens também eram conhecidas como mendicantes, pois garantiam a subsistência através do recebimento de esmolas.

A VSD também ressalta que *Domingo* possuía o dom da profecia (VSD 283-284), teve visões e sonhos (VSD 229-249), frutos de seu relacionamento íntimo com a divindade. Porém, disso não se vangloriava: “por estas visiones que Dios li demonstrava, ninguna vanagloria en él non encarnava; por servir a don Cristo más se escalentava, a otras vanidades cabeça non tornava” (VSD 249).

*Domingo*, apesar de ter dedicado a maior parte de sua existência à vida monástica, foi, segundo a obra em estudo, um pregador. Pregava não só para os irmãos do mosteiro, mas para os leigos. A VSD ressalta este dado e afirma que muitos vinham ouvi-lo, inclusive o rei Fernando I de Castela (VSD 220, 463). Gonzalo de Berceo chega a introduzir na obra um longo sermão fictício que atribui ao santo, repleto de conselhos pastorais e dando ênfase à confissão e ao perdão (VSD 463-475). Sua pregação era, portanto, pública e evangélica, tal como exigia o novo ideal de espiritualidade.

A castidade (VSD 224), a mansidão (VSD 147, 443-444), a humildade (VSD 249, 311-312), o desejo de servir a Deus com todo o seu ser (VSD 253), a compaixão (VSD 363) e a disposição para ajudar a qualquer necessitado (VSD 13) são outras qualidades demonstradas por *Domingo*. Desta forma, a obra em estudo não economiza nos adjetivos e expressões a fim de que essas virtudes fiquem patentes: “... fo siempre casto, de bona paciência, umilloso e mansó, amó obediência, en dicho e en fecho se guardo de fallencia...” (VSD 224abc).

## Conclusão

*Jheronimo* e *Domingo* recebem tratamento diferenciado no conjunto das obras em que figuram, já que ocupam papéis distintos nas narrativas. *Jheronimo* é um personagem secundário, enquanto *Domingo* é protagonista. Esse fato explica o grande número de qualificações relacionadas ao silêncio, frente às escassas referências ao clérigo cotidiano. Entretanto, a despeito dos papéis que ocupam nas obras, é possível verificar traços comuns na

caracterização dos dois clérigos. Ambos são homens corajosos, fortes, firmes, letrados e sensatos; pregam; relacionam-se com os líderes seculares. Porém, um elemento fundamental os diferencia: o uso da violência física. *Jheronimo* é um guerreiro, um mata-mouros, *Domingo*, apesar das dificuldades vividas, inclusive os embates com o rei García de Nájera, não entrou em combate corporal com seus inimigos: suas armas foram a palavra, a oração, a mansidão, etc.

As similitudes e diferenças entre os personagens *Jheronimo* e *Domingo* podem ser explicadas, entre outros fatores, pelo público alvo e a temática central desenvolvidas nas obras, a despeito dos autores terem sido clérigos. Per Abbat escreveu um poema épico, cujo público alvo era a nobreza laica envolvida com a chamada Reconquista e, provavelmente, muito influenciada pelos ideais de guerra santa. Gonzalo de Berceo compôs um poema religioso, para propagar a devoção a um santo exemplar, seguindo o modelo ideal de clérigo aspirado pela Igreja Romana.

Os traços comuns dos personagens, a valorização do saber e a pregação, estão, certamente, vinculados a própria trajetória de Per Abbat e Gonzalo de Berceo, que eram clérigos, letrados e produtores de obras em versos, muito mais do que às diretrizes papais sobre o tema, presentes, em especial, nos cânones 10 e 11 do IV Concílio de Latrão. As divergências explicam-se, sobretudo, pelo valor dado, na sociedade castelhana, às ações guerreiras, que, inclusive, eram justificadas pela Igreja quando direcionadas aos outros, judeus, muçulmanos e hereges.

Mais do que reflexos da realidade social, *Jheronimo* e *Domingo* são personagens que sintetizam ideais de vida clerical. Enquanto o primeiro encarna o clérigo que combate o mal e o inimigo com a palavra e a força, ligado à tradição ibérica da participação dos clérigos e seus séqüitos ao lado dos reis nas batalhas, o segundo encarna os novos ideais da Igreja Papal, marcado pela valorização da pregação e do exemplo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Documentação Medieval Impressa:

ANÔNIMO. *Poema de Mio Cid*. Edição crítica por Colin Smith. Madrid: Cátedra, 2001.

FOREVILLE, R. (Ed.). *Lateranense IV*. Vitória: Eset, 1973.

GONZALO DE BERCEO. *Obras completas*. Estudo e edição crítica por Brian Dutton. Londres: Tamesis Books, 1978b. v. 4: la Vida de Santo Domingo de Silos.

### Obras de caráter teórico-metodológico:

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel, 2002.

GANCHÓ, Cândida Vilares. *Como analisar narrativas*. São Paulo: Ática, 2006.

KOCKA, Jürgen. "Comparison and beyond". *History and theory*, v. 42, n.1, p. 39-44, feb. 2003.

### Obras específicas:

ALVARO, Bruno G.; FRAZÃO DA SILVA, Andréia C. Lopes. "A espada e a palavra a serviço de Deus: Uma análise comparativa dos personagens Jheronimo e Domingo de Silos através do Poema de Mio Cid e da Vida de Santo Domingo de Silos". Semana de Integração Acadêmica do CFCH, 2, 06 a 08 de agosto de 2008. Desafios às Ciências Humanas e Sociais no Brasil. *Atas...* Rio de Janeiro: CFCH, 2009. (CD-ROM). ISSN 2176-0624.

CORTÉS, José. *El Mundo Poético de Gonzalo de Berceo en la Vida de Santo Domingo de Silos*. 1972. Tese de Doutorado. Florida State University, Flórida, 1972.

DOZY, Reinhardt. "Le Cid d'Après de Nouveaux Documents". In: \_\_\_\_. *Recherches sur l'Histoire et la Littérature de l'Espagne Pendant le Moyen Âge*. Leyde: E. J. Brill, 1860. 2 v. V. 2. p. 1-6.

DUTTON, Brian. "A Chronology of the Works of Gonzalo de Berceo". In: DEYERMOND, Alan David. *Medieval Hispanic Studies Presented to Rita Hamilton*. Londres: Tamesis, 1976. p. 67-76.

FLETCHER, Richard. *Em Busca de El Cid*. São Paulo: Unesp, 2002.

GARCÍA Y GARCÍA, Antonio. *Historia del Concilio IV Lateranense de 1215*. Salamanca: Centro de Estudios Orientales y Ecuménicos Juan XXIII, 2005.

GUTIÉRREZ AJA, María del Carmen; RIAÑO RODRÍGUEZ, Timoteo. El Cantar de Mío Cid. 2: Fecha y Autor del Cantar de Mío Cid. *Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes*, 2006. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=17997>>. Último acesso em 03/02/2008.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *La España del Cid*. Madrid: Espasa-Calpe, 1947. 2 v.

PÉREZ-EMBED WAMBA, Francisco Javier et. al. *La Reforma Gregoriana y su Proyección en la Cristiandad Occidental. Siglos XI-XII*. Navarra: Departamento de Cultura y Turismo/ Institución Príncipe de Viana, 2006.

SMITH, Colin. "Introducción". In: ANÔNIMO. *Poema de Mio Cid*. Edición de Colin Smith. 22ª Ed. Madrid: Catedra, 2001. p. 17-139.

### **Obras gerais:**

FLORI, Jean. *La Caballería*. Madrid: Alianza, 2001.

DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o Melhor Cavaleiro do Mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

\_\_\_\_\_. *O Domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FRAZÃO DA SILVA, Andréia Cristina Lopes. "Moralização do Clero Castelhana no Século XIII". *Veritas*, v. 40, n. 159, p. 559-576, 1995.

\_\_\_\_\_. "O IV Concílio de Latrão: Heresia, Disciplina e Exclusão". In: \_\_\_\_\_.; ROEDEL. Leila R.. *Semana de Estudos Medievais*, 3, Rio de Janeiro, 25 a 28 de abril de 1995. *Anais...* Rio de Janeiro: PEM - UFRJ, 1995. p. 95 -101.

GONZÁLEZ CASANOVAS, Roberto J. "Fernando III como Rey Cruzado en la "Estoria de Espanna" de Alfonso X: La Historiografía como Mitografía en torno a la Reconquista Castelhana". In: WARD, Aengus (Coord.). *Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*, 12, Birmingham, 21-26 de agosto de 1995. *Actas...* Birmingham: University of Birmingham, 1998. p. 193-204.

ORELLANA CALDERÓN, Raúl. "'Contra los de dentro tortizeros e sobervios": los otros "defensores", jurisdicción y poder en el proyecto político alfonsí". *E-Spania: Revue électronique d'études hispaniques médiévales*, n. 1, junho de 2006. Disponível para download em: <http://e-spania.revues.org/document331.html>. Último acesso em 21/08/2008.

PASTOUREAU, Michel. *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda*. São Paulo: Companhia das Letras/ Círculo do Livro, 1989.

RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995.

VALDEÓN, Julio; ZABALO JAVIER, Salrach, José M<sup>a</sup>. Javier. *Feudalismo y Consolidación de los Pueblos Hispánicos (Siglos XI-XV)*. *Barcelona: Labor*, 1989. (*Historia de España*, 4).

Artigo recebido em maio de 2010 e aprovado em julho de 2010.

## O SER-TÃO NO ROMANCE *GALILÉIA*

*Maria Cândida Santos e Moura*

Graduada pelo curso de Letras Português-Francês/UFS

Professora Substituta do Departamento de Letras/Universidade Federal de Sergipe.

### RESUMO

Este trabalho objetiva discutir a noção de sertão presente no romance *Galiléia*. Busca entender como se dá, na obra, a relação entre literatura, memória e sertão, bem como as contradições que complexificam e redimensionam esta representação. Retrata a globalização dos costumes neste espaço, em virtude da influência do capitalismo, como também a transição de valores no mundo sertanejo. Nele, o choque entre tradição e modernidade, local e global denuncia a lenta dissolução de um sistema cultural, antes concebido como genuinamente brasileiro. Reflete sobre o modo como se estabelece a prática rememorativa no romance, da qual resultam a sensação de não pertencimento dos indivíduos e a conseqüente desterritorialização não apenas destes, como do próprio sertão, cuja fisionomia multifacetada impede-nos de fixá-lo como conceito.

**PALAVRAS CHAVE:** Literatura, sertão e memória.

### ABSTRACT

This work discusses the concept of Brazilian sertão in the novel *Galiléia*, seeking to understand how it is expressed, the relationship between literature, memory and sertão, and the contradictions that complicate and redimensionalize this representation. This space portrays the globalization of morality, not only because of the influence of capitalism, but also because of the transition of values in the backcountry world. This world contains the clash between tradition and modernity, the local and global, denouncing the slow dissolution of a cultural system, conceived above all as genuinely Brazilian. Reflects on how these considerations establish the practice characteristic of the novel, which produces a feeling of not belonging and the consequent dispossession of not only individuals but of the entire sertão, whose multifaceted face multifaceted prevents us from fixing it as concept.

**Key-words:** literature, sertão and memory

## Sertão e Transcrição

*Galiléia* (2008), romance contemporâneo do médico e escritor cearense Ronaldo Correia de Brito, é uma obra de memórias em que se retrata o diálogo existente entre o que de tradicional e contemporâneo há na realidade sertaneja dos dias de hoje. A obra tem sua gênese marcada pela travessia dos primos Adonias, Ismael e Davi, netos do patriarca Raimundo Caetano pelo sertão dos Inhamuns, no interior do Ceará, rumo à fazenda Galiléia, para onde se dirigem, embora com hesitação, em razão do adoecimento do avô.

A linha que tece a rapsódia dos Rego Castro revela ao desenovelar-se uma sórdida trama em que estão enredados rancores, traumas, assassinatos, adultérios e vinganças, além do sentimento de falta — subentendido através do ritmo vertiginoso em que se dão as lembranças do narrador Adonias — e da presença da farsa como elemento unificador das personagens. Do seio familiar emergem conflitos que perpassam questões universais presentes tanto na Bíblia quanto na tragédia clássica.

O vínculo da narrativa com o ‘grande código’ da literatura ocidental dar-se-á através do que Bezerra (2008) entendeu, em sua análise do conto *Dãolalalão* de Guimarães Rosa, como um processo de transculturação da bíblia no sertão brasileiro. Em sua concepção, a obra é uma leitura ‘estranhada e transgressiva’ do *Cântico dos Cânticos* que, ao ser recriado no sertão do Brasil quer evidenciar *um tópos que diz respeito à mola da organização social brasileira, nas suas origens de corte escravista: a questão do negro, a opressão senhor/escravo, a questão da escravatura, mancha que subsiste na estrutura da sociedade brasileira, nas relações de classe, no convívio das pessoas, do imaginário do país* (BEZERRA, 2008, p. 269).

A existência desse vínculo emerge a cada capítulo, a começar pelo título da obra. Sob a perspectiva da transculturação, ela nos aponta a transição de valores no mundo sertanejo, onde rural e urbano, tradição e modernidade, global e uno se alternam e redimensionam a noção de sertão, de modo a transformá-lo em categoria. A Galiléia, atual Israel, foi a região em que se deram na bíblia a transfiguração e a ressurreição de Jesus Cristo, acontecimentos misteriosos e questionáveis até os dias de hoje. A fazenda Galiléia também é envolvida por essa atmosfera de mistério, pela existência de fatos silenciados que por não se precipitarem fazem de cada membro da família um possível algoz. Aqui se alude à história de Davi, neto mais novo do patriarca Raimundo Caetano.

Filho caçula de Natan, personagem que representa o sertanejo irascível e truculento de revólver na cintura, e Marina, uma jovem pesquisadora da USP que chega à Galiléia, em virtude das pesquisas que realiza. Em sua estadia no sertão dos Inhamuns, ela se casa, mas não consegue sustentar seu casamento que se desfaz em brigas. O fim do casamento a obriga a deixar pra trás o pequeno Elias, elo que Natan pensava uni-lo ainda à esposa, partindo grávida de Davi, cujo significado em hebraico quer dizer ‘o amado’. Querido por toda a família e paparicado pelas tias, omite, através de sua aparência gentil e frágil, natureza sexualmente pervertida. A trajetória da personagem é marcada por um acontecimento bárbaro que parece influenciar seu percurso na narrativa. Estuprado por um de seus familiares, percorreu a fazenda coberto por uma túnica branca manchada de sangue. Este fato caracteriza a alusão a mais um episódio bíblico, como cita o próprio autor: *Davi, o príncipe, o que entrou em Jerusalém embriagado, dançando despido à frente de um cortejo de homens* (BRITO, 2008, p.27). A mácula dessa experiência traumática transpõe as barreiras do individual e se difunde no seio familiar, transformando-se em mais um fato fantasmagórico a assolar a memória dos Rego Castro. A imagem de gênio alimentada pela família é desfeita pelo próprio Davi que confessa ao primo Adonias nas últimas páginas do livro o que para ele de fato significou sua estadia em terras estrangeiras:

“Para mim, França e Nova Iorque significaram apenas um desfecho de adolescência, ato final do drama que você presenciou. Posso lhe falar muitas coisas, a minha agenda sexual é interessante, mas corro o risco de contar o que não interessa, destoando do personagem Davi que todos se habituaram a imaginar” (BRITO, 2008, p.185).

O ingresso de Davi na viagem, *não propriamente como músico, mas como um garotinho de programa de classe média* (BRITO, 2008, p.187), pode nos levar a pensá-la, tal como se deu, como uma espécie de troco, uma zombaria disfarçada, uma hecatombe simbólica em que a falsa moral da família seria bradada pela boca da nova geração de contadores da Galiléia. Aqui a épica sertaneja cede espaço à pornografia, como nos sugere Brito (2008). Davi, fruto do encontro entre realidades distintas representadas por seus pais, expõe a incompatibilidade, o choque cultural que caracteriza o diálogo entre os dois mundos em que transita.

A transcrição do universo bíblico está presente de diversas formas na obra. Por exemplo, no modo como se atrelam os nomes das personagens às narrativas do evangelho. Todas elas estão ligadas, ainda que infimamente, a mitos da bíblia sagrada, mas aqui não se pretende seguir

essa linha de interpretação, apenas apontá-la como uma possibilidade de análise. A forma como o narrador relata o processo de ocupação do sertão brasileiro por mouros e judeus, através da comparação, aproxima as trajetórias diaspóricas dos cristãos novos e do povo sertanejo. Aqui está mais um ponto de convergência entre a Galiléia bíblica e a simbólica.

“Os antigos patriarcas da família afirmavam que a nossa ânsia por terras e o desejo contrário de abandonar tudo e correr mundo afora vinham do sangue dos cristãos novos (...) Tio Salomão insiste que somos um povo inacabado, em permanente mobilidade, adaptando-se aos lugares distantes, às culturas exóticas. A errância e o nomadismo, o gosto pelo comércio e as viagens alimentam o nosso imaginário, o sentimento de que pertencemos a todos os recantos e a nenhum”. (BRITO, 2008, p.23).

### O ser-tão trágico

Além dos vínculos com o bíblico, a obra retoma preceitos clássicos, sobretudo através dos acontecimentos que remontam a cadeia trágica da família, na forma de uma maldição familiar. Esta, por sua vez, institui um trânsito constante entre passado e presente, o que perpassa as trajetórias dos três primos e faz emergir o *daímon* familiar, definido no sentido trágico por Gazolla (2001) como:

“(...) a expressão de um *éthos* familiar sem sê-lo totalmente, como se pudesse “colar-se” na rede de gerações, a cada um dos descendentes, como se pairasse, sobre-humano e sinistro, na particularidade de um único homem e na de sua raça de maneira indiscutível e inalienável” (GAZOLLA, 2001, p. 65)

Os acontecimentos que constituem as tragédias em seu seio familiar retomam paixões universais presentes não somente nos mitos bíblicos, mas passíveis de ocorrer com quaisquer indivíduos, a exemplo dos Rego Castro, família imaginária localizada no sertão do Brasil. O que há de comum nos três contextos citados é a existência de uma moral conservadora, paternalista, fundada na farsa familiar, que colide com o que de instintivo há em todo ser humano: o desejo por detrás do adultério, do incesto, do homossexualismo, do estupro; os impulsos agressivos demasiadamente humanos— inconvenientes mas humanos— que engendram assassinatos, brigas; os rancores e as dores que brotam das predileções e das

opressões presentes atenuada ou ostensivamente em toda família, independente da realidade a que pertença, idéia defendida por Adonias quando diz:

“Não é apenas aqui, na Galiléia, nesse limitado espaço de terra, que as pessoas se odeiam. Em qualquer lugar do planeta as pessoas se odeiam, mas nem sempre estão à altura de seu ódio. Nós da família nos elevamos acima da mediocridade que nos cerca, o nosso ódio aflora em busca da tragédia” (BRITO, 2008, p. 143)

A presença dos princípios da moral familiar em dissolução, ainda assim, norteia as ações das personagens. Tamanho é seu poder de aprisionamento que Domísio assassina sua esposa, Donana, para desvencilhar-se de um casamento instituído pela família e, duzentos anos depois, Adonias se volta contra o primo Ismael, ao saber de seu envolvimento carnal com Marina, esposa de Natan, pai que jamais o reconheceu como filho. O estopim se dá quando Ismael insinua saber de algum acontecimento familiar escuso em que a mãe de Adonias estaria supostamente envolvida e desfere uma pedrada (procedimento, aliás, arcaico que remonta aos costumes judaicos) sobre o primo, de modo a matá-lo. Aqui há a retomada de uma das bases da tragédia grega, a cadeia de crimes de sangue.

Nos minutos que sucedem o crime, busca esconder-se como o fez seu tio. Atormentado infere ter matado seu primo *em busca de um momento de poesia. Para que ele não se perdesse em movimentos repetidos e desconexos*. Nesta frase, o elemento trágico pode ser entendido como um dispositivo de ruptura e de elevação do indivíduo acima da mediocridade que o cerca. Estão aqui presentes o terror e a piedade e essa ruptura, ainda que efêmera, opera uma sorte de catarse. Matar, neste contexto, representa um desvencilhamento do real — um real que pesa — além de demarcar o clímax de outro vetor constituinte da consciência trágica: a tensão entre destino e deliberação.

A retomada do mito familiar, através do assassinato de Ismael, ganha proporções estéticas que desvinculam este fato do real vivido e sugerem, como propõe a *mímesis* aristotélica, a ultrapassagem das dimensões do moral e do imoral. O sentimento de culpa em Adonias advém, no entanto, da infração aos preceitos da moral familiar-sertaneja, uma falsa moral, da qual por mais que tentem se distanciar ele, Davi e Ismael não o fazem. O sertanejo é comparado à ave de arribação que mesmo quando parte sem olhar pra trás, retorna e quando imagina firmar os pés numa nova paragem, está de volta. Não há desvencilhamento do sertão, como proferiu Ismael: *o sertão a gente traz nos olhos, no sangue, nos cromossomos. É uma*

*doença sem cura* (BRITO, 2008, p.19), do mesmo modo como no clássico não há desgarramento do destino, como profere Adonias:

“Seria necessário vivenciar o horror? Foi para retornar ao mesmo ponto que deixei a Galiléia, jurando não repetir a história da família? E se eu corresse até alcançar o Recife, pegasse Joana e os meninos e fugisse para longe? Mas que fizemos Davi, Ismael e eu todos esses anos, senão fugir?” (BRITO, 2008, p.149).

A tragicidade na obra ganha corporalidade na medida em que no percurso de Adonias o destino se impõe. A relação do personagem com o herói trágico se dá justamente pelo fato de ele, mesmo à revelia, ser um cumpridor desse destino.

“O herói trágico realiza o que dele se espera, sofre, comete o excesso, expondo à risca, seu *phátos* singular. Ele é um dos causadores e cumpridor da rede trágica, uma rede de forças que o ultrapassa e o destrói. Assim será para o homem comum, adverte a tragédia, se não estiver bem inserido na *pólis*” (GAZOLLA, 2001, p. 79).

O conflito que o desestabiliza relaciona-se ao fato de ele não conseguir desgarrar-se de suas memórias para negar em seguida seu lugar de guardião da memória familiar. Neste sentido, percebe-se uma ambigüidade ligada ao seu caráter, visto que rememora voluntária e involuntariamente o amaldiçoado passado familiar, ao mesmo tempo em que deseja seguir pelas veredas do esquecimento. Preso em um labirinto onde ora são tomados os caminhos da lembrança ora os do esquecimento, é uma personagem para qual convergem de modo intenso a tensão entre passado e presente, mais um traço constituinte da consciência trágica existente em Galiléia. Adonias vaga sem jamais encontrar saída para seus conflitos, pertencendo sempre, ao que segundo Gazolla (2001), é definido por Aristóteles (1987) como ‘ordem do movimento contingente’. A indissolubilidade da contradição objetivada pela encenação trágica é a mesma que constitui a personalidade de Adonias, a quem *não é dado descansar, jamais, de suas próprias contradições* (GAZOLLA, 2001, p. 80-81).

### Falta, farsa e rememoração entre os Rego Castro

As contradições retratadas na obra não se limitam apenas à personalidade de algumas de suas personagens como já foi exposto. Elas perpassam a relação entre realidade e imaginação, emaranham-se pela noção de sertão que esta sugere, diferenciam-se ainda na relação que se estabelece entre memória voluntária e involuntária, além de propor uma mescla entre os discursos histórico e literário.

A propósito do primeiro aspecto citado, é importante explicitar que a relação entre realidade e imaginação, na obra, é deveras tênue e está intrinsecamente ligada a um terceiro elemento, a farsa. No processo de fabulação estão imbricados, como sugere Díez (2001), imaginação, memória e palavra. Estes elementos de que todos somos donos — e por isso agregam os indivíduos — são elementos que permitem que nos aventuremos em um domínio para além da realidade no qual nos são dadas possibilidades de experienciar intensamente o que apenas no domínio da imaginação nos é permitido fazer: *sabemos que, con frecuencia, en el espejo de la ficción está reflejado el secreto de lo que en la vida jamás nos desvelará, y que sin esse espejo nuestra existencia es irremediabilmente mucho más pobre* (DÍEZ, 2001, p.25).

Com os fabuladores da família Rego Castro a imaginação assume exatamente o papel de provedora do que à realidade falta. Busca-se no imaginário o que na dimensão do real não se possui. Isso aponta para a relevância que o sentimento de falta assume na obra, bem como sua relação com o imaginário mítico sertanejo, sintetizado na seguinte fala de Adonias: *Onde não tem esplendor, inventa-se* (BRITO, 2008, p.27). A tentativa de negação da realidade e o apelo à imaginação na obra eximem os indivíduos de seu encontro com o real fantasmagórico assolado tanto no passado quanto no presente por acontecimentos sórdidos protagonizados pelos familiares. A negação da realidade também ameniza o encontro do indivíduo com as contradições que definem o sertão com que se depara: um sertão globalizado, marcado não apenas pela presença da tradição, mas por um diálogo, digamos, desestruturante, entre o tradicional e o moderno. Recriar o real, de modo a engrandecer-se, para os Rego Castro, é negar a mediocridade e a falta de perspectivas de homens que não admitem a farsa como fio que os une, mas também estabelecer vínculos com o mundo civilizado, ou seja, fazer-se lembrar. Isto se torna evidente em mais um comentário proferido por Adonias ao ver desfeita pelo tio Salomão a relação de parentesco entre seu antepassado de décimo grau, Francisco

Álvares de Castro, e Isaac Oróbio, herói, português e judeu cuja vida fora sempre marcada por ‘lutas e proezas’.

“Nosso tio se perguntava de que maneira e com que intenção as duas histórias foram cruzadas. Todos sabíamos a resposta. Inconformados pela crônica medíocre da nossa trajetória para o Brasil, sem heróis nem bravatas no além-mar, nós romancemos as vidas comuns da família, inventamos personagens e remendamos neles pedaços de narrativas, dramas e farsas da tradição oral e dos livros clássicos. Os parentes letrados e genealogistas muito contribuíram com as suas leituras. Sempre fomos uma família de mentirosos e fabuladores” (BRITO, 2008, p.27).

A relação entre o real e o imaginário no *Galiléia* segue uma dinâmica em que os dois elementos ora se excluem ora se fertilizam, embora estejam mais mesclados do que em espaços distintos. O vazio e a falta de pertencimento são amenizados pelo consumo desmesurado de ansiolíticos por Adonias ou pelo uso de psicoativos, álcool e maconha, no caso de Ismael, ou ainda pela relação obsessiva de Davi com um jogo eletrônico que o coloca alheio ao mundo.

O retorno incessante ao real, por mais que se tente negá-lo nos remete ao que Sartre definiu como ‘ambigüité de la fonction imageante’. No âmago desta ambigüidade está a relação dialética que se opera entre imaginação e realidade. O fato é que, através da imaginação, a consciência parece liberar-se do mundo, mas a condição para se imaginar, ao mesmo tempo, é estar no mundo. Assim, não haveria para as personagens *locus* mais propício a lembranças, ao delírio e à volta ao passado do que o sertão dos Inhamuns, seguramente um lugar de memória.

Percorrê-lo, implica em rememorar e presentificar um passado que produz identificação porque os liga através de memórias comuns, mas que também abarca experiências passadas traumáticas. Isso os impele para o presente, mas o presente, ele mesmo, reforça nas personagens o sentimento de estrangeirismo e a fragmentação identitária, porque retrata um sertão de costumes globalizados, de permanências transfiguradas e valores morais dissolvidos que colidem com o sertão cristalizado de suas memórias. Isso os obriga a procurar o passado para que, recobrada através da recordação sua legitimidade, lhes seja podido tomá-lo como referência. A idéia de retorno ao passado em virtude do avanço da globalização é abordada por Huyssen (2000), quando se refere ao mal-estar moderno que decorre da aceleração cultural com a qual:

“(…) nem a nossa psique nem os nossos sentidos estão bem equipados para lidar. Quanto mais rápido somos empurrados para o futuro global que não nos inspira confiança, mais forte é o nosso desejo de ir mais devagar e mais nos voltamos para a memória em busca de conforto” (HUYSSSEN, 2000, p.32).

Para Adonias, a idéia de conforto ligada à rememoração, assim como defende Huysen (2000) ao tratar das memórias do século XX, é inviável. Nos momentos em que *lança mão de um esforço restaurador da memória voluntária, que se apóia no documento existente para reconstruir o que um dia existiu* (ARRIGUCCI, 1987, p.84), sua conduta diante das memórias, assim como a do historiador, é crítica o suficiente para fazê-lo inferir que as memórias do sertão de sua infância denunciam o abismo existente entre o que este e o sertão com que se depara no presente representam. Nessa nova realidade, como se pode ver, não é cedido à tradição sertaneja o espaço que outrora ocupou:

— Meu pai exigia que eu memorizasse as plantas da caatinga, por mais insignificantes que me parecessem. Eu recitava os nomes, mas era incapaz de reconhecer as árvores.

— E você ainda lembra de algum?

— Lembro de todos, Ismael.

Recitei os nomes com orgulho da memória, e depois recaí na tristeza. O meu conhecimento me parecia inútil. Nunca o usei em nada. Atravesso os sertões vislumbrando sombras negras, os restos vegetais dessa memória. Carreguei esses nomes como se fossem fantasmas, sentindo-me culpado se os esquecia. Eles eram para mim como os mourões dos currais arruinados, sem uso desde que se esvaziaram de vacas e touros; troncos solitários, teimando em ficar de pé no planalto sem pastagens, sem rebanhos, sem gente. Consternado, lembrei da família. Ela ainda se agarra à terra que já foi rica e assegurou poder, e hoje sobrevive como um criatório de gente, que, mal nasce, vai embora. (BRITO, 2008, p.12).

Para além de uma prática rememorativa consciente, em que se quer recompor o passado juntando os seus cacos, a obra abarca, em contraposição, a memória em sua dimensão involuntária. O palco das rememorações em Galiléia também é um espaço de drama e conflito em que o objetivo da recordação é vencer a morte simbólica que o esquecimento representa. Adonias transita incessantemente entre o que está morto e vivo na tentativa de tornar global o indefinido, que a ele se apresenta parcial e epifanicamente, através da ação do que Proust definiu como *mémoire involontaire*, uma memória dos sentidos que:

“(…) se esquivava de ser dirigida pela razão e pela vontade, fugindo habilmente do controle de ambas. Essa memória não tenta mais invocar lembranças através de um esforço da vontade, e também desiste de assegurá-las contra o esquecimento com toda sorte de artifícios mais ou menos hábeis. A memória involuntária antes de mais nada se dá tempo. Pode esperar bastante, por vezes muito tempo, até que alguma vez, depois de longos intervalos, certas lembranças retornam “espontaneamente” — caso queiram retornar por vontade própria” (WEINRICH, 2001, p.208)

O autor utiliza na obra o procedimento de rememoração involuntária para revelar questões relevantes. Os momentos de epifania, de “*manifestação espiritual súbita*”, em que um objeto se desvenda ao sujeito<sup>1</sup>, são caracterizados pelo suposto encontro de Adonias com os tios mortos: Domísio e Donana. Do encontro com o primeiro, compreende que o assassinato de Ismael, embora o quisesse, não significou uma ruptura com a trajetória cíclica familiar, mas uma recuperação deste passado, já que mata como o fez seu tio. A morte aqui é vista primeiramente como uma possibilidade de transpor as barreiras do universo familiar, assumindo posteriormente seu verdadeiro significado na obra. A partir do diálogo entre Adonias e Domísio, seu tio morto, o que emerge à consciência do sobrinho é a concepção de morte atrelada muito mais ao esquecimento do que à morte do corpo físico. Esse é o momento em que se tornam mais evidentemente estreitos os elos entre morte e vida e esquecimento e memória. Neste sentido, o projeto de escrita de Ronaldo Correia de Brito assemelha-se à obra *Memórias* do escritor mineiro Pedro Nava, por não ser composto de um discurso puramente narrativo, mas também de um verdadeiro diálogo dramático com o passado, com o que está morto e vivo, e no mais geral, com a própria idéia de morrer (ARRIGUCCI, 1987, p.88).

O segundo momento epifânico, caracterizado pelo diálogo entre Adonias e a sua tia Donana, retrata a existência tímida do poder feminino no sertão. Donana é a única mulher que fala na obra e representa a força de resistência aos desmandos do patriarcalismo, sobre o qual se coloca Ronaldo Correia de Brito, em entrevista cedida à Letícia Lins em O Globo, da seguinte forma:

“O livro só tem personagens masculinos, em um mundo cheio de hierarquia, a hierarquia da masculinidade, do patriarcalismo, do poder dos machos. No entanto, há um feminismo que caminha subterraneamente, no qual tudo mina. E, no fim, a grande epifania, a grande revelação” (LINS, 2008, p. 01)

---

<sup>1</sup> O conceito de epifania está presente em GOTLIB, 1999, p. 51 e é trabalhado sob a perspectiva epifânica de James Joyce.

A grande epifania a que o autor se refere é a descoberta da foto da avó Maria Raquel, sentada à cadeira, de pés descalços, o que entendo como um modo de se fazer refletir não apenas sobre a austeridade masculina que oprime a mulher no seio da família patriarcal, mas também de marcar, para além das presenças judaico-cristã e negra no sertão do nordeste brasileiro, a presença indígena representada na obra pelas origens jucá de Maria Raquel e *kanela* da personagem Ismael.

A falta em *Galiléia* não está relacionada apenas à farsa, a fabulação, como já foi dito. Ela está subtendida na relação entre memória voluntária e memória involuntária. Rememorar é, segundo Arrigucci (1987), presentificar o passado em forma de imagem, restituí-lo trazendo a vida extinta em sua plenitude, de modo a contemplar as emoções perdidas sobre um fundo de ausência. *O símbolo é; mas significa também o que falta* (ARRIGUCCI, 1987, p.88). A partir da relação entre essas duas modalidades de memória, a sensação de falta assume também em *Galiléia* o papel que possui nas *Memórias* de Pedro Nava:

“Lidar com a sensação de falta parece ser o destino das Memórias; elas historiam ausências; afinal, são uma crônica de saudades. A cada passo devem enfrentar o poder da morte: o fosso aberto pelo tempo e pelo esquecimento, contraparte da própria memória” (ARRIGUCCI, 1987, p.87).

### **O sertão de possibilidades**

Estabelecidos os *liens* entre real e imaginário, memórias voluntária e involuntária, será aqui brevemente problematizada a noção de sertão que se edifica no romance. Ela é ressignificada por estar ligada não somente à globalização dos costumes, mas ao mesmo tempo à permanência de valores regionais e universais que atravessam o tempo e se chocam com o que de novo nele há.

No capítulo intitulado ‘Ismael’, em diálogo das personagens Adonias e Ismael, a problemática do conceito de sertão ganha dimensão mais ampla e ultrapassa as barreiras geográficas, os costumes e a tradição regionais e o abandono que juntos constroem a idéia comum que dele se tem. Se em *Galiléia* este conceito vai além do que é entendido pelo senso comum, em que exatamente consistiria essa ultrapassagem? O sertão neste contexto é um sertão que se universaliza não somente por estar relacionado à falta, à farsa ou à luta pela sobrevivência. Tampouco se define pela concepção de sertão produzida pela corrente sertanista que, segundo Vicentini (1998), o relaciona sempre

“a um certo espaço geográfico, paisagístico e socialmente delineado — ao sertão, no Centro-Norte e Nordeste, e aos pampas no Sul; a alguns usos e costumes rústicos, sobretudo rurais; à religiosidade e ao trabalho, também rurais; e a uma linguagem idioletizada tanto no nível regional quanto local” (VICENTINI, 1998, p.50-51).

A estereotipia de sertão reproduzida pela corrente regionalista é claramente representada pela figura do Tio Salomão cujo ‘jeito próprio de ver o mundo’ é veementemente combatido por Adonias. Este, por sua vez, representa o homem pós-moderno, fragmentado, estrangeiro em sua própria terra, uma sorte de sertanejo ressignificado, capaz de dialogar com a reinvenção do imaginário do sertão a que se nega o conservadorismo do tio. A concepção regionalista representada por Salomão é ironizada e combatida pelo autor ao descrevê-lo como *intérprete da cultura brasileira, porta voz dos pobres e desvalidos, sem abrir mão das regalias de um nobre* (BRITO, 2008, p.161). O choque cultural que caracteriza a relação entre as duas personagens se intensifica e eclode na seguinte fala de Adonias:

“Não perdô sua segurança, o orgulho que sente da heráldica sertaneja, dos brasões, ferros de marcar boi, histórias familiares, coisas de pouco valor pra mim. Vago numa terra de ninguém, um espaço mal definido entre campo e cidade. Possuo referências do sertão, mas não sobreviveria muito tempo por aqui. Criei-me na cidade, mas também não aprendi nem a ginga nem o sotaque urbanos. Aqui ou lá me sinto estrangeiro” (BRITO, 2008, p.160).

O sentimento de estrangeirismo que é um denominador comum entre os netos de Raimundo Caetano, na mesma medida em que sugere a necessidade de reterritorialização do sertão, aponta para uma ausência referencial que finda por categorizá-lo e inscrevê-lo num espaço fronteiro. O ser-tão conceitualmente inconsistente ao qual se dirigem os primos Adonias, Ismael e Davi já não é, em sua dimensão social, o da memória. Ele tampouco lembra as projeções do imaginário coletivo que o representam atrelado ao misticismo e ao cangaço. Sua representação é ampliada pelo sentido que lhe confere a nova geração dos Rego Castro, sobretudo Adonias. O seu entendimento de sertão procura dar-lhe, como também propõe Vicentini (1998), uma dimensão histórica, um sentido político, social e humano que se materializa a partir do confronto do que foi com o que não é mais, o confronto do passado com o presente. O produto desse confronto é a sensação de vazio existencial provocada por espécie de ‘falta de espaço para o desenho da vida’, lembrando Cecília Meireles em seu poema ‘Desenho’.

O mundo com que se depara Adonias ao voltar à fazenda de sua infância é marcado pelo avanço lento e real do capitalismo neoliberal no sertão. A narrativa denuncia as velhas e novas mazelas da realidade social sertaneja — o abandono, a miséria, a falta de saneamento básico, a prostituição infantil. No atravessamento lento da globalização pelo sertão, o cavalo é substituído pela moto, o vaqueiro pela mulher, a moeda, ao invés dos bois e dos sacos de feijão com que outrora Maria Raquel comprara sua máquina, é o corpo, aliás, vendido irrisoriamente nos postos de gasolina a caminhoneiros ou a quem queira. Nele, também a monocultura do algodão cede lugar à da maconha e a roupa de couro já não exerce o fascínio de outrora, mas o aparelho celular em contraposição o faz, ainda que não funcione pela falta de sinal. A perda de valor dos elementos que alicerçam a tradição sertaneja propõe, assim como se refere Albuquerque (2001) à região nordeste, uma redescoberta do sertão.

“A perda é o processo pelo qual estes indivíduos tomam consciência da necessidade de se construir algo que está acabando. O fim do caráter regional da estrutura econômica, política e social do país e a crise dos códigos culturais desse espaço fazem pensar e descobrir a região. Um lugar criado de lirismo e saudade. Retrato fantasioso de um lugar que não existe mais, uma fábula espacial” (ALBUQUERQUE, 2001, p. 151).

Ao falar do sentido que as personagens atribuem ao sertão, se está a tratá-lo como uma construção subjetiva. Isso lhe confere amplitude semântica. A cada leitura de si, edificar-se-á um sertão dono de suas particularidades, porque é concebido pelo olhar de um indivíduo ou de um grupo social específico, na mesma medida em que cada um desses olhares produz significados múltiplos, distantes entre si.

A multiplicidade como traço que o constitui está relacionada também à dimensão mítica que abarca. Embora venha se globalizando, o sertão é ainda fortemente marcado pelo isolamento e pelo abandono através dos quais a necessidade de luta pela sobrevivência se agrega, quase que por conseqüência, e estabelece o seguinte paradoxo: na mesma medida em que o isolamento dos sertões *deixa as pessoas livres para não acreditar em mais nada, apenas na luta pela sobrevivência* (BRITO, 2008, p. 29), o isolamento como fato obriga os indivíduos a inventarem outro mundo, como forma de negar a mediocridade da realidade em que se está inserido:

“Como arqueólogos que emprestam a imaginação para recompor uma ânfora etrusca a partir de cinco cacos de cerâmica, nos apropriamos dos bens de cultura ao nosso alcance, enxertamos aventuras na vida insignificante dos

antepassados, na louca esperança de nos engrandecermos. Que mal havia nisso?

— A história não se faz dessa maneira — insistia Salomão.

— Mas não somos historiadores, e sim fabuladores— rebatíamos — A guerra de Tróia teve menos importância para os gregos do que para Homero, um poeta. Não despreze os que enalteceram o nosso avô Francisco de Castro com a sabedoria de Isaac Oróbio. Pense em quanto lucrámos com essa mentira. Onde não existe esplendor, inventa-se”. (BRITO, 2008, p.27).

A luta pela sobrevivência, no entanto, não consiste apenas na busca pelas condições mínimas materiais de sobrevivência. Ela transcende os limites do local, já que se luta para sobreviver em qualquer parte, universalizando o sertão. Esse redimensionamento espacial diz respeito ainda aos aspectos sociais. A aridez e a pobreza não são os únicos flagelos do sertão. A estrutura do homem sertanejo será influenciada pelo impacto das condições sócio-econômicas em sua psique. Em razão disso, a obra tratará de um sertão ligado também aos crespos do homem, assumindo certa conotação existencial que nos leva a concebê-lo como algo que pode estar fora ou dentro dele:

“A Noruega é um sertão de menos de trinta graus. As pessoas de lá também são silenciosas, hospitaleiras e falam manso. Habitaram-se aos desertos de gelo como nós à caatinga. A comparação parece sem sentido, mas eles também olham as extensões geladas, como olhamos as pedras. A nossa pele é marcada pelo sol extremo, a deles pelo frio. Acho que as pessoas são as mesmas, em qualquer latitude.

— Mudam as culturas, as crenças, o grau de civilização.

— Eu falo da essência.” (BRITO, 2008, p. 73).

Tão vastas são as possibilidades de se entender o sertão que conceituá-lo parece ser uma tarefa irrealizável? O sertão não é, ele ganha significação na medida em que o vemos subjetivamente. Ele é matéria amorfa que, embora tenha sido esculpida sob a égide de uma cultura local, não se prende aos seus paradigmas. Ele é um ‘mundo misturado’ como propõe Schiavo (2007): *Sertão — ancestral, tectônico. Síntese do diverso histórico, geográfico, simbólico, natural e cultural, é realidade e metáfora — expressão incontestada de brasilidade espraiada no território nacional* (SCHIAVO, 2007, p. 43).

A noção de sertão torna-se ainda mais fugidia pela força da ação do elemento mítico sobre a realidade que representa. Ele a metamorfoseia, funcionando não só como um dispositivo de resistência à realidade, mas também como algo que corrobora essa idéia de multiplicidade relacionada ao sertão. O poder mágico que contém eleva o sertão dos Inhamuns, assim como

o fez Guimarães Rosa em seu Grande sertão: veredas, ao nível de categoria. Do isolamento e do abandono que reinventam, como já foi dito, o imaginário do sertão, surge a possibilidade de reconhecer esta noção assim como Mauss (1974) admite a de *mana*: *é obscura e vaga e, não obstante, tem um emprego estranhamente determinado. É abstrata e geral, mas muito concreta. (...) Categoria inconsciente do entendimento* (SCHIAVO, 2007, p. 42). Todas as reflexões tecidas a seu respeito nos levam a compreendê-lo como um sertão de possibilidades cuja fisionomia multifacetada impede-nos de fixá-lo como conceito.

### Considerações Finais

*Galiléia* é uma obra rica, plena de possibilidades de leitura assim como o sertão que retrata. Uma obra que mescla os discursos histórico e literário e pontua, através de sua contaminação, crítica e poeticamente as mudanças de significação dessa realidade, assim como as suas permanências. Ronaldo Correia de Brito manipula a língua e reproduz a aridez sertaneja sob forma seca de narrar. Nas entrelinhas do discurso que engendra delineia precisamente a dissolução de um sistema cultural, que poderia ser qualquer outro, pela ação do modo de produção capitalista que atribui novo significado aos objetos de memória com que lidam os homens. A obra revela ainda os estranhamentos que o capitalismo produz ao globalizar a memória através da ressignificação lenta e gradual desses objetos. O produto desse processo de apropriação da memória é a desterritorialização dos indivíduos aqui ou acolá. Defrontar-se com o sertão de Galiléia possibilitou-nos, como propõe Santos (1997) ao referir-se aos novos arranjos espaciais da relação homem x natureza, confrontar-nos com essa realidade, de modo a não ver mais estranheza nas múltiplas representações do sertão. Encerramos esta reflexão, parafraseando o escritor moçambicano Mia Couto (2003, p. 52), quando diz em *Um rio chamado tempo, na casa chamada terra*: “O importante não é onde moramos, mas onde em nós a casa mora”. Pensar o sertão dentro das condições em que o constrói o autor de *Galiléia*, permite-nos conceber, sem hesitação, a possibilidade dizer que: não importa onde mora o sertão mas onde em nós o sertão mora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco; Poética*; seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. São Paulo: Nova Cultural, 1987 (Os pensadores).
- ARRIGUCCI, JR., Davi. Móbile da Memória. In: *Enigma e comentário: Ensaios sobre Literatura e Experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- BRITO, Ronaldo Correia de. *Galiléia*. Rio de Janeiro: Alfabeta, 2008.
- COUTO, Mia. *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- DÍEZ, Luis Mateo. Literatura y memoria. In: *Cervantes*. n° 1, Outubro 2001.
- GAZOLLA, R. *Para não ler ingenuamente uma tragédia grega - ensaios sobre aspectos do trágico*. V. 1. São Paulo: Loyola, 2001.
- ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. Enredos da tradição: a invenção histórica da região Nordeste do Brasil. In: *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- LINS, Letícia. *A Galiléia de Ronaldo Correia de Brito*. Disponível em: [http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/post.asp?t=a\\_galileia\\_de\\_ronaldo\\_correia\\_de\\_brito&cod\\_Post=137090&a=96](http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/post.asp?t=a_galileia_de_ronaldo_correia_de_brito&cod_Post=137090&a=96). Acesso em 20 nov. 2009, 22:30:40.
- MENESES, Adélia Bezerra de. “Dãolalalão” de Guimarães Rosa ou “Cânticos dos Cânticos” do sertão: um sino e seu badaladal. In: *Estudos Avançados*. 22 (64), 2008.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- SHIAVO, Sylvia. Sertão uno e múltiplo ou “lua pálida no firmamento da razão”. In: *Sociedade e Cultura*, vol. 10, n. 1, jan./jun. 2007, p. 41-44.
- VINCENTINI, Albertina. O sertão e a literatura. In: *Sociedade e cultura*. 1 (1), 41-54, jan./jun. 1998.
- WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. In: *Uma poesia da lembrança surgida das profundezas do esquecimento (Proust)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Artigo recebido em julho de 2010 e aprovado em setembro de 2010.

# A IRONIA NO MEMORIALISMO E NA CENA CONTEMPORÂNEA DE *SOB O PESO DAS SOMBRAS* DE FRANCISCO J. C. DANTAS: ASPECTOS DO COTIDIANO E DO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO<sup>1</sup>

*Maria Luzia Oliveira Andrade*

Mestre em Letras pela UFS

[luzia.andrade@hotmail.com](mailto:luzia.andrade@hotmail.com)

## RESUMO

Este artigo analisa a ironia no romance *Sob o peso das sombras* (2004), de Francisco José Costa Dantas, pois a própria ironia é um dos princípios norteadores dessa narrativa, impulsionando o personagem-narrador da trama a desvendar os labirintos de sua memória. Posto isso, o sujeito autoral satiriza as instituições brasileiras, tais como a família, a academia universitária denominada de Faculdade Rural de Mitologia, localizada na cidade fictícia Rio-das-Paridas em Sergipe, e os intelectuais nela configurados.

**Palavras-chave:** Ironia. Memória. Instituições brasileiras.

## ABSTRACT

This paper examines the irony in the novel *Sob o peso das sombras* (2004), of Francisco José Costa Dantas. Because the self-irony such a guiding principles of that narrative, it impels the character-narrator of the plot to unmask the mazes of the reader's memory. That said, the authorial subject satirizes Brazilian institutions, such as the family, the so-called academic Rural Faculty of Mythology, located in the fictitious city Rio-das-Paridas in Sergipe, and the intellectuals in her world.

**Keywords:** Irony. Memory. Brazilian institutions.

---

<sup>1</sup> Este artigo é um dos pontos abordados na dissertação de mestrado *A memória na ficção de Francisco Dantas: cenas da narrativa e do narrador pós-moderno*, de minha autoria, orientada pela Profa. Dra. Josalba Fabiana dos Santos e defendida, em 2010, no Núcleo de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe.

## Primeiras Palavras

*Mas a memória que recolho neste livro pode ajudar, se não os sabidos, pelo menos aos que ainda não conseguiram aliviar a alma do peso da candura.*

(Francisco J.C.Dantas, 2004, p. 79)

Francisco José Costa Dantas nasceu em outubro de 1941, no município de Riachão do Dantas, no centro-sul de Sergipe, onde presenciou o cotidiano do Engenho Salgado, na propriedade dos seus avós maternos (cf. GERÔNIMO, 2008, p. 14). Ingressou aos trinta anos na graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe, onde posteriormente foi professor de literatura. Fez mestrado em Literatura Brasileira pela UFPB, com a pesquisa sobre uma obra de Osman Lins, intitulada *Anotações à margem de O Fiel e a Pedra* (1981), e doutorado em Literatura Portuguesa pela USP, com a tese *A mulher no romance de Eça de Queiroz* (1990). Até a presente data, publicou cinco textos ficcionais: *Coivara da memória* (1991), *Os desvalidos* (1993), *Cartilha do silêncio* (1997), *Sob o peso das sombras* (2004) e *Cabo Josino Viloso* (2005). Alcançou prestígio nacional e internacional, com o reconhecimento de críticos brasileiros, tais como José Paulo Paes, Wilson Martins, João Luís Lafetá, Arnaldo Jabor, Alfredo Bosi, Regina Zilberman, entre outros. Recebeu o Prêmio Internacional União Latina de Escritores, em Palermo, na Itália, no ano de 2000.

Os textos desse escritor têm despertado diversas abordagens por parte dos leitores acadêmicos que vão do aspecto regional – apontado pelas primeiras recepções da crítica literária – ao histórico, ao memorialístico e às questões de gênero. Para fins de análise, no entanto, este artigo trabalha o quarto texto ficcional deste escritor contemporâneo que vive, indistintamente, entre bichos, pessoas e livros. No primeiro momento, parte-se da implicação da presença da crônica numa narrativa de memórias para, com isso, ser estabelecida uma discussão sobre a ironia à sociedade (tradição, família, amigos) e demais aspectos do cotidiano das últimas décadas. No segundo instante, analisa-se as implicações da ironia direcionada ao espaço universitário, aos intelectuais e ao conhecimento, num cenário contemporâneo representado.

*Sob o peso das sombras* é uma narrativa em primeira pessoa cujo personagem-narrador está recolhido na sua velha casa escrevendo a crônica de suas vicissitudes da época em que ocupou a função de secretário do professor doutor Jileu Bicalho Melão, da fictícia Faculdade Rural de Mitologia, localizada na também fictícia cidade de Rio-das-Paridas, em Sergipe. Ao saber que está com câncer, os dias de Justino Vieira intercalam-se entre as visitas ao consultório do médico, as memórias de sua origem no lugarejo Alvide (interior da Bahia) com as peripécias do tio Melenguê, as lembranças dos ensinamentos do seu padrinho Barbarino na adolescência e a vida com a esposa Damarina em Sergipe, bem como a escrita das mágoas que acumulou durante trinta anos de Mitologia, servindo ao seu desafeto professor Jileu Bicalho Melão.

Francisco J. C. Dantas executa em *Sob o peso das sombras* um gênero bastardo, em que se entrelaçam a ficção em primeira pessoa, a crônica, o diário, o ensaio, a sátira, o jornalismo (contracapa, In: DANTAS, 2004). O desejo frustrado de Justino Vieira de ser jornalista, atrelado às mágoas que cultivou durante os quase trinta anos de secretário na Faculdade Rural de Mitologia, motivou-o a escrever a própria crônica de suas memórias, denominada por ele próprio de “Crônica à Mitologia”.

### **Da crônica numa narrativa de memórias ao cenário contemporâneo**

A categoria crônica, apontada pela crítica e indicada pelo personagem-narrador ao longo das memórias narradas, é importante para o leitor investigar a ironia nesta materialidade textual. No sentido contemporâneo, a título de esclarecimento, “a crônica está ligada ao tempo (*cronus*), ao seu tempo, e o atravessa por ser um registro muitas vezes irônico, através do qual se capta o imaginário coletivo em suas manifestações cotidianas” (SOARES, 1998, p. 64). A crônica tem a propriedade de atualidade, mesmo após anos da sua publicação, continua falando de uma época específica. Quando a narrativa de memórias se vale da crônica para representar um problema, tanto confirma uma referência a uma data específica (fulano fez isso em tal época), quanto diz incisivamente que o fato tem raízes no passado, mas ainda continua presente na cena contemporânea.

Particularmente, crônica, tempo e ironia são dados por si só instigantes. Como a ficção de Dantas faz uma leitura crítica à tradição representada, em *Sob o peso das sombras*, essa leitura crítica é uma leitura também irônica, haja vista o ex-secretário da Faculdade Rural de Mitologia utilizar-se de um explícito tom zombador para analisar e criticar as relações sociais apresentadas nas suas contradições. Por ironia compreende-se sarcasmo, crítica, escárnio,

zombaria (cf. BUENO, 1986). Também é entendida como algo que se fala sem diretamente dizer, como se o personagem-narrador quisesse deixar a contrapartida da significação para o receptor, no caso, o leitor. Com isso, ao longo deste trabalho, o termo ironia é utilizado como sinônimo de crítica mordaz e de escárnio.

A narrativa de Dantas faz uma crítica mordaz às amizades, aos velhos lares, às instituições, como a família e a Universidade. Também retomada aspectos já abordados pela literatura brasileira (memória, ironia, apenas para citar) em diferentes períodos, numa espécie de potencialização desses mesmos aspectos, o que é uma característica das narrativas contemporâneas. Sobre esse aspecto, a ironia tem ação inclusiva e exclusiva numa obra e, conseqüentemente, nas relações sociais que aparecem no bojo desta (cf. HUTCHEON, 1989). Exclusiva porque a pessoa ou a instituição ironizada está sendo avaliada nos defeitos e contradições. Inclusiva porque, quando se desvenda os defeitos desta ou daquela instituição, novos sujeitos e novos saberes são inclusos na cena narrativa.

Ao lado da ironia ao processo de escrita, o leitor pode dizer que Dantas retoma escritores consagrados, para desmitificar a relevância o conhecimento letrado e canônico. De modo que o narrador Justino zomba do estilo de Lima Barreto *Sob o peso das sombras* e, com isso, satiriza o processo no qual foi formado e a valorização de ícones das Letras consagrados pela Academia Universitária. Para Justino Vieira, “Repito, como regras para todos, que não adianta sermos temperamentais, nem peitar abertamente a verdade com o miolo queimado, como o fez o nosso Lima Barreto, em carta a George Avelino” (DANTAS, 2004, p. 79).

A sátira ao estilo crítico e ao comportamento impulsivo de Lima Barreto é apenas um dos momentos em que o personagem-narrador de *Sob o peso das sombras* demonstra sua intimidade com os autores canônicos. Para além de um evidente conhecimento acerca do mundo das Letras com seus escritores e textos literários, no espaço da velha casa e dos antigos hábitos reafirmados pela doença, o ex-secretário da Mitologia vale-se dos mais de trinta anos de mágoas acumuladas contra o ex-chefe e os intelectuais que este representa, para mostrar a academia universitária e os seus doutores, ambos dessacralizados na cena contemporânea, sem, com isso, perder o olhar sarcástico sobre o passado, sobre o presente e sobre si próprio. Isso porque o autor das memórias se coloca entre aqueles que configuram o ridículo do comportamento humano, pois, segundo Justino, “Nós, sergipanos e baianos, talvez mais que os outros brasileiros, somos um bando de exaltados. Eu mesmo fiz de minha própria vida um estupendo mau exemplo! Desperdiçamos muita energia” (DANTAS, 2004, p. 80).

O personagem-narrador dessas memórias tenta inutilmente transmitir uma experiência de vida à geração contemporânea. Tal experiência está sendo ironizada na figura dessa voz narrativa que, a exemplo do narrador da época de Walter Benjamin (1994), não mais consegue intercambiar experiências como fizera antes. Se para esse teórico da Escola de Frankfurt, a experiência de vida é uma característica do indivíduo solitário e o narrador é um homem que sabe dar conselhos e isso no passado recente parece antiquado (cf. BENJAMIN, 1994, p. 210), Justino Vieira recupera traços do narrador de um passado remoto, ao personificar a ironia a um tipo de narrador que ainda luta para intercambiar experiências.

O sarcasmo ocorre, de imediato, num conselho que o personagem-narrador das memórias oferece ao leitor em *Sob o peso das sombras*, pois para o autor fictício da obra, as memórias escritas por ele próprio não ajudam nem trazem alívio a alguém. Ao mesmo tempo em que Dantas se serve de um tipo de narrador da grande tradição das narrativas, ironiza esse narrador, mostrando a quase inutilidade dessa experiência acumulada durante a vida. A prova disso é que – apesar de toda a sua “experiência” – ele não está imune a novos sofrimentos como os causados pela cunhada. Portanto, Dantas ironiza tanto a frágil condição de ser humano, quanto às próprias formas de narrar e, com ela, a tradição na qual foi formado e da qual faz parte.

Embora Dantas não dispense o olhar crítico e sarcástico à tradição literária, da qual ele parece portador, em *Sob o peso das sombras*, o indivíduo diretamente ironizado e, com isso, criticado mordazmente por Justino, é o professor doutor Jileu Bicalho Melão. Os dois chegam aos últimos anos de vida com a mesma doença terminal: um câncer. A vida, porém, reserva-lhe duas “surpresas”: uma é o reencontro com o ex-chefe, o qual reacende o antigo ódio de Justino pelo professor-doutor; outra é a prestativa cunhada Leopolda que vai cuidar dele, reativa um antigo desejo amoroso no enfermo, convence-o a assinar uma apólice de seguro beneficiando-a e, em seguida, vai embora, deixando-o aos cuidados de uma estranha. Conseqüentemente, Justino termina os dias corroído pelo câncer, pela descrença no ser humano, pelas leituras que o incitam ao pensamento reflexivo e funesto sobre as pessoas, a vida e a sociedade, bem como pelo novo Rio-das-Paridas modernizado, ao qual não se adapta, reservando-lhe um certo desprezo. Aversão essa representada num espaço-tempo do cenário contemporâneo que não glorifica tecnologia nem modernização das cidades, mas expõe as suas contradições, conforme o leitor percebe nas reflexões de Justino sobre a fumaça das chaminés diluindo-se no ar:

Agora mesmo estou vendo os rolos de fumaça das grandes chaminés se diluírem, incorporados ao chumbo das nuvens. As polêmicas chaminés que transformaram a topografia da cidade. Rio-das-Paridas com quatro semáforos, trevos e até um elevador! Quem diria! Chaminés que encheram as praças de gente, que elegeram mais de um deputado, que dia e noite queimam lenha clandestina no nariz do Ibama, que nunca se apagam, mesmo nos fins-de-semana e feriados – jamais souberam o que é descanso (DANTAS, 2004, p. 145).

A fumaça das grandes chaminés transforma a pequena Rio-das-Paridas; a reflexão sobre a inoperância do Ibama em relação à lenha clandestina queimada e a consequente poluição e depredação da natureza constituem o espaço da cena contemporânea. Da mesma forma, os semáforos e o vai-e-vem das pessoas na praça. Com isso, o tempo de reconstituição dos fatos via memória, por parte do personagem-narrador, serve a espaço e tempo sem utopia, configurados em *Sob o peso das sombras*.

Sobre a relação espaço-temporal na cena contemporânea, David Harvey (2008, p. 248) argumenta que “essa tendência a privilegiar a espacialização do tempo (Ser) em detrimento da aniquilação do espaço por meio do tempo (vir-a-ser) é consistente com boa parte do que o pós-modernismo hoje articula”. Conforme o leitor pode inferir, tal relação espaço-temporal passa por uma total falta de expectativa no futuro, num reconfortante vir-a-ser. O indivíduo contemporâneo reforça a descrença de que o mundo em momento algum foi um lugar agradável e seguro para habitar. Nos velhos lares analisados e ironizados, não cabem mais nenhuma ilusão de um mundo arrumado e belo. Ou ainda, quando essa visão aparece nos recentes textos literários, é para ironizá-la e desconstruí-la. Provavelmente essa seja uma das razões de, nas últimas décadas, o passado estar sendo mais vendido do que o presente e o futuro (cf. HUYSSSEN, 2006). Também porque o pós-modernismo é pensado em relação ao modernismo. Uma relação, é bem verdade, de empréstimo, de retomada de coisas que já vem sendo discutidas e que agora aparecem rememoradas nas recentes produções literárias.

Nos textos literários da autoria de Francisco Dantas, a categoria temporal possibilita o reencontro do sujeito do presente com o passado e com o espaço onde se encontra o lado aspectos rememorados. Posto isso, a memória é testemunhal porque o sujeito se vale tanto da observação pessoal como do testemunho dos outros. No entanto, o crítico de literatura Márcio Seligmann-Silva (2003) afirma que, dentre as várias memórias das quais alguém é portador, estão a testemunhal e a topográfica. A memória testemunhal é fruto dos horrores e das experiências difíceis pelas quais passaram a humanidade; a memória topográfica é imagética,

isto é, corresponde às imagens (cf. SELIGMANN-SILVA, 2003) deixadas na mente pelas experiências do passado.

Ora, se a memória testemunhal corresponde àquela na qual está o arquivo das mazelas que assolaram a humanidade, convém ampliar esse conceito. Cotidianamente, as pessoas enfrentam e testemunham verdadeiras catástrofes individuais e sociais. Todos são testemunhas de que a sociedade sempre foi um campo de batalhas, onde se travam lutas diárias. Tais lutas ressurgem em forma de memórias, atravessando o sujeito num vendaval de valores conflitantes que tomam ou não o indivíduo de sobressalto, mas deixam a certeza de se estar diante de um quadro cultural inevitável onde lutas e violências simbólicas se intensificam, impregnando o sujeito de um profundo e inevitável ceticismo. Tudo isso absorve o indivíduo e aprisiona-o numa mórbida tomada de consciência de abandono, ironizada na fala do narrador Justino à fragilidade das amizades, que desaparecem com facilidade:

Os raros amigos foram pouco a pouco se sumindo. Não, porém, sem antes me visitarem, se fazendo de sensibilizados. Queriam se defrontar com a novidade. É impressionante como os conhecidos do passado só evocam casos desairosos, pilhérias que nos humilham, gafes que nos envergonham. Puta vida! Como sabem avivar, a título de nos distrair, as passagens infames que nos acanham, e que julgávamos apagadas de todas as memórias, enterradas para sempre (DANTAS, 2004, p. 53).

A visita dos raros amigos descrita por Justino – em *Sob o peso das sombras* – tanto comprova que a doença, o desânimo e os problemas em geral afastam as pessoas do convívio com um determinado indivíduo, quanto demonstra que o personagem-narrador da cena contemporânea toma consciência de que o individualismo chegou ao ápice. Isso numa espécie de exacerbação de coisas que não são mais novidades, pois há muito vem acontecendo, que agora aparecem potencializados e satirizados no cenário atual.

Dentre as apropriações contemporâneas, a ideia da família como um dos espaços públicos privilegiados (cf. LUDMER, 2005), uma força social que se desdobra em política e em relações patriarcais que consolidem a sociedade brasileira (cf. FREIRE, 2005), ou, ainda, a casa como o espaço menos hostil da sociedade (cf. DAMATTA, 1991b) está sendo desconstruída e profundamente ironizada. Isso porque os “lares” não escaparam à desconstrução cultural das últimas décadas (nem poderiam escapar, pois fazem parte da sociedade). Desconstrução essa presente em Dantas como um dos elementos constitutivos da cena cultural contemporânea e como um traço desse novo e fragmentado realismo que se

apresenta. Embora o personagem-narrador tenha um olhar crítico sobre esse estado de coisas, não tem motivação para reagir a esse cenário, por isso resta ironizá-lo e colocá-lo num ciclo passado-presente de uma crise há muito anunciada.

A família também é motivo de ironia em *Sob o peso das sombras*. A instituição familiar é uma espécie de presença na ausência, ou melhor, notada por não estar lá. Por um lado, o pai em Sergipe, e os filhos há muito tempo na vida agitada de São Paulo. Por outro, o próprio pai fingindo compreender o fato de os filhos não estarem por perto nem lhe darem a atenção de um simples telefonema. Sobre esse aspecto, Justino comenta:

Os meus três meninos não podiam me acudir. Andavam longe. Se desgarraram muito cedo. Acho que puxaram à mãe, herdaram o espírito prático da finada Damarina. Só telefonam pra falar em dificuldades, em custo de vida caro. [...] O travo de que as mesadas foram sempre exíguas, de que não os tenho ajudado o suficiente. Naquela hora, cheguei a ter remorsos: é melhor não bulir com ressentimentos (DANTAS, 2004, p. 50-51).

Ao ironizar o espírito prático dos filhos – que não podem ou não querem socorrê-lo – e a própria condição de clausura de uma ausência e de um evidente descaso, Justino reaviva, através da rememoração, os fantasmas do passado. Tudo indica terem restado ressentimentos de ambas as partes: dos filhos que não nasceram na família abastada que possivelmente desejaram, de um pai que fez o possível pela prole, mas não o suficiente para esta. Parece que as pessoas cobram das outras e de si mesmas muito mais do que podem oferecer, gerando incontornáveis abismos e ressentimentos entre as partes.

No cenário de solidão e silêncio, típicos da cena contemporânea que se apresenta, resta a Justino olhar a vida findar-se, remexendo os autos da memória sobre as tímidas mudanças ao seu redor. A janela pela qual Justino Vieira olha a chegada do asfalto e da consequente modernização da cidade é simbólica. Tal janela representa a passividade, o estado de apatia que parece ter tomado conta do sujeito do final do século XX e do início do século XXI. Justino é a metáfora desse sujeito: desiludido, apático, consciente de que não há o que fazer diante do inevitável, mas com forças para ironizar a sua condição humana.

O sujeito da cena contemporânea parece estar, mais do que nenhum outro, acostumado a olhar o caos nos espaços públicos e privados como algo natural, corriqueiro, um estágio inevitável da vida, configurada em tons preto e branco. Tal quadro é denominado por alguns críticos de “inumanidade”, isto é, a tomada de consciência de que a dita humanidade enquanto valores de

civilização, de uma espécie evoluída, foi apenas uma aspiração (cf. LYOTARD, 1997), uma ilusão abalada. Não importa o espaço, as relações sociais são conflituosas, independente do grau de instrução dos atores envolvidos na cena; o que acontece hoje é apenas a potencialização dessa condição humana, que sempre se fez presente nos diversos setores da sociedade.

### **Da Faculdade Rural de Mitologia à ironia ao espaço universitário**

Dentro desse contexto, ao usar o termo “mitologia” como espaço dos intelectuais, o sujeito-narrador de *Sob o peso das sombras* está preso às lembranças da Faculdade Rural de Mitologia, enquanto um ciclo presente-passado do qual ele próprio não consegue se livrar, mas apenas desmitificar, destituí-la de um lugar privilegiado salvaguardado pela tradição. Ao fazê-lo na figura e nas ações do professor doutor Jileu Bicalho, o sujeito-narrador derruba o mito, a ilusão, a fantasia do homem culto como mais civilizado, o que justificaria o nome Faculdade Rural de Mitologia na cátedra dos intelectuais.

Se, a princípio, o personagem-narrador Justino Vieira fica indignado com o tratamento que o ex-chefe professor Jileu Bicalho lhe reserva, ao longo da narrativa, o leitor percebe uma aceitação de autoritarismos, humilhações e trapanças – das quais ele próprio faz parte – como algo natural nas relações de poder. Além de ser aquele que aponta os abusos nas próprias relações de poder, o queixoso secretário Justino Vieira também é aquele que não hesita em procurar e, quando possível, criar uma falha, para incriminar um dos seus superiores e garantir a comissão do cargo ocupado, como ele próprio revela ao leitor a armadilha preparada para o professor Serafim Leitão:

De súbito, me acudiu numa tática que o próprio Professor Bicalho cansava de empregar para sair das embrulhadas vernaculares e mitológicas em que se metia. Se o texto não feria as regras, eu ia atacar o estilo. Era isso! Pronto! [...] Nessa hora, tive pena do Professor Serafim Leitão. Ia ser injustiçado. Tão severo e vigilante consigo mesmo! Tão escravizado e obediente a seu venerável idioma! Mas que jeito? Tratava-se da minha sobrevivência (DANTAS, 2004, p. 327).

Justino não faz jus ao nome, pois nada tem de justo; com isso, ao passo que o autor das memórias expõe o cenário de lutas predominante no mercado de trabalho, tal personagem-narrador também se revela como um elemento desse cenário de competitividade

contemporânea. Justino zomba desse contexto social do qual ele faz parte. Assim ironiza a si próprio, satiriza os acadêmicos puristas tão apegados ao estilo e aos detalhes da linguagem, e ainda ri da inveja que sente dos que ocupam as cadeiras acadêmicas.

O comportamento dos personagens de Francisco Dantas também constitui uma desconstrução da ilusão de que as relações sociais possam vir a ser diferentes. Assim, o leitor percebe o vai-e-vem da memória individual, que não é totalmente individual, mas atravessada de memórias sociais. Também observa os espaços privados atravessados de valores há muito presentes nos espaços públicos: indiferença e individualismo. Igualmente percebe o “continuum” do tempo (cf. BENJAMIN, 1994), explodindo em pensamentos e memórias, conseqüentemente, trazendo à tona cenas de um passado distante, de um passado recente e de um presente vazio. Tudo isso remete o personagem à aceitação da vida contemporânea como tal, configurada na família, na sociedade e na academia universitária.

Em *Sob o peso das sombras*, a experiência de Justino Vieira no meio acadêmico aparece em contraponto à infância no antigo Alvide e à contemporânea cidade de Rio-das-Paridas. A Faculdade de Mitologia em Rio-das-Paridas, trazida à cena por intermédio da memória de Justino Vieira, apresenta um conflito entre o intelectual e o popular. Conflito esse admitido depois como algo natural nas relações sociais:

Somente anos e anos muito tarde eu viria a admitir que essa conduta do Professor Jileu Bicalho não destoava do normal, da estratégia de todos os vencedores. Naquela época, porém, ainda com fé nos homens, despreparado pra lidar com a impostura, a receptividade que lhe tivera desde a palavra mágica do Bispo foi sendo alterada (DANTAS, 2004, p. 210).

Ora, a conduta dos professores-doutores no meio acadêmico passa a ser vista no presente pelo sujeito das memórias com naturalidade, como algo inevitável nas relações humanas e de poder; da mesma forma, a indiferença dos filhos reservada ao pai moribundo, porque a família em *Sob o peso das sombras* é notada apenas pela ausência. O silêncio e a ausência revelam um outro tipo de conflito: a indiferença recíproca. Cada personagem toma conta de sua vida, os filhos em suas casas em São Paulo e o pai com câncer em Sergipe; este acompanhado da memória direcionada à infância precária na Bahia e nos anos da Mitologia. Por conseguinte, o leitor nota que em Dantas o que se esconde é o que se revela paulatinamente. Assim, não apenas a Universidade, mas também o narrador moribundo e contaminado pelo vírus da leitura são profundamente ironizados na figura dos “malucos que vivem comendo livros:

fregueses invertebrados dos sebos poeirentos onde adquirem asma, e em cujas prateleiras socam livros escondidos, somente pelo secreto prazer de, mais tarde, reafagá-los com fuga” (DANTAS, 2004, p. 40).

Tanto o ex-chefe Jileu Bicalho como Justino Vieira adquiriram seus acervos particulares num sebo em Salvador, o que os coloca na mesma condição de adquiridores de quinquilharias e de invertebrados comedores de livros. Dantas está satirizando tanto os pseudointelectuais de Universidades que não correm atrás de novidades, portanto, as instituições paradas no tempo, quanto os fanáticos pelo conhecimento. Ademais, a própria denominação “Faculdade Rural de Mitologia” insere uma dupla ironia no suposto ensino superior, pois sendo “rural” deveria ter seus cursos voltados para a realidade local e sendo de “mitologia” não passa de uma lenda, de uma ficção, de uma instituição cuja finalidade é manter alguns empregos. O narrador das memórias coloca o leitor diante de uma discussão muito contemporânea: a funcionalidade dos cursos universitários. Uma Faculdade Rural de Mitologia, portanto, acaba sendo um elefante branco, sem objetivos, uma instituição que ensina coisas inúteis aos seus alunos.

Dentro desse contexto, é importante ressaltar que, embora o espaço regional se faça presente nessa materialidade textual, a ironia não se restringe à sociedade sergipana nem apenas às suas instituições; mas estende-se à sociedade brasileira. Isso porque seria um reducionismo pensar na ruína da aura das instituições – especificamente da academia como algo inacessível – enquanto um demérito exclusivo da sociedade sergipana. Também seria um reducionismo absurdo dizer que, apenas porque o espaço reconfigurado na produção de Dantas é o espaço regional, a ironia é direcionada única e exclusivamente a Sergipe. O regional e o local têm, na produção de Dantas, um sentido maior. A discussão da funcionalidade dos cursos universitários, do que e a quem se ensina é algo muito atual que tem sido debatido há muito tempo e continua como uma eterna interrogação.

As máscaras da memória, a desconstrução da velha aura moderna das instituições, o desmoronamento da casa, da família e dos locais regionais intactos, os espaços públicos reavaliados, o olhar descrente do sujeito-narrador, a ironia à família, aos intelectuais e à sociedade, entre eles, à posição de vítima utilizada inadequadamente por indivíduos socialmente estigmatizados: o indivíduo fracassado, o empregado ressentindo, o sujeito sem diploma. Isso coloca o leitor diante de um cenário contemporâneo, no qual a informação está mais acessível e menos valorizada. Tanto a inoperância de certos saberes universitários dirigidos por professores-doutores com suas anotações em cadernos amarelos, quanto os grandes acervos empoeirados, cujo proprietário não tem intimidade com as obras estão sendo

satirizados. O narrador Justino Vieira utiliza uma citação do poeta grego Sófocles com o intuito de dessacralizar o conhecimento e ridicularizar os supostos intelectuais acostumados a reproduzir por décadas nas pseudoaulas as informações de seus cadernos amarelos:

Para que servem inúmeros livros e bibliotecas, se o proprietário encontra apenas o tempo em vida para ler as etiquetas? Uma profusão de leituras sobrecarrega o espírito, mas não o ilustra; e melhor seria aplicar-se muito a um pequeno número de autores do que vagar no meio de muitos (DANTAS, 2004, p. 212).

A forte ironia aos acadêmicos que não abraçaram uma área específica dizendo-se contra as especialidades dos ramos do conhecimento, aventurando-se no ensino de disciplinas diferentes é uma das sátiras presentes nessa citação. Da mesma forma, são ironizados os leitores de etiquetas, ou melhor, aqueles que decoram apenas as datas e a história vazia de tal conhecimento e fazem do mundo das Letras um amontoado de leituras que sobrecarregam o espírito sem ilustrá-lo nem sequer interpretá-las.

Ora, ao longo da narrativa de *Sob o peso das sombras*, o personagem-narrador utiliza o seu vasto conhecimento literário para, através de frases e trechos de discursos dos próprios ilustres acadêmicos, ironizar os intelectuais. A falácia do grande intelectual ocupando as cadeiras acadêmicas é desmistificada. Com isso, a academia é vista como um lugar comum, uma fraude, uma ilusão vendida ao público. A própria denominação “Faculdade Rural de Mitologia” funciona como uma espécie de fantasia de um saber intelectual atualmente desacreditado, datando as últimas décadas do século XX como o fim dos grandes catedráticos. Também por se tratar de uma faculdade rural, a academia corresponde a uma condição da sociedade contemporânea tanto de expansão universitária, quanto do suposto “saber” não restrito aos grandes centros, mas presente nas pequenas localidades, quanto ainda de um tipo de formação voltada para este meio, o que não acontece e por isso a funcionalidade de tal instituição é satirizada. Tal saber, portanto, já chega dessacralizado, questionado e desacreditado. Com isso, o falso brilhantismo do diretor da Faculdade Rural de Mitologia funciona, na voz do narrador Justino Vieira, como uma irônica reflexão sobre esse estado de coisas:

Em todas as aulas, antes de abordar a matéria do dia, ele tinha o coquetismo – e com que ênfase! – de alardear o desinteresse com que servia a Mitologia, a cultura de seu Estado. Salientava que à Universidade Rural consagrara a sua existência, numa aspérrima caminhada de abnegação e sacrifício. Na

ocasião, ele tinha apenas alguns anos de magistério na Casa, mas vejam que já punha o verbo no pretérito! Anotem bem. Intitulava-se um raro exemplar dessa grei pensante que alardeia se imolar pela cultura, perseguir os grandes ideais, redondamente desligado da veia interesseira, a que se referia com desprezo. Como tantos outros professores, acostumara a viver de palavras vazias, de sistemas inaplicáveis, em que cultura era termo imantado, encobria todas as imposturas (DANTAS, 2004, p. 207).

Como o leitor pode perceber, o objetivo maior do narrador Justino Vieira é escrever uma crônica à Faculdade Rural de Mitologia e, com isso, ironizar a *grei pensante* “acostumada a viver de palavras vazias” (DANTAS, 2004, p. 207). O narrador se posiciona à margem, como um secretário simples, sem diploma universitário, mas habilitado nos livros adquiridos num sebo: local onde o ilustre diretor também conseguiu o próprio acervo, arrematando-o por uma pechincha, como já foi dito. O nome da faculdade também é relevante por outro aspecto, haja vista não existir de fato uma faculdade denominada de “mitologia”. O próprio nome da faculdade encerra em si uma ironia e uma desmitificação do espaço universitário enquanto lugar privilegiado de saber, de conhecimento e de intelectuais como “doutos seres” mais civilizados que os demais mortais.

O personagem-narrador Justino Vieira escreve uma crônica à Faculdade Rural de Mitologia, ao passo que outros espaços são reivindicados. O lugarejo Alvide e outras localidades da Bahia, a velha e a contemporânea Rio-das-Paridas, com ruas cobertas pelo asfalto e academias de ginásticas compõem as cenas da memória de Justino Vieira. A televisão e a internet dividem o tempo de Justino com os livros e a produção da crônica, como se o autor-modelo ou o narrador intelectualizado quisesse colocar ao dispor do leitor a nova cena de onde as obras são produzidas. Não apenas no reduto acadêmico, nem nos escritórios dos ilustres diplomatas. Agora, como não poderia ser diferente, os textos literários são produzidos entre o noticiário dos telejornais e as buzinas de carros de uma cena contemporânea.

O espaço da modernização no final do século XX, no agreste sergipano adquire, em *Sob o peso das sombras*, uma importância singular. De imediato, serve para ironizar a ideia de progresso e modernização das cidades. Além disso, a produção de um livro por um indivíduo não diplomado abastecido da cultura de massa vinda da televisão e do frenesi da academia de ginástica, observada pela janela de um velho casarão, significa uma reviravolta nos costumes e nos espaços por onde circula o sujeito contemporâneo. O leitor comum tem acesso ao cânone literário, mas não o glorifica, e sim, satiriza-o na figura dos intelectuais com seus cadernos amarelos, leituras previsíveis e deterministas.

A ironia do indivíduo comum chega à academia porque, “se antes os intelectuais detinham o saber, hoje, a massa também tem o próprio saber” (cf. FOUCAULT, 2007, p. 71). Não só tem acesso ao conhecimento, mas dispõe da faculdade de olhá-lo criticamente e da consciência disso. Em contrapartida, a academia sente-se acuada, por ver o conhecimento acessível em livrarias, sebos e internet. Sobre a relação intelectual e indivíduo comum, Michel Foucault (2007, p. 71) acrescenta: “os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem”. Mas se os não-doutores também têm acesso ao saber, dispor do conhecimento não é algo fácil, pois “existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber” (FOUCALUT, 2007, p. 71). É preciso a chancela do meio acadêmico para o conhecimento ter credibilidade; da mesma forma, é necessário estar entre os doutores para exercer o poder de interdição e proibição.

Ao corroborar essa discussão, o professor Bicalho convida o secretário para assistir às aulas e, logo depois, desestimula-o, restando a Justino agradecer-lhe ironicamente nas suas memórias o fato de o ex-chefe tê-lo induzido a desistir de cursar Faculdade:

Pois sim! Mesmo assim, foi uma experiência divertida. De forma que devo a meu próprio Diretor, aplaudidíssimo nos congressos, o favor de ter me facultado condições de abrir os olhos na hora certa, sem dispêndio de exames, tempo e dinheiro. Já pensaram o que seria arcar com tanto sacrifício e desistir no meio do caminho, depois de meses perdidos, livros que custam os olhos da cara, adquiridos por obrigação? Sem pôr em conta a tragédia íntima da possível perda do Vestibular? (DANTAS, 2004, p. 206).

Ao ironizar os intelectuais e a boa-fé destes, o narrador de *Sob o peso das sombras* aponta esse sistema que dita quem irá ou não usufruir do saber. Assim, o professor doutor Jileu Bicalho Melão representa, na referida obra, o poder acadêmico institucionalizado, freando o discurso do indivíduo comum e da massa sobre esse saber. Não é à toa que o referido doutor se esmera em retirar do secretário o intuito de cursar uma faculdade de jornalismo: “O que dificulta a sua aprendizagem, Seu Justino, é somente a sua falta de base” (DANTAS, 2004, p. 206). Mesmo o convite de aceitá-lo na sala de aula como ouvinte, tem o claro propósito de retirar-lhe o objetivo de galgar vida acadêmica. A crônica que repetidas vezes o narrador Justino Vieira detalha estar escrevendo é uma mordaz ironia às boas intenções humanas e ao saber dos “doutos”. De forma até jocosa, Justino Vieira utiliza uma das atrapalhadas do

professor e diretor Jileu Bicalho Melão para ironizar a academia universitária e os intelectuais, num episódio de uma aula do ex-chefe que se eternizava no vazio:

Se valendo então dessa deixa, na aula patética que se eternizava no vazio, sem nada pra se anotar, todos pegamos a gracejar, articulando o vocábulo do modo mais estrambótico possível: era tempo se passando... Nesse pé, de minuto a minuto, o Professor Bicalho Melão curvetejava o braço e revirava o olho chamegumento para conferir o relojinho no pulso. Era sinal de que estava vivamente agastado. E a turma toda, sem aguentar mais a trapalhada, pegou a rir sem parar (DANTAS, 2004, p. 214).

A aula do professor Jileu Bicalho é uma caricatura do ensino sem finalidade e dos discursos vazios que ocorrem em certas cadeiras universitárias, sob o comando de doutores renomados na província onde residem e trabalham. Ao reconstruir tal cena por intermédio da memória e da crônica, o narrador confere atualidade a esse tipo de prática pseudopedagógica. É como se Dantas ironizasse a farsa do sistema educacional nos bancos universitários, mediante a evidente ausência de propósito na seleção dos conteúdos e na realização das pseudoaulas.

### **Considerações Finais**

O espaço da Faculdade Rural de Mitologia é o local escolhido para ironizar a academia e os intelectuais. Também é utilizado para demonstrar que as relações sociais de toda ordem sempre estiveram corroídas pela força do clientelismo ou das influências. Ao bom jeito brasileiro, o professor-doutor foi indicado a um cargo na academia, sem prestar concurso público; da mesma forma o secretário queixoso; por isso, ao saber da indicação deste, Jileu Bicalho muda a forma de tratá-lo. Num primeiro momento, o ex-secretário era Vieira, molusco acéfalo, um molusco sem cabeça, que não tem miolos para pensar, defeituosa pela herança degradada (cf. DANTAS, 2004, p. 21), subordinado numa “cadeia seletiva” na qual “os mais graduados jamais poderão ser preteridos” (DANTAS, 2004, p. 29). Num segundo instante, a situação de humilhação imposta ao secretário é atenuada. O diretor e algoz fica sabendo que os dois chegaram aos respectivos cargos pela mesma indicação. Justino e Bicalho devem seus empregos públicos à influência de um Bispo sergipano que gozou de prestígio político durante o Regime Militar do Brasil: “Vou deixar de fora as formalidades, Seu Vieira. Entre nós, duas pessoas familiares a nosso Bispo, não cabe mais cerimônia” (DANTAS, 2004, p. 193).

Ao utilizar a crônica para satirizar a forma como muitos dos cargos públicos foram preenchidos durante séculos no Brasil, o narrador das memórias fala dos efeitos danosos causados às instituições, como a Universidade. As relações sociais consolidadas no país são, portanto, apontadas, refletidas e ironizadas, quer seja no tráfico de influência que marcaram por séculos as relações empregatícias até dentro do Governo, quer seja na forma arrogante de tratar os subordinados denotando resquícios das relações escravocratas brasileiras, quer seja ainda no espaço regional Alvide, contraposto à modernizada Rio-das-Paridas e à Faculdade Rural de Mitologia. Tudo isso contribui para uma crônica sobre os modos de vida, os espaços representados e as memórias narradas atualizados no discurso de ficção.

A ironia é usada em Dantas como um artifício que possibilita uma releitura crítica do passado, das instituições brasileiras, especificamente do espaço universitário, numa conjuntura temporal que configura as especificidades do indivíduo do final do século XX e início do século XXI. A recente produção literária configura, portanto, um mundo onde os aspectos da narrativa do século XX e do sujeito de todas as épocas – no final do século XX – se intensificam, trazendo à cena contemporânea um sujeito consciente de suas múltiplas, céticas, irônicas e memórias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Maria Luzia Oliveira. *A memória na ficção de Francisco Dantas: cenas da narrativa e do narrador pós-moderno*. São Cristóvão, 2010. 149f. Dissertação [Mestrado em Letras] – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, [2010].
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.v.1.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças dos velhos*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.
- BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário escolar de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FAE, 1986.
- DAL FARRA, Maria Lúcia. “Um olhar (enamorado) sobre a obra de Francisco J. C. Dantas”. *Interdisciplinar: Revista de estudos de língua e literatura*. Itabaiana: Núcleo de Letras/UFS, 2009. p. 15-21.
- DA MATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1991a.
- DA MATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991b.
- DANTAS, Francisco J. C. *Cabo Josino Viloso*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005.
- DANTAS, Francisco J. C. *Cartilha do silêncio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DANTAS, Francisco J. C. *Coivara da memória*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- DANTAS, Francisco J. C. *Os desvalidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- DANTAS, Francisco J. C. *Sob o peso das sombras*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2004.
- FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. In: *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.
- FREIRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime patriarcal*. São Paulo, Global, 2006.
- GERÔNIMO, Sidney Menezes. *Lavoura de delícias: visibilidades de gênero nos romances de Francisco J. C. Dantas*. São Cristóvão, 2008. 130f. Dissertação [Mestrado em Sociologia] – Núcleo de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, [2008].
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Aldail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HUYSSSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória*. Trad. Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da paródia: ensinamentos das formas de arte do século XX*. Trad. Tereza Louro Pérez. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989.

LYOTARD, Jean-François. *O inumano*: Considerações sobre o tempo. Trad. Ana Cristina Seabra e Elisabete Alexandre. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

LUDMER, Josefina. Temporalidades del presente. *Margens/Márgenes*. Belo Horizonte, n. 2, dez. 2002.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura*: O testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

SOARES, Angélica. *Gêneros literários*. São Paulo: Ática, 1998.

Artigo recebido em julho de 2010 e aprovado em setembro de 2010.

# OS CENTROS HISTÓRICOS DE SÃO CRISTÓVÃO E LARANJEIRAS SOB A ÓTICA DO PLANEJAMENTO DO TURISMO EM SERGIPE

*Cristiane Alcântara de Jesus Santos*

Universidade Federal de Sergipe

Doutoranda em Geografia – Universitat de Barcelona

[cristie09@gmail.com](mailto:cristie09@gmail.com)

*Antonio Carlos Campos*

Universidade Federal de Sergipe

Doutorando em Geografia – Universitat de Barcelona

[antonio68@uol.com.br](mailto:antonio68@uol.com.br)

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o uso turístico e o patrimônio cultural das cidades de São Cristóvão e Laranjeiras, localizadas no estado de Sergipe. Partimos de uma discussão à luz dos princípios do planejamento do turismo, levando-se em consideração as reais necessidades de se pensar os centros históricos, o patrimônio e a turistificação dessas cidades como ferramenta básica capaz de reverter os quadros de atraso e deficiência. A fim de atingir os objetivos propostos foi realizada uma pesquisa bibliográfica enfocando os principais autores que trabalham com turismo cultural e cidades históricas. O diálogo com a literatura especializada tenta resgatar a importância da multifuncionalidade das cidades históricas e propor algumas estratégias urbano-turísticas, para que São Cristóvão e Laranjeiras possam usufruir das novas funcionalidades - função turística e cultural - e se constituírem como principais pólos receptores de turismo cultural de Sergipe.

**Palavras Chave:** Patrimônio cultural. Cidade. Turistificação.

## ABSTRACT

This paper aims to review the touristic use-value and cultural heritage associated with the cities of São Cristóvão and Laranjeiras, State of Sergipe, Brazil. We begin by bringing to light the specific planning principles of tourism policy, taking into consideration the real need to think about historical centers, urban heritage, cultural patrimony and the touristification of these cities as a strategy for addressing the current issues of backwardness and lack of infrastructure. To this end, we provide a review of the literature focusing on the major authors on cultural tourism and historical cities. This investigation of the technical literature tries to demonstrate the relevance of the multifunctional characteristic of historical cities and also suggests some particular urban-tourism strategies so that São Cristóvão and Laranjeiras might have new capabilities (tourist and cultural) as well, besides turning them into key centers of Sergipano cultural tourism.

**Key words:** Cultural heritage. City. Touristification.

Durante as duas últimas décadas do século passado, a atividade turística se converteu, em muitos países, como uma estratégia de desenvolvimento sócio-econômico. Neste período também foram produzidas algumas transformações, sobretudo, no que diz respeito às preferências e as motivações dos consumidores turísticos, o que gerou uma maior segmentação da oferta e demanda turística.

As transformações na produção dos espaços turísticos, bem como na forma de consumo pelos turistas, fizeram com que muitos gestores repensassem acerca da necessidade da diversificação da oferta turística, buscando aliar paisagens, histórias e cultura.

No caso de Sergipe, o turismo de sol e mar sempre foi o segmento mais abordado na tentativa de consolidar o estado como destino doméstico e internacional. Porém, nos últimos anos, este segmento tem procurado se apoiar em produtos complementares, como por exemplo, a captação de eventos e negócios e o patrimônio natural e arquitetônico para suscitar possibilidades de desenvolvimento do turismo urbano e cultural.

Dessa forma, o patrimônio histórico e cultural das cidades de São Cristóvão e Laranjeiras surgem como estratégias viáveis capazes de articular novos segmentos. Apesar do fluxo turístico de Sergipe mais representativo ainda está voltado para o turismo de sol e mar, o desenho de produtos complementares focados em outras segmentações poderão transformar o estado em um destino competitivo.

De fato, é possível planejar a atividade turística do estado de Sergipe vislumbrando a coexistência do turismo de sol e praia e o turismo cultural. Esta estratégia poderá minimizar o problema da sazonalidade, ou seja, reduzindo a estacionalidade típica do segmento de sol e praia, potencializando o turismo cultural enquanto um produto complementar.

Partindo desse pressuposto e, levando-se em consideração que o estado de Sergipe apresenta múltiplos e heterogêneos recursos turísticos, este artigo tem como objetivo analisar o uso turístico dos centros históricos das cidades de São Cristóvão e Laranjeiras e sua importância para o desenvolvimento da atividade turística no estado.

## Turismo e centros históricos: discussão inicial

Os núcleos históricos de várias cidades estão passando por profundas mudanças funcionais e sociais, sobretudo, a partir do desenvolvimento de novas atividades ou setores, como é o caso do turismo.

Apesar das cidades históricas se constituírem em um dos destinos turísticos mais antigos, ainda torna-se necessário que haja planejamento para que este segmento se configure como uma alternativa para o desenvolvimento do turismo em muitos países.

Ao analisar a atividade turística em centros históricos, Troitiño *et. al.* (1998, p. 301) afirmam que,

El centro histórico es resultado de la interrelación entre factores físicos y humanos, el principal atractivo turístico de la ciudad. La preservación de este ambiente depende de la capacidad para compatibilizar la conservación del patrimonio cultural con el desarrollo de las actividades propias de un centro histórico multifuncional.

Nos centros históricos, além da multifuncionalidade dos processos espaciais inerentes à produção do urbano, encontramos cenários e atividades simbólicas emblemáticas que configuram a cultura, a religiosidade e as heranças arquitetônicas e paisagísticas. Além disso, vale ressaltar que os ritmos sociais expressos no espaço urbano são (re) produzidos ao mesmo tempo para o cidadão e para o turista. Desta forma, não há condições de avaliar a significativa relevância do turismo em centros históricos, uma vez que em muitos casos este se cristaliza como um conjunto de atividades desenvolvidas de forma correlata.

Os centros históricos apresentam uma dinâmica urbana complexa e simbólica, e se a atividade turística se desenvolver desordenadamente pode criar transtornos para as populações receptoras, como por exemplo, problemas culturais e sociais. De fato, os centros históricos devem ser analisados como uma parte importante da nossa memória urbana. Porém, deve-se perceber também que se trata de uma realidade viva que faz parte do sistema urbano (FERRER REGALES, 2000).

Dessa maneira, urge pensar o planejamento social participativo e comunitário do turismo como forma possível de se realizar uma avaliação da oferta e da demanda turística, estudos de capacidade de carga e, assim, minimizar todos os problemas gerados com a implementação da

atividade turística nos centros históricos sem comprometer as funcionalidades enquanto centro econômico e administrativo, as atividades próprias de muitos CDB (*Central Business District*).

Segundo Manuel de la Calle Vaquero (2002), o planejamento é de fundamental importância para a inserção sustentável do turismo nas cidades históricas, uma vez que através do planejamento é possível maximizar os benefícios e minimizar os efeitos negativos.

Esta preocupação com o planejamento da atividade turística nas cidades históricas está relacionada com a mudança substancial da atividade que se converteu em um fenômeno de massas a partir de meados do século XX. O crescimento da atividade turística em muitos países, inclusive no Brasil, ainda está associado ao interesse do turista por dias de descanso em destinos de sol e praia, o que tem gerado um escasso desenvolvimento de destinos direcionados ao turismo de cidades históricas.

No entanto, é importante ressaltar que, o interesse pelas cidades históricas e centros históricos associados aos seus nichos de memória da sociedade, já ocorre tanto como principal motivação e busca de experiências de contato com o simbólico, quanto como um produto complementar a outras formas de turismo, como por exemplo, o citado turismo de sol e praia.

O turismo em cidades históricas está relacionado a um mercado específico de consumidores turístico transgressores temporais de hábitos e rotinas, que esperam encontrar em suas viagens oportunidades de emancipação e realização de sua sensibilidade. Este tipo de turista concebe a estrutura da cidade e o cenário histórico como espaço de representação cultural. Segundo Mathieson; Wall (1992) existem três formas de culturas que atraem os visitantes:

- As formas de cultura inanimada, que não envolvem diretamente a atividade humana (visitação aos monumentos e edifícios históricos, compra de artesanatos, etc.);
- As formas de cultura refletida na vida cotidiana do destino, ou seja, que constituem a motivação habitual do turista ao observar e consumir as atividades sociais, de ócio e econômicas do habitante;
- As formas de cultura animadas e que podem envolver acontecimentos especiais, descrições históricas ou outros tipos de acontecimentos como os festivais de canções, carnaval, reconstituição de fatos históricos, etc.

O olhar do turista de cidades históricas procura uma experiência cultural que não se limita a um único elemento específico, já que abarca uma série de outros elementos que permitem

descobrir a cultura do outro através do patrimônio. Estes turistas têm como objetivo enriquecer sua experiência com entretenimentos de ordem cultural e de conhecimento.

Assim, o patrimônio cultural passa a ser considerado como recurso importante na configuração do espaço turístico, uma vez que pode se converter em um forte aliado no desenvolvimento econômico, na criação de empregos e na coesão social de uma localidade. Porém, conforme as ideias de Troitiño (2004), o patrimônio enquanto uma potencialidade e/ou atrativo turístico somente pode ser considerado como uma estratégia de desenvolvimento turístico, a partir do momento em que a localidade apresenta adequados instrumentos de cooperação e gestão que permitam resolver problemas inerentes a turistificação de bens patrimoniais. Podemos citar como exemplo, a conservação dos monumentos, reabilitação de parques residenciais, controle de fluxos turísticos, acessibilidade, dinamização funcional, entre outros.

É importante ressaltar que a idéia de patrimônio presente neste estudo está relacionada com o tangível e o intangível, que em conjunto conformam a identidade coletiva do lugar. De acordo com a UNESCO (2003), o patrimônio tangível inclui todos os valores culturais que apresentam uma materialização ou corporização física, como por exemplo, as cidades históricas, sítios arqueológicos, museus e edifícios históricos. Já o patrimônio intangível inclui todas as formas de manifestações culturais populares e folclóricas, linguagens, gastronomia, entre outros.

Dentro desse contexto, partiremos do princípio de que o patrimônio cultural, seja tangível ou intangível, dentro das estratégias de desenvolvimento sustentáveis das cidades históricas, se constitui em recurso com duplo valor: um ligado a sua origem histórica, outro como dimensão da atualidade. Isso se dá porque o ambiente urbano apresenta sinais de identidade singulares, próprios de cada povoamento que é refletido na magnitude construída do presente. Portanto, numa visão holística, os componentes do ambiente urbano não somente incluem as heranças do passado, como também os novos recursos com os quais a cidade está engendrada na contemporaneidade.

Assim, repleto de matéria e memória, os centros históricos não são apenas patrimônio cultural. Estes espaços também pertencem de forma particular a todos os setores sociais que os habitam, uma vez que cristaliza valores locais e globais da sociedade e do mundo do turismo através de sua inserção no chamado *city marketing* (GARCÍA, 1997). É importante ressaltar que apesar da apropriação dos centros históricos pela/para a prática turística, estes

espaços resguardam uma singularidade e identidade coletiva que contrasta com a artificialidade e a uniformidade que aponta em outros segmentos turísticos.

Partindo desse pressuposto, podemos fazer uma reflexão com base no documento elaborado sobre o turismo cultural na América Latina e Caribe, em que a UNESCO afirma que existe uma demanda para o turismo cultural e que esta demanda está em evolução. Porém, o grande ponto de advertência deste documento se refere à qualidade e diversificação da oferta, uma vez que o perfil dos novos turistas exige uma atenção especial ao nível de qualificação dos profissionais, tornando-se necessário pensar “se o mundo da cultura e dos serviços está preparado para responder a essa demanda” (1996, p.10).

### **Cidade, cultura e turismo: apropriação turística do centro histórico**

A relação entre a tríade cidade – cultura - turismo é muito grande, uma vez que desde os séculos XVIII e XIX as cidades já se constituíam em destinos dos viajantes que procuravam explicações para suas inquietações intelectuais. No final do século XIX, as cidades passaram a desenvolver um turismo mais popular que se consolidou no século XX, principalmente no período pós-guerra.

Na atualidade, as mais distintas formas de turismo se materializam na cidade. O espaço urbano se consolida como a maior expressão da prática turística, oferecendo distintas experiências que captam um fluxo significativo de visitantes. Dessa forma, Claudia Henriques (2003, p. 52) afirma que,

A cidade, devido a multiplicidade de dinâmicas em interação, se compatibiliza com o volume de elementos de arte, de criação artística, de patrimônio e vivências que contribuem para que o turismo cultural encontre nela [a cidade] um alvo privilegiado.

Como o maior número de equipamentos culturais se concentra nas cidades, isso propicia a utilização destes equipamentos (museus, galerias, teatros, monumentos, etc.) para a prática da atividade turística. Porém, não é somente este fator que favorece o desenvolvimento da prática turística nas cidades. O atual comportamento do consumidor turístico merece ser destacado, uma vez que tem influenciado no desenvolvimento da atividade turística. O primeiro ponto está relacionado ao fracionamento do período de férias, o que contribui para que este turista ao escolher um destino turístico faça uma análise partindo de duas variáveis: tempo e

distância. Assim, os deslocamentos são realizados de acordo com a disponibilidade de dias destinados às atividades de ócio.

O segundo ponto é o surgimento/oferta de novos produtos turísticos. Estes produtos resultam das mudanças ocorridas no interesse do atual consumidor turístico que não procura somente as amenidades naturais - sol e praia, mas destinos que possam oferecer um conjunto de atividades que favoreçam as férias ou a experiência turística.

Dentre estes novos produtos turísticos vale mencionar as cidades históricas ou mesmo os centros históricos destas cidades. É importante lembrar que falamos anteriormente que este segmento ainda apresenta um escasso desenvolvimento. Porém, vale ressaltar que a história, a monumentalidade e a experiência do conhecer, sentir e estar fisicamente em espaços distintos em tempos também desiguais tem motivado uma afluência de visitantes em todo o mundo. De fato, o novo consumidor turístico tem a necessidade de partir em busca de comparação, comprovação e construção de um patrimônio que muitas vezes está se constituindo na esfera do presente, uma vez que a riqueza dos recursos patrimoniais aflora cada vez que é descoberta pelo turismo.

Ashworth (1995) aponta três atores que são os responsáveis pelas relações entre turismo e cidades históricas: a indústria turística, os gestores culturais e os governos locais. De acordo com o autor, estes atores atuam de formas distintas, porém visam alcançar os mesmos objetivos. O setor turístico está sempre com o olhar nas mudanças de mercado e aposta na criação de novos produtos, a fim de atender as atuais necessidades; os gestores culturais, através do turismo, obtêm uma fonte complementar de recursos e fluxo e, por fim, os governos locais que procuram promover a renovação física e funcional de algumas áreas específicas da cidade para a prática da atividade turística.

É de suma importância que a vontade de estabelecer a relação entre cidade histórica e turismo seja simultânea entre estes três atores mencionados e, sobretudo, que o objetivo seja a adequação da atividade turística com as necessidades dos turistas e da comunidade local. Assim, torna-se importante pensar não somente na rentabilidade econômica, mas também no desenvolvimento social, a partir de critérios e ações que resultem na melhoria da comunidade local e não apenas visar o bem-estar do turista.

Portanto, conforme afirma Sampaio (2004, p. 27), “é necessário um trabalho de parceria entre o poder público municipal e a população local para que, juntos, possam usar melhores

estratégias de conscientização em preservação e manutenção das cidades (núcleos urbanos preservados)”.  
É certo afirmar que muitas cidades têm se utilizado da atividade turística enquanto um fator de desenvolvimento, ou seja, como um caminho possível para alicerçar algumas práticas urbanas, por exemplo, a revitalização de centros históricos, diversificação das práticas culturais, fomentar o interesse da comunidade local pelo patrimônio e o urbanismo, entre outros aspectos. Porém, Simão (2006) ao analisar a relação entre a gestão e a preservação dos núcleos urbanos, aponta que existem casos de má utilização do potencial turístico das cidades históricas atreladas a falta de conhecimento de alguns gestores, o que resulta na depreciação dos bens patrimoniais e até mesmo na falta de interesse por parte dos turistas.

Isto pode ser observado nas cidades de São Cristóvão e Laranjeiras, uma vez que há uma carência generalizada de conhecimentos acerca do planejamento e da gestão turística. Percebe-se que as lideranças locais trabalham a atividade turística apenas como uma fonte de captação de recursos, sem levar em consideração o próprio papel inerente ao gestor público de elaboração de estratégias e ações voltadas para o planejamento municipal e gestão do território como um todo.

De fato, o turismo cultural urbano é concebido como uma importante fonte de investimentos. Porém, em muitos casos, devido ao aumento do fluxo de capital que se injetam na vida econômica de pequenas cidades, seus centros históricos se convertem em apenas centros de serviços dependentes cada vez mais de uma demanda que seja rentável a prestação desses serviços. Isto coloca em risco a permanência da comunidade local que habita estes centros históricos, uma vez que gera um encarecimento do custo de vida na cidade, cria novos costumes e ritmos, além da transformação da área central turística numa verdadeira ilha desterritorializada da civilidade que a construiu.

A ideia de centro histórico existente nesse artigo coaduna com a discussão de Carrion (1998) que está associada à origem do núcleo urbano, ou seja, com a valorização do passado, em que a sua análise implica a presença de processos históricos conflituosos e em permanente contradição.

Desta forma, o centro histórico não deve ser observado somente como um espaço receptor de turista, mas como um lugar que também tem funções residenciais, comerciais, educativas, culturais, administrativas, conforme podemos observar nos centros históricos de São Cristóvão e Laranjeiras. Trata-se, de fato, de uma multifuncionalidade que necessita de

planejamento, a fim de que não haja desequilíbrios, em que há um predomínio de certa função em detrimento de outra. Segundo Troitiño Vinuesa (2004), o urbanismo cultural e o comercial, entendidos como novas formas de compreender e fazer a cidade para o bem estar dos habitantes, tem procurado desenvolver novos equilíbrios funcionais.

Para atingir este objetivo torna-se necessário a operacionalização de planejamento estratégico e gestão dos centros históricos que sejam capazes de compatibilizar as suas próprias funções urbanas com a função turística mediante a aplicação de medidas pactuadas entre os diversos agentes sociais urbanos. Entre estas operações necessárias estão:

- A consolidação da centralidade urbana;
- A melhoria do entorno urbano e a qualidade de vida das áreas centrais;
- Consolidação da função habitacional destes lugares;
- Promoção de atividades econômicas diversificadas, e
- A promoção do desenvolvimento social.

De fato, o patrimônio arquitetônico e artístico só se constitui um recurso turístico quando planejado, gerido e comercializado de forma adequada. Para que isso possa ocorrer, torna-se necessário pensar em alguns elementos que devem ser incorporados no processo de planejamento e gestão do patrimônio em cidades históricas, conforme aponta Millar (1995):

- Política de conservação integral e contínua, visando assegurar o bem-estar do residente e a experiência do visitante;
- Minimizar a unicidade/uniformidade dos lugares de patrimônio;
- Análise de quatro variáveis: atrações turísticas, identidade da comunidade, educação formal e informal, regeneração econômica;
- Planejamento estratégico para o turismo de patrimônio/ turismo cultural através da interpretação patrimonial;
- Estratégias de marketing bem definidas que visem à acessibilidade, porém pensando-se em alternativas que não degradem os bens patrimoniais existentes.

Desta forma, torna-se necessário que os gestores públicos procurem respeitar as particularidades potenciais das cidades históricas, sobretudo, as singularidades físicas, simbólicas e funcionais de seus conjuntos arquitetônicos e históricos frente aos processos urbanísticos e de desenvolvimento, uma vez que se tratam de recursos frágeis e seus valores já são considerados como bens públicos, absorvidos por toda a sociedade. Assim, apostar por

estratégias qualitativas pactuadas pelos diversos agentes sociais representa buscar o caminho da sustentabilidade tanto cultural como turística.

### **Turismo cultural: uma possibilidade de desenvolvimento turístico de Sergipe**

Como uma alternativa de alcançar o desenvolvimento local, vários destinos estão se especializando no turismo cultural, uma vez que a atual demanda do mercado turístico manifesta uma tendência crescente de buscar novos produtos que atendam a tríade lazer – prazer - enriquecimento cultural.

Segundo a carta de turismo cultural elaborada pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 1976), o turismo cultural tem como objetivo a descoberta de sítios e monumentos com a finalidade de exercer sobre eles um efeito positivo considerável na medida em que busca manter viva sua proteção.

Para Jordi Juan-Tresserras (2001), o conceito de turismo cultural é mais amplo e se desenvolve com uma realidade diversa e heterogênea. Incorpora tanto a visita a museus, sítios arqueológicos, edifícios civis, militares, industriais ou religiosos, centros históricos, jardins - que englobaríamos no denominado turismo patrimonial -, assim como as manifestações da cultura tradicional e popular, a gastronomia, feiras de arte, o artesanato, os livros, os festivais de cinema e de arte, teatro, dança, entre outros.

Estes pontos citados por Juan-Tresserras são de fundamental importância para a compreensão da concepção do produto de turismo cultural que pode ser encontrado em Sergipe, em que os valores e o intercâmbio de culturas compõem o eixo principal. Isso favorece a necessidade emergente do turista atual que se sente motivado e procura este tipo de oferta mais especializada vislumbrando a experiência e o conhecimento e, desta forma, valorizar o contato com a comunidade local.

O estado de Sergipe apresenta um excepcional conjunto patrimonial, porém deve-se ressaltar que urge o desenvolvimento de novas formas de planejamento para que, de fato, estes bens patrimoniais possam ser apropriados pela/para prática turística.

A proposta de planejamento do patrimônio discutida neste artigo está baseada no “planejamento social”<sup>1</sup> centrado no turismo cultural estudado por Jordi Padró (2000). Este autor afirma que este modelo de planejamento deve se basear em três pontos fundamentais: os

---

<sup>1</sup> No Brasil este modelo de planejamento é entendido como planejamento comunitário - participativo.

bens patrimoniais existentes no território, os visitantes ou consumidores turísticos e a população local. Assim, para se fazer um bom planejamento; inicialmente devemos pensar na qualidade dos bens patrimoniais existentes, assim como, na valorização e conservação deste patrimônio. Em relação aos visitantes é de suma importância verificar a aceitação desta opção alternativa de turismo frente ao turismo massificado - sol e praia - e, sobretudo, o nível de satisfação com a experiência, a fim de que o produto resulte atrativo. Por fim, Padró também destaca que é importante que os benefícios gerados com esta atividade possam ser captados pela população local, uma vez que desta forma será possível vislumbrar um aumento na autoestima de seu próprio patrimônio, assim como, fortalecer a cultura e a identidade cultural.

Por tanto, a valorização do patrimônio cultural pode atuar como uma estratégia para o desenvolvimento local e regional, conforme pretendemos pensar para o estado de Sergipe.

Então, a possibilidade que se apresenta de desenvolver novos produtos turísticos consiste em um desafio complexo, uma vez que as ações não devem basear-se somente no princípio de “inovar por inovar”, sem levar em consideração as novas tendências do turismo que estão fundamentadas na segmentação e fragmentação. Fato que direciona o desenvolvimento de novos produtos turísticos a partir do objetivo de atender a pluralidade da demanda turística.

No estado de Sergipe, nos últimos anos o governo do estado tem procurado desenvolver algumas rotas ou itinerários que atuassem como alternativa para que o turismo se diversificasse e não fosse baseado somente no turismo de sol e praia. É certo que atualmente existe uma redução da procura de destinos que se limitam a ofertar o produto sol e praia, porém, este segmento ainda é muito importante para o turismo da região nordeste.

Por isso, torna-se de fundamental importância que o estado de Sergipe, que ainda não é um destino turístico consolidado, desenvolva outros produtos para se diversificar e oferecer novas propostas com a finalidade de competir com os demais destinos turísticos da região.

O estado de Sergipe apresenta uma infinidade de atrativos turísticos, alguns ainda pouco explorados e à espera de serem descobertos. O turista quando visita Sergipe, encontra áreas de dunas, manguezais, lagoas, rios, *canyons* e cachoeiras, reservas de mata atlântica e áreas alagadas – pantanal. Além dos atrativos naturais, Sergipe possui uma gastronomia diversificada, atrativos culturais materiais, como: museus, igrejas e teatros; e, imateriais: como festas religiosas, festejos juninos e as demais manifestações folclóricas herdadas tanto dos índios quanto dos remanescentes de quilombos presentes no estado. De acordo com o site do governo do Estado, estes atrativos são apresentados nas seguintes rotas: Aracaju – Xingó

(negócios e eventos, ecoturismo e turismo rural) Caminhos dos Jesuítas (cidades históricas, turismo religioso e cultural) e Costa das Dunas e Manguezais (turismo de sol e praia, náutico, ecológico), como também nos roteiros: Praias de Aracaju, Cidades Históricas (São Cristóvão e Laranjeiras), Foz do São Francisco e Canyon de Xingó.

No entanto, é importante ressaltar que esta busca por alternativas nunca saíram do papel, talvez pela difícil tarefa de se colocar em prática estes tipos de rotas ou itinerários que requer uma série de medidas funcionalistas como, reordenamento territorial, trabalho integrado entre os municípios envolvidos e cooperação entre os âmbitos públicos e privados, além de forte campanha de *marketing* interno e externo.

Além disso, a carência de uma política de estado para o setor também é um eixo fundamental, uma vez que para colocar essas rotas no mercado é necessário “tempo”, afinal deve-se passar por um processo de planejamento e o desenvolvimento das ações se dá lentamente, ou seja, os benefícios somente serão observados em longo prazo. No entanto, as administrações públicas passam no poder quatro anos, período muito curto para colocar em prática e consolidar um produto turístico.

Porém, é de suma importância pensar no turismo cultural enquanto um segmento que pode atuar na dinamização da atividade turística do estado de Sergipe, sobretudo, nos municípios de São Cristóvão e Laranjeiras, e também como uma ferramenta que possibilitará a preservação e restauração de monumentos ou conjuntos monumentais a partir da inserção destes bens patrimoniais no produto turístico local.

### **O patrimônio histórico–urbano de São Cristóvão e Laranjeiras**

Os municípios de São Cristóvão e Laranjeiras integram a Região da Grande Aracaju, onde profundas transformações vêm se intensificando a partir de metas governamentais e de iniciativas do capital privado ligadas a industrialização, exploração de recursos minerais, ampliação e diversificação do parque imobiliário e investimentos em setores de atividades na área do turismo.



**Figura 1.** Sergipe: localização e acessibilidade aos municípios de Laranjeiras e São Cristóvão

Fonte: Governo de Estado de Sergipe, PDITS, 2001.

Estes dois municípios reúnem o maior e mais importante patrimônio material e imaterial do estado. Porém, apesar dos gestores estaduais e locais reconhecerem essa importância, ainda não existe propostas concretas para a inserção destas duas cidades na rota das cidades históricas do nordeste do Brasil. Isto pode ser possível a partir da elaboração de estratégias que permitam converter estas duas cidades em destinos turísticos reconhecidos e, a longo prazo, destinos competitivos.

Os espaços urbanos de São Cristóvão e Laranjeiras retratam seus antigos faustos. São Cristóvão por ter sido a primeira capital de Sergipe (até 1855) e marco de povoamento Jesuíta e Laranjeiras em decorrência da riqueza do açúcar<sup>2</sup>. Estes fatos refletiram no padrão arquitetônico adotado na construção dos sobrados, residências dos comerciantes, dos aristocratas rurais e nas inúmeras igrejas existentes nas duas cidades. Vale ressaltar também que ambas as cidades se projetaram durante o século XIX como núcleos urbanos de significativa importância, desempenhando destacada função econômica, social e cultural no contexto da Província.

De acordo com o modelo de urbanização adotado no Brasil, a partir do início do século XX, quando se promoveu a destruição de parte considerável de alguns acervos culturais das cidades e sua substituição por formas urbanas consideradas recentes, Laranjeiras e São Cristóvão conheceram os primeiros momentos de crise urbana. Muitas famílias tradicionais migraram para a capital Aracaju agravando a decadência econômica e social; resistindo nessas

<sup>2</sup> Em meados do século XIX, Laranjeiras se tornou o maior centro açucareiro do estado de Sergipe.

cidades apenas a população pobre que dependia dos postos de trabalho ofertados na lavoura de cana-de-açúcar, no município de Laranjeiras e nas fábricas têxteis em São Cristóvão.

Desses fatos resultam a decadência e a deterioração do patrimônio arquitetônico, cabendo a população apenas a manutenção das manifestações folclóricas, enquanto culturas populares, sendo as mais ricas e tradicionais do estado de Sergipe.

Com o objetivo de preservar os acervos arquitetônicos das cidades, na década de 40, do século passado, o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) tombou alguns monumentos isolados dessas cidades, todos de caráter religioso. No final da década de 60, este mesmo órgão, porém já denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tombou o conjunto arquitetônico e urbanístico do Centro Histórico da cidade de São Cristóvão e na década de 70, o Governo do Estado de Sergipe, elevou a cidade de Laranjeiras à condição de monumento histórico.

Nessa mesma década, foi criado, no Nordeste, o Programa de Restauração de Cidades Históricas, sendo incluídas as cidades de São Cristóvão e Laranjeiras. Esse programa tinha como meta principal a elaboração de uma proposta de Plano Urbanístico para cada cidade envolvida, sendo a Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia responsável pela elaboração do Plano Urbanístico das duas cidades. Esses planos contêm um conjunto de parâmetros gerais voltados para a recuperação dos monumentos das cidades e traça uma política de preservação da arquitetura civil, visando à consolidação urbanística das cidades.

A preocupação com a recuperação física dos monumentos possibilitou a criação de instituições culturais, como os museus e centros culturais, responsáveis pela manutenção dos objetos, imagens e relatos que são conservados como testemunhas da formação sociocultural dos municípios. Entretanto, não fomentaram, paralelamente a esse programa, projetos que proporcionassem o desenvolvimento de atividades econômicas que beneficiassem a população local.

Mesmo sendo São Cristóvão e Laranjeiras cidades históricas de suma importância para turismo do estado de Sergipe, as atuais condições de manutenção da infraestrutura básica e turística ou mesmo a inexistência de serviços não favorecem ao desenvolvimento do turismo, uma vez que a fragilidade da malha urbana tem gerado a depreciação da própria imagem turística das cidades, dificultando sua inserção no circuito nacional de cidades históricas.

Apesar do que foi exposto, podemos afirmar que estas cidades apresentam realidades que favorecem a prática do turismo cultural. São Cristóvão, a quarta cidade mais antiga do Brasil,

apresenta um centro histórico com um rico acervo colonial e barroco, além de conservar suas tradições, como as romarias e as festas religiosas. Já Laranjeiras, cidade considerada Patrimônio Nacional, é denominada um Museu a Céu Aberto<sup>3</sup>, uma vez que como afirma Orazen (2008) quando se passeia por suas ruas a sensação é de uma retomada a tempos anteriores na história do Brasil, porque se vê estradas de pedra, igrejas localizadas no alto de morros, a manifestação de grupos folclóricos, residências com fachadas coloridas e ecléticas, dentre outras imagens históricas.

Ademais, podemos elencar outros fatores que poderiam contribuir para o desenvolvimento turístico destas duas localidades: as localizações das cidades, que estão próximas a capital Aracaju; as singularidades naturais; a malha urbana com um traçado irregular de influência Ibérica e bens patrimoniais que remontam suas origens. No caso de São Cristóvão, podemos destacar a igreja do Senhor dos Passos (1739-1743), a igreja do convento de São Francisco (1693), onde funciona em anexo o Museu de Arte Sacra (o 2º mais importante do Brasil) e a igreja da Ordem Terceira do Carmo (1739-1743). Em Laranjeiras citamos a Igreja Nossa Senhora da Conceição de Comandaroba (1731), Igreja do Senhor do Bonfim (1836), Igreja de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário (final do século XVIII), entre outros.

Também devemos fazer referência ao rico patrimônio residencial encontrado nas duas cidades que, apesar de não estar aberta a visitação, o que faz com que apresente uma funcionalidade turística reduzida, mantém-se com suas fachadas originais, porém em precário estado de conservação.

No caso de São Cristóvão, o Projeto Monumenta<sup>4</sup> ofereceu financiamento para os proprietários dos imóveis localizados no Centro Histórico (área do projeto), a fim de garantir a restauração desses imóveis e assim facilitar a inclusão cultural, social e econômica da população local. Porém, nem todos os proprietários aderiram ao projeto e as residências continuam se deteriorando.

O projeto de revitalização dessas residências, tanto em São Cristóvão como em Laranjeiras, poderia gerar uma requalificação, valorização e uma reconquista de espaços que até então estão esquecidos nos contextos dessas cidades. É importante frisar que a requalificação de um

---

<sup>3</sup> Esta expressão pode ser encontrada no livro *Laranjeiras: “um museu a céu aberto”*, editado pelo Banco do Nordeste do Brasil e no livro *Sergipe Artístico e Monumental* de Nunes et.al. (2000), editado pelo Governo do Estado de Sergipe.

<sup>4</sup> Projeto desenvolvido pelo Ministério da Cultura, com o apoio técnico da UNESCO e patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

espaço pode gerar, ou até mesmo, pressionar a requalificação de outros, o que resultará em uma dinamicidade diferenciada para estas localidades.

Juntamente com esse processo de requalificação, o turismo pode ser utilizado como uma ferramenta de relevante papel na restauração, reabilitação e revitalização de áreas degradadas, uma vez que apresenta o poder de captar novos negócios e visitantes para as localidades. Hall (1997) afirma que através do patrimônio, as cidades e o turismo estão indissociavelmente ligados, porém, a utilização equivocada do legado patrimonial, ou seja, a inexistência de uma verdadeira política cultural pode colocar em xeque o produto turístico. Vale ressaltar que a existência de um valioso patrimônio por si só não consolida um destino turístico.

Por outro lado, a recente elevação da Praça São Francisco da cidade de São Cristóvão a categoria de Patrimônio da Humanidade deve redesenhar um novo panorama no reconhecimento histórico e arquitetônico de Sergipe. Assim, a cidade de São Cristóvão assumirá um papel fundamental no (re) ordenamento dos fluxos turísticos, que mesmo sem planejamento e adequação de uma política de turismo específica, abre possibilidades para que as cidades históricas sejam incluídas no novo mapa do turismo cultural e promova o desenvolvimento econômico e social dos seus habitantes.

Nesta mesma direção, a cidade de Laranjeiras vem enfrentando rápidas e profundas mudanças a partir da instalação de um novo Campus da Universidade Federal de Sergipe (UFS). A criação deste novo campus gerou a recuperação de uma quadra inteira do centro histórico e a circulação de estudantes e professores universitários dos cursos de Museologia, Dança, Teatro, Arqueologia e Arquitetura que tem configurado uma nova realidade urbana capaz de incrementar as transformações necessárias na cidade.

Levando-se em consideração essas particularidades, estas cidades necessitam utilizar estrategicamente as oportunidades através de ações que estejam alicerçadas nos processos de planejamento e gestão, a fim de poderem usufruir das novas funcionalidades, ou seja, a função turística e cultural e se constituírem como principais pólos receptores de turismo cultural de Sergipe.

### **Considerações Finais**

Diante do exposto, a preservação do patrimônio histórico urbano torna-se uma necessidade emergente e se configura como mais uma função inerente aos planejadores e gestores de

locais. Assim, o que pensar sobre as cidades históricas sergipanas se na prática as administrações municipais não vislumbram em que medida a realidade atual possibilita ou dificulta avançar até modelos sustentáveis?

É certo que algumas conexões devem ser estabelecidas como forma de superar a fase meramente promocional destes destinos. Para isso, torna-se fundamental a definição de estratégias urbanas, como a posta em prática de planos, como por exemplo, planos municipais de turismo e planos integrados de desenvolvimento turístico, que assegurem ao turismo o papel que a sociedade realmente deseja, utilizando-se de ferramentas adequadas para garantir seu controle.

Além disso, podemos destacar outros pontos que são fundamentais para o desenvolvimento do turismo cultural nestas cidades: a) Gestão integrada da atividade turística (conexão entre vários setores de atividades); b) Inserção harmônica do turismo na vida da comunidade; c) Criação de produtos identitários; d) Estratégias urbanas orientadas para a preservação do patrimônio histórico-urbanístico da cidade; e) Trabalhos de sensibilização e conscientização junto à comunidade local e aos turistas; f) Resgatar o sentimento de identidade da população local; g) Compromisso da administração local no momento da formulação dos novos usos do patrimônio (material e imaterial); h) Acabar com a “paralisia” que afeta os setores públicos e privados; i) Despertar a comunidade local para as potencialidades turísticas do município; j) Desenvolver atividades ligadas à educação patrimonial; e, k) Cumprimento dos objetivos dos Planos Diretores que versam sobre a inserção do turismo como um modelo de desenvolvimento sustentável.

Partindo desse pressuposto, o turismo pode se converter em uma excelente ferramenta para a preservação dos bens patrimoniais e dos valores culturais das cidades de São Cristóvão e Laranjeiras, assim como, gerarem uma melhoria da qualidade de vida da comunidade local, uma vez que através da prática turística torna-se possível potencializar a (re) estruturação destas cidades.

Acreditamos que isso pode ser possível a partir do momento em que estas cidades elaborem políticas em que as estratégias e ações estejam bem traçadas em seus respectivos planos de desenvolvimento turístico, a fim de garantir a multifuncionalidade dos seus centros históricos e o compromisso social de preservar o patrimônio cultural local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASHWORTH, G. Managing the cultural tourist. In: ASWORTH, G.; DIETVORST, A. (org). *Tourism and special transformations*. Implications for Policy and Planning. UK: Cab International, 2005.
- CALLE VAQUERO, M. *La ciudad histórica como destino turístico*. Barcelona: Editora Ariel, 2002.
- CARRION, F. *Conceptos, realidades y mitos de los centros históricos: el caso de Quito*. Texto apresentado na Shelter as Revitalization of Old and Historic Urban Center. Havana, 1998.
- FERRER REGALES, A. *La integración de los cascos antiguos en la ciudad y la región*. In: Actas del I Congreso de Centros Históricos de la Comunidad Valenciana: Historia, patrimônio y arte. Archival. Valencia, 2002. P. 23-36.
- GARCÍA, F. E. S. *Cidade espetáculo*. Política, planejamento e city marketing. Curitiba: Ed. Palavra, 1997.
- HALL, C. The politics of heritage tourism: place, power and the representation of values in the urban context. In: MURPHY, P. *Quality management in urban tourism*. John Wiley & Sons Publishers, 1997. P. 91-102.
- HENRIQUES, C. *Turismo, cidade e cultura*. Lisboa: Edições Sílabos, 2003.
- Organización Mundial del Turismo. ICONOS. *Carta de Turismo Cultural*, 1976.
- JUAN-TRESSERRAS, J. *Patrimonio, turismo y desarrollo local: situación y perspectivas*. Ponencia inaugural del curso modelos de gestión cultural, ciudad, patrimonio cultural y turismo. Plan de formación de la federación española de municipios y provincias. Pamplona, Olite y Bértiz, 3,4 y 5 de octubre de 2001.
- MATHIESON, A.; WALL, G. *Tourism: economic, phisical and social impacts*. London: Longman, 1982.
- MILLAR, S. Heritage management for heritage tourism. IN: MEDLIK, S. *Managing Tourism*. Butterworth-Heinemann Ltd, 1995. P. 115-121.
- NUNES, Maria Thétis [et.al.]. *Sergipe artístico e monumental: 500 anos do descobrimento do Brasil*. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 2000.
- ORAZEN, Roberta Bacellar. *O patrimônio histórico e artístico de Laranjeiras/SE*. IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, Brasil. 28 a 30 de maio de 2008.
- PADRÓ, J. La gestión del patrimonio: una perspectiva territorial. In: LEIRA, J; MENDEZ, R. (COORD). *El patrimonio y la cultura proyectual*. Un dialogo necesario. Lugo: Diputación de Lugo, 2000.
- PELLETIER, S.R. Cashier Espaces. *Révue Trimestrielle*, nº110, *Éditions Touristiques Européennes*. Paris, 1991.

SAMPAIO, M. H. *Testemunho do barroco em Sergipe: estudos sobre o patrimônio histórico e o desenvolvimento do turismo na cidade de São Cristóvão no período de 2000-2004*. São Cristóvão: Departamento de História – UFS, 2004. (Monografia de Licenciatura em História).

SIMÃO, M; C. R. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

TROITIÑO VINUESA, M. A. Centros históricos y turismo: desafíos de interpretación y estrategias de actuación. In: ÁLVAREZ ALONSO, Antonio (org). *Turismo y territorio en la sociedade globalizada*. La Laguna, 2004.

UNESCO. *Turismo cultural en América Latina y el Caribe*. Encuentro internacional sobre turismo cultural en América latina y el Caribe. Cuba, 1996, p. 10.

UNESCO. Culture/heritage, 2003. <http://www.unesco.org/culture/heritage> Acessado em 25 de agosto de 2004.

Artigo recebido em agosto de 2010 e aprovado em setembro de 2010.

# COMUNICAÇÃO DE PESQUISA

# A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO CONTO “MARIA, FILHA DE MARIA” DE ANTÔNIO CARLOS VIANA

*Gisélia Mendes da Silva*

Mestranda em Letras pela UFS

bielluc@uol.com.br

## RESUMO

Este trabalho faz um estudo da representação da mulher no conto “Maria, filha de Maria” (VIANA, 2009) buscando verificar de que maneira é possível manter um diálogo entre história e arte literária. Especialista em narrativas breves, Viana formula um bem elaborado projeto de escrita para conseguir o efeito desejado em suas obras. Vários críticos pontuam a unidade textual e a dissecação das palavras como basilares na produção artística de Viana. Para embasar teoricamente a nossa pesquisa utilizamos, como eixos norteadores, os textos *Literatura e Sociedade* de Adriana Facina e *História e Literatura* de Luís Costa Lima.

**Palavras-chave:** Viana; literatura; história; mulher

## ABSTRACT

This work is a study of the representation of women in the story "Maria, Filha de Maria" (VIANA, 2009) trying to investigate how is possible to keep a dialogue between history and literary art. A specialist in short narratives, Viana has developed an elaborate writing to get the desired effect in his works. Several critics emphasize the textual unit and the dissection of words as base in the artistic production of Viana. To further develop the research theoretically we consider as guiding principles, the texts “*Literatura e Sociedade* of Adriana Facina” and “*História e Literatura* of Luis Costa Lima”.

**Keywords:** Viana, literature, history, woman

A obra de Antônio Carlos Viana confirma a excelência da arte literária como meio legítimo de representação da realidade. Especialista em narrativas breves, Viana formula um bem elaborado projeto de escrita para conseguir o efeito desejado em suas obras. Vários críticos pontuam a unidade textual e a dissecação das palavras como basilares na produção artística de Viana. Segundo Paulo Henriques Brito, Viana é um mestre no gênero conto e possui um estilo “desconcertante e inconfundível”. Em Viana, nada é por acaso; tudo tem uma razão de ser. Dentre os vários caminhos possíveis para direcionar o nosso olhar sobre a obra de Viana, optamos pelos estudos de gênero e investigaremos, no conto “Maria, filha de Maria” (VIANA, 2009a), de que maneira a personagem Maria consegue desconstruir a sua aparente condição de submissão observada ao longo da narrativa. No primeiro momento, pautaremos as nossas reflexões em teóricos que discutem as relações de gênero com um breve direcionamento para a questão religiosa. Ainda nesse espaço de discussão situaremos a narrativa em destaque como lugar de atualização para a condição da mulher no plano social. No segundo momento do artigo, investigaremos os discursos elaborados em torno dos personagens que mapeiam a linha temática da ficção de Viana. Nesse contexto, os aspectos de gênero atravessados pela religião são apontados como meio de fugir da dupla situação de opressão vivenciada pela protagonista do conto. Procuraremos arrematar o debate mesmo sabendo que falar de gênero e religião é invadir um campo bastante inóspito e escorregadio. Direcionaremos as nossas análises sob esse viés e também através das inferências metafóricas construídas ao longo da narrativa. Por fim, no terceiro momento, retomaremos as indagações suscitadas e verificaremos até que ponto este trabalho consegue deixar transparecer o constante diálogo que a arte literária estabelece com a vida.

### **História e literatura**

Por mais que seja atual falar da literatura distanciada da história, acredito na presença participativa da história como elemento indispensável para a compreensão de uma obra literária. Literatura e História sempre caminharam juntas. Talvez essa constatação se deva ao fato de que, “Apesar do desenvolvimento e especialização milenares, história e literatura possuem características comuns que denotam a referência a uma essência comum” (MAESTRI, 2002, p.40). Essa parceria não tira da literatura e nem da história o mérito de possuírem formas expressivas bem particulares. A literatura e a história têm na sua origem

uma relação de ampla intimidade. Dialogam em planos embora distintos, mas que costumam interagir de maneira significativa. As palavras de Luís Costa Lima são elucidativas

história e literatura são atividades distintas e autônomas, costuma-se, por um lado, acentuar o compromisso do historiador com a verdade factual e, por outro, a proximidade que uma escrita da história de qualidade teria com a escrita literária (LIMA, 1997, p.214).

Maestri complementa o esclarecimento: “Ambas registram, expressam e explicam experiências humanas, cada uma na sua linguagem e com seu programa.” (MAESTRI, 2002, p.40). Entendo como relevante também se pensar na narrativa de ficção em prosa como uma

fonte documental essencial, já que expressa, poderosamente, os cenários; a linguagem; os personagens dominantes; as concepções e visões de mundo; as preocupações e preconceitos sociais; etc. da época em que foi produzida (MAESTRI, 2002, p.41).

Segundo Luís Costa Lima, “como todo documento depende de uma construção, então todo documento é uma ficção! A história seria tão ficcional como um romance” (LIMA, 1997, p.236). Lima também sugere que seja observada a maneira como uma e outra se referem ao mundo. “São os modos de pensar o mundo que simultaneamente se aproximam e as diferenciam” (LIMA, 1997, p.237). Essas considerações iniciais, longe de encerrarem uma discussão, servem de fio condutor para implementar outras reflexões sobre o assunto, já que tais considerações se estabelecem como uma preocupação recorrente em alguns círculos de debates acadêmicos. Queremos pensar o histórico-social que natural ou intencionalmente se constrói no discurso ficcional e, conforme já dissemos em outro momento deste artigo, dissecar a obra de Viana partindo da perspectiva dos estudos de gênero.

A frase inaugural de Simone de Beauvoir: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” é reiterada por Guacira Lopes Louro ao vasculhar as marcas do tempo e destacar a máxima de Beauvoir como responsável pela ampliação dos espaços de discussão em torno do conceito do *ser mulher* e do *ser homem* como fruto de uma construção social. A avaliação de Louro acerca deste fato é bastante elucidativa:

Muita coisa mudou desde o final dos anos 1940 (quando Beauvoir publicou o seu Segundo sexo) e o fazer-se mulher transformou-se, pluralizou-se, de um tal modo que talvez nem mesmo a filósofa ousasse imaginar (LOURO, 2008, p.17).

O significado da frase foi ganhando novos contornos e significações. O interessante é perceber que o fato de ser masculino ou feminino não é uma decisão unicamente biológica, ela se opera no dia a dia através das relações sociais que vão ocorrendo. Há, de certa forma, algumas controvérsias que dividem as opiniões entre os teóricos que discutem essas questões de gênero, mas um fato é certo: “não é o momento do nascimento e da nomeação de um corpo como macho ou como fêmea que faz deste um sujeito masculino ou feminino” (LOURO, 2008, p.18). O gênero se constrói no decorrer da existência de maneira constante, renovada e sem um tempo determinado. Os corpos do homem e da mulher ganham conformações diferenciadas e estão associados às relações estabelecidas com diversos momentos sócio-culturais. Não há como menosprezar a influência das várias instituições que operaram e continuam operando na constituição desses corpos, mas é igualmente importante observar que novos paradigmas estão também exercendo forte influência na conduta e desenvoltura dos sujeitos sociais. As considerações de Guacira mostram-nos isso: “Mas como esquecer, especialmente na contemporaneidade, a sedução e o impacto da mídia, das novelas e da publicidade, das revistas e da internet?” (LOURO, 2008, p.18). Não é possível nos esquecermos de que as conquistas tecnológicas invadiram a vida das pessoas e desestabilizaram verdades incontestáveis e nos levam constantemente a refletirmos sobre o nosso estar no mundo.

Para melhor conduzir nossas reflexões, tecemos alguns comentários, mesmo que por hora sejam um tanto tímidos, em torno da concepção de religião

O termo religião tem a sua existência estabelecida há milhares de anos e quase sempre possui a sua significação relacionada ao ser humano e aos mistérios que o envolve. Em sentido amplo, as teorias desenvolvidas em torno do tema religião são construídas, sobretudo, numa visão masculina e patriarcal. As noções do conceito de religião podem ser elucidadas a partir da postura de diversos autores. Para Durozoi e Roussel (1996, p.406), as explicações podem ser encontradas pelo viés etimológico, associando-se à capacidade de religar, unir. Daí poder-se pensar na religião como um elo entre o homem e Deus “como fonte de sua existência”. Já Abbagnano (2000, p. 846) propõe um entendimento associado ao sobrenatural, pois esse autor nutre a crença de que a salvação está vinculada ao poder além do natural. Ele considera

também importante que se crie técnicas para “obter e assegurar essa garantia”. Segundo Chauí (1997), a religião deve ser entendida como uma rede de relações, em que várias partes encontram-se vinculadas. Resta saber quais partes devem ser vinculadas. Ainda de acordo com Chauí, a religião amplia o espaço simbólico e explica a ordem do natural e do humano.

Na experiência do sagrado, os traços de gênero revelam um tratamento desigual para homem e mulher. Na trajetória do cristianismo, por exemplo, o mundo masculino é realçado como detentor da sabedoria, do conhecimento. Ao homem são associadas as figuras de Deus, Jesus, Abrão, Moisés, Josué... . À mulher confere-se o sentido de sofrimento, de pecado. As considerações de Maria José Pereira Rocha a esse respeito são esclarecedoras: “Diria que estamos carentes de uma hermenêutica que possibilite a revisão de textos sagrados e palavras mal ditas no decorrer da nossa história” (ROCHA, 2008).

É importante esclarecer que a relação entre gênero e religião não se dá de forma muito harmoniosa. “Gênero e religião são ainda concepções sem uma relação precisa e necessitam ser buriladas” (ROCHA, 2008). Contudo essa relação sugere várias interfaces as quais gostaríamos de desvendar no texto “Maria, filha de Maria”.

A personagem Maria pode aparentemente ser classificada como mera espectadora da realidade, um sujeito que circula pela vida sem voz e sem vez, mas, por trás desse ser desprovido de poder, esconde-se um elemento denunciador do sistema opressivo que surge de vários pólos, sem distinção de cor nem sexo. Antes de partirmos para a análise do conto gostaríamos de apresentar algumas informações sobre a vida e as obras de Antônio Carlos Viana.

### **Maria: uma personagem transgressora?**

O elástico da instantíssima<sup>1</sup>  
a Antônio Carlos Viana

Ele, um menino  
que grave se ilumina  
nesta fenda acesa nos cinquenta  
anos do homem de ferro e texto

---

<sup>1</sup> Trecho do poema escrito por Ronaldson em homenagem a Antônio Carlos Viana.

Antônio Carlos Viana é daqueles contistas que não se intimidam diante das tempestades, mas se elas insistirem em derrubar árvores e sonhos ele certamente construirá verdadeiras fortalezas através de uma linguagem precisa, determinada e que tem o poder de examinar as feridas mais profundas. Sergipano nascido em Aracaju, Viana possui uma prosa requintada, habilidosa e destemida. A sua excelência discursiva deve-se ao fato, sobretudo, de ele conseguir atingir um alto nível de sofisticação com simplicidade e elegância formal. Esse mestre da narrativa curta cuida da sua obra como um ourives que lapida até encontrar a forma perfeita, que burila até atingir o brilho mais reluzente. A temática desenvolvida por ele é muitas vezes grotesca sem perder o equilíbrio.

A elaboração dos elementos internos do texto torna o escritor mais consciente daquilo que quer transmitir, apropriando-se passo a passo dos resultados que serão apresentados ao público leitor. Segundo Poe, “A maioria dos escritores prefere dar a entender que compõe numa espécie de furor positivo \_ um êxtase intuitivo \_ e detestaria deixar o público dar uma olhada atrás da cena, ver a complicada e vacilante crueza do pensamento” (POE, 2008, p.19). O contista Viana contraria esta possível norma quando assume a *via crucis* de construção de suas obras: “Tem um conto que eu fiquei procurando a frase não sei quantos meses, porque eu estava atrás da sonoridade da frase”. (VIANA, 2009 d, p.3). A originalidade é marca incontestável deste escritor sergipano que traz na transparência de seu discurso e na representatividade de seus personagens, pessoas quase sempre à margem do fluxo principal da vida, um motivo para tecer uma pontual temática que atinge como uma lança os espectadores de uma sociedade que não se apressa para descortinar as injustiças e preconceitos.

O texto *Maria, filha de Maria* da obra *Cine Privê* (VIANA, 2009a) narra a história de Maria, empregada doméstica que mora no mesmo lugar que trabalha. O quarto em que ela dorme é pequeno, com uma cama de casal; pena que o colchão cheira a xixi de gato. Na verdade, a dona da casa, dona Edite, além de ter muitos gatos em casa, ainda arrumou um cachorro, mas com um detalhe: não admite que a casa tenha qualquer vestígio desses animais. A vida social de Maria restringe-se a suas idas à igreja; nas horas vagas assiste à Rede Vida e à Canção Nova. Quando dona Edite sai, recebe o namorado Istênio em casa; ou melhor, no quarto de dona Edite. Istênio fica muito satisfeito porque lá tem espaço, ar condicionado e TV de 33 polegadas. Contado em terceira pessoa, este conto apresenta a trajetória da personagem Maria, mulher que liga a sua vida à história da virgem Maria. “Maria abraça a santa. Tem uma imagem quase do tamanho natural em seu quatinho. É 8 de dezembro e ela diz que, ao lado de Maria, nunca se sente no desamparo. Veste a roupa branca, põe a fita no pescoço e vai para

a Igreja.” (VIANA, 2009a, p.40). O objetivo dessa análise é verificar como as teias narrativas são elaboradas por Viana e de que forma a personagem central consegue subverter a condição de opressão a que é submetida.

Maria mostra-se confiante nas dádivas que poderão ser recebidas. O olhar crítico do narrador é impiedoso e sai atirando profundas críticas nas entrelinhas do texto: “Depois da missa, Maria volta para casa com a alma nas nuvens. Cantou tudo o que tem no peito para sua protetora. Só ela lhe dá a esperança de dias melhores ao lado de Istênio” (VIANA, 2009a, p.41). Esse teor de criticidade expressa nas palavras do narrador dá a medida do trato implacável de Viana com seus personagens. Um olhar menos atento poderia levar a entender a personagem Maria como uma pessoa que apenas repete palavras sem o mínimo de reflexão: “Quando o padre grita ‘Viva Maria!’, Maria pensa que ele está invocando o nome dela e grita bem alto e sorridente: ‘Viva!’”. A multidão toda grita e Maria sobe aos céus. É bonito ver seu nome gritado por aquela multidão de gente” (VIANA, 2009a, p.42). Porém, por trás dessa aparente atitude de ingenuidade esconde uma mulher que luta para driblar as armadilhas que são postas em seu caminho. Maria vai à igreja sempre com muita devoção, cuida da casa da patroa e sonha com um futuro melhor. São sonhos aparentemente simples que poderiam fazer parte do imaginário de muitas mulheres. Contudo, quando essas simples observações passam pelo rigor criativo de Viana, tudo pode acontecer e se transformar num discurso inconfundível: “Vem cá, minha santa”, Istênio fala. Maria não vai. Só se ele vestir a roupa. “Veja o meu estado, se vestir vou ficar no preju, vou furar as calças.” (VIANA, 2009a, p.43). Um universo de possibilidades vai sendo elaborado na ficção de Viana. Cada palavra proferida por ele é criteriosamente selecionada, burilada, para que possa ser absolvida sem entraves pelos personagens.

Maria não gosta da patroa e também não aceita o tratamento recebido. A maneira como a patroa a trata simboliza o descaso e o desrespeito ao ser humano. É um poder exagerado que não tem limites e se apropria de um discurso autoritário e massacrante. Não se percebe na personagem Edite nem uma marca de sensibilidade. O conjunto de citações a seguir ilustra esse quadro de insatisfações: “Maria, banheiro para mim tem que estar no ponto de passar a língua” (VIANA, 2009a, p.40). “Sim, senhora, dona Edite” (VIANA, 2009a, p.40). O discurso do opressor e do oprimido parece desenrolar sem nenhum entrave, mas o “sim” de Maria guarda um significado bem mais profundo. O campo simbólico é desafiador nesta narrativa. Geralmente a linguagem elaborada por Viana esconde verdades e intenções. O

narrador dissipa as nossas suspeitas: “No íntimo, Maria odeia a patroa” (VIANA, 2009a, p.40).

Outra situação que merece ser destacada é a maneira como Maria faz a leitura do espaço religioso. Lá, ela sente o sabor da liberdade. A igreja pode ser interpretada como lugar de refúgio e contentamento. “Na igreja, Maria é quem canta mais alto, tão alto que faz o padre se virar e ver de onde vem aquela voz que se perde nas alturas” (VIANA, 2009a, p.41). É importante também observar que é na igreja que os horizontes de possibilidades se abrem para Maria, inclusive as colegas de congregação sugerem isso, como se nota no fragmento seguinte: “As companheiras de congregação dizem que Maria podia ganhar dinheiro com a voz que tem, cantar num barzinho, gravar um cedê” (VIANA, 2009a, p.41). Com esse comentário passa-se a confirmar o universo da religião como a esperança de melhores dias, de uma vida mais valorizada e profícua. Os personagens que participam das narrativas de Antônio Carlos Viana estão envolvidos em situações simples, mas que reservam forte carga dramática. Viana costuma “dissecar a narrativa e deixar expostas todas as suas vísceras”, como ele mesmo faz questão de destacar no seu artigo *Como me tornei contista* (VIANA, 2009c, p.12).

A presença do namorado de Maria, na narrativa, brinca com os conceitos de sagrado e profano. Istênio representa o ponto ápice da reflexão da personagem Maria. Através de Istênio, a idéia de santidade é afastada da protagonista, conforme observa-se a seguir: “Tinha vontade de meter a mão pela abertura e puxar tudo pra fora, mas quem teme a tentação obedece a quem?” (VIANA, 2009a, p.45). Apesar do jeito malandro e ousado dele, Maria consegue se sentir feliz e esperançosa ao lado do namorado: “Maria não gosta de maus pensamentos nem de ouvir palavrão, mas na boca de Istênio até que fica bonito. Aliás, tudo fica bonito na boca de Istênio, até dente cariado” (VIANA, 2009a, p.40). Istênio, assim como a igreja, representa para Maria a possibilidade de galgar novos horizontes, de ter uma vida mais digna e feliz, mesmo que pelas entrelinhas do texto é possível antecipar que o namorado de Maria está igualmente se aproveitando dela, assim como a patroa. O narrador confessa as verdadeiras intenções de Istênio “Como sempre, ele prometeu casar antes da próxima festa de Nossa Senhora, e Maria acredita mais uma vez” (VIANA, 2009a, p.41).

Em Viana, cada texto lido, consegue reelaborar um novo convite para que possamos invadir o universo de uma escrita desafiadora. Esse contista, de poucas, mas agudas palavras, “desidrata o texto e deixa que a imaginação alce vôo sem nenhuma censura”. Esse fato que acabamos de pontuar é reafirmado pelo próprio autor, conforme podemos constatar: “A questão do feio, do

pornográfico, está na cabeça de quem lê e de quem escreve. Se uma personagem exige determinado tratamento, não há porque eu bloquear isso. Se o fizer vou bloquear a própria construção do personagem” (VIANA, 2009b).

Nesse conto, a personagem Maria, representação da classe submissa e oprimida, vê a religião como salvação não só da alma, como também, da própria vida. A elaboração dessa personagem nos dá várias pistas de como a narrativa precisa ser conduzida. É apreciável a maneira como Viana brinca com o poder da palavra e apresenta-nos uma personagem que ultrapassa as expectativas do leitor. Ela sai, sem dúvida alguma, da mera condição subserviente e ocupa a posição de dona de outros destinos. As últimas palavras do narrador misturam o sagrado ao profano com um forte teor dramático “Tão bom que as pessoas tivessem o coração exposto, igual ao de Maria. Para acertar, bastava um tiro só, como diz Istênio” (VIANA, 2009a, p.45).

### **Considerações Finais**

Esse artigo buscou iniciar uma tripla discussão entre estudos de gênero, religião e literatura. Vimos, nos entremeios do texto, que a religião pode ser tomada, em alguns casos, como uma forma de libertação e que a discussão de gênero, com algumas revisões e atualizações, representa um debate significativo para o contexto social do qual essa produção artística se origina e toma formatos peculiares.

A partir da investigação que realizamos no conto “Maria, filha de Maria” foi possível reunir alguns dos traços contundentes de denúncia social enlaçados nas tramas elaboradas por Antônio Carlos Viana que construiu, no ambiente dessa narrativa, um espaço fértil para os debates que potencializam as discussões sobre as relações de gênero. A personagem protagonista, ainda que trilhe pela esfera ficcional, é uma representação legítima para desnudar os mandos e desmandos que fazem parte da realidade de muitas pessoas que se vêem anuladas de seus projetos de vida. Maria, amparada pelo jogo paródico presente no texto, desconstrói a idéia de submissão tradicionalmente atribuída à mulher.

Procuramos também divulgar a obra do contista sergipano Antônio Carlos Viana e confirmamos que é mais do que possível, é indispensável que todas as Instituições que discutem literatura brasileira tenham acesso ao trabalho meticuloso do contista sergipano Antônio Carlos Viana.

Por fim, gostaríamos de reafirmar que entendemos a história e sociologia como itens imprescindíveis para a análise de textos literários e que esse fato não anula o lugar específico de cada uma das disciplinas nessa arquitetura dinâmica elaborada entre arte e vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo, São Paulo: Ática, 1997.
- DUROZOI, G. & ROUSSEL, A. *Dicionário de filosofia*. Campinas: Papirus, 1996.
- FACINA, Adriana. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004 (Coleção Passo a Passo 48).
- LIMA, Luís Costa. História e Literatura: Três Momentos de uma relação. In: *Terra Ignota: A construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 213-237.
- LOURO, Guacira Lopes. “Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas”. *Pro-Posições*, v.19, n.2(56) – maio/ago. 2008
- MAESTRI, Mário. “História e Romance Histórico: fronteiras”. In: *Novos Rumos*. Ano 17, nº 36, 2002, p.38-44.
- ROCHA, Mônica José Pereira. “Gênero e religião sob a ótica da redescrição”. *Rev. Abordagem Gestalt*, jun. 2008, vol. 14, nº 1, p. 102-108. ISSN 180-68679.
- SOUSA, José Ronaldson. *Questão de Íris*. Aracaju: Tribunal de Justiça, 1997.
- VIANA, Antônio Carlos. *Cine Privê*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009a.
- \_\_\_\_\_. “No paiol literário”. In: *Rascunho*. Disponível em: <http://rascunho.rpc.com.br>. Acesso em 08 de abril de 2009b.
- \_\_\_\_\_. “Como me tornei contista”. In: *Interdisciplinar*. Ano IV, V.8, jan-jun de 2009c \_ ISSN 1980 \_ 8879; p.11\_13
- \_\_\_\_\_. “Sinto dor quando estou escrevendo”. In: *Jornal Cinform*, Aracaju, 15 a 21 de junho de 2009d \_ Ano XXV \_ Edição nº 1366, p.3.
- WALIA, Shelley. *Edward Said y la historiografía*. Barcelona: GEDISA Editorial, 2004.

Artigo recebido em julho de 2010 e aprovado em setembro de 2010.

# RESENHAS

## EUCLIDES DA CUNHA E A BAHIA<sup>1</sup>

*Thiago Fragata*

Especialista em História Cultural pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)

Diretor do Museu Histórico de Sergipe (MHS)

E-mail: [thiagofragata@gmail.com](mailto:thiagofragata@gmail.com)

Depois do sucesso de **Lampião na Bahia** (1989), hoje na 7ª edição, e d'**O treme-terra: Moreira Cesar, a República e Canudos** (1996), dentre outros títulos, Oleone Coelho Fontes lançou **Euclides da Cunha e a Bahia**: ensaio biobibliográfico, no fim do ano passado. Romancista e pesquisador dos grandes temas nordestinos, o autor surpreende pelas idéias que enfeixam a nova obra, ora resenhada. Com prefácio assinado pelo médico Lamartine Lima, seu conteúdo é dividido em duas partes: uma que relaciona personalidades da (na) Bahia a Euclides da Cunha na sua estada na Bahia (agosto a setembro de 1897), como jornalista-correspondente do jornal **O Estado de São Paulo**. Outra parte rememora a presença do escritor em Canudos e esmiúça **Os Sertões**, sua obra-prima.

Seguindo o itinerário do escritor em Salvador, Oleone Coelho reconstitui seus passos e contatos nos 70 dias (7/8 a 16/10/1897) que esteve hospedado no chalé, situado à rua das mangueiras, propriedade do tio José Rodrigues Pimenta da Cunha. Alguns contemporâneos, como Luiz Viana, governador da Bahia; o médico Henrique Albertazzi, o poeta Pethion de Villar, general Solon Ribeiro, Francisco Mangabeira, o engenheiro Teodoro Sampaio, João Pondé, a feminista Francisca Prager Fróes, o engenheiro Siqueira de Menezes, o médico Nina Rodrigues, Barão de Jeremoabo, Ludgero Prestes, o jurista Rui Barbosa; outros, extemporâneos como o poeta Castro Alves, o jornalista Odorico Tavares, o professor José Calasans e Ataliba Nogueira, figuram na primeira parte da obra.

Nesse conjunto de entrevistas mediadas e/ou articuladas pelo autor, ressalto três casos. Primeiro, o atrito envolvendo o Governador Luis Viana e o sogro de Euclides, o comandante Frederico Sólton Sampaio Ribeiro. O caso resultou no afastamento do militar que foi servir em Belém do Pará e demonstra a influência da política local na Guerra de Canudos, tema que Euclides da Cunha omitiu na sua obra-prima, por conveniência. Segundo, a polêmica em

---

<sup>1</sup> FONTES, Oleone Coelho. *Euclides da Cunha e a Bahia*. Salvador: Ponto & Vírgula, 2009. 391p.

torno da omissão de Rui Barbosa no tocante ao massacre de Canudos e sua inveja de Euclides da Cunha. Inveja e despeito, reputa Oleone Coelho, explicam a abstenção do tribuno na votação que assegurou vaga na Academia Brasileira de Letras, em 1903, bem como sua ausência na recepção ao escritor. Terceiro, a biografia de Francisca Prager Fróes, médica baiana a quem Euclides dedicou um soneto onde descreve a paisagem dantesca testemunhada em Canudos.

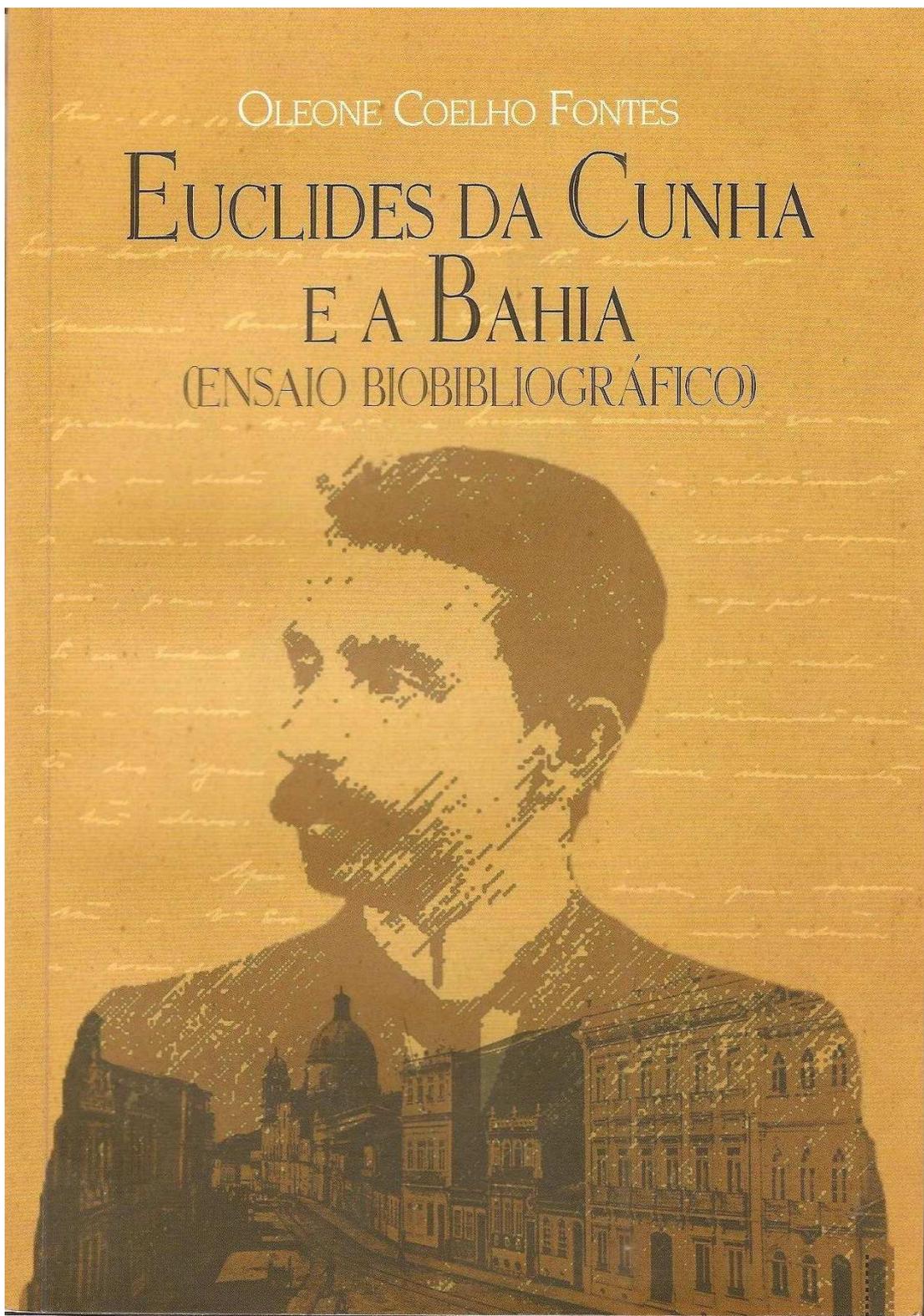
Estribado em autores exponenciais do tema Canudos, Oleone Coelho corrige José Calasans, Óseas Araújo, Sylvio Rabelo, Antônio Nonato Marques, Roberto Ventura e Alfredo Silva. Ninguém é mais avaliado, impiedosamente avaliado, que o próprio Euclides da Cunha. Para Coelho, ele “padeceu de um desconcertante defeito: a ingratidão” (p. 97). E lista nome de amigos injustiçados que cederam livros, opinaram e contribuíram, decisivamente, no texto de **Os Sertões**, a exemplo de Francisco Escobar e Teodoro Sampaio. Ressuscita a polêmica frase de José Calasans de que a obra euclidiana “*era obra de uma equipe*” (p. 108). Por último, corrige mais um equívoco de Euclides, Canudos não resistiu até o esgotamento total pois famílias fugiram antes da última barricada. Define a comunidade de Belo Monte, guiada pelo Conselheiro, de milenarista, messiânica e solidária; não, socialista como vislumbrou Edmundo Muniz ou apocalíptica como defendeu Thomas Beebee.

O livro é fruto de uma pesquisa demorada, calcada em fontes, sério, no entanto alguns excessos estimulam o riso. Subcapítulo bairrista justifica que Euclides da Cunha é baiano porque seu pai nasceu na Bahia; mais, que **Os Sertões** é uma obra-prima baiana por tratar de um conflito ocorrido na região (!?). Sem esse disparate o livro ganharia muito em qualidade.

Resumindo, Oleone Coelho consegue num bom texto relacionar Euclides da Cunha e a Bahia, extrapolando a questão geográfica de forma criativa. E se existe um frenesi de um lado, revela-se um euclidianista comedido de outro, pois apesar de conhecer o escritor não florea suas fraquezas e revisa pontos críticos da sua maior obra.

OLEONE COELHO FONTES

EUCLIDES DA CUNHA  
E A BAHIA  
(ENSAIO BIOBIBLIOGRÁFICO)



Resenha recebida em junho de 2010 e aprovado em setembro de 2010.

## LAMPIÃO NA MEMÓRIA COLETIVA DE PAULO AFONSO - BA<sup>1</sup>

*Aaron Sena Cerqueira Reis*

Licenciado em História pela UFS

Membro do Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste

[aaron\\_sena@hotmail.com](mailto:aaron_sena@hotmail.com)

Diferente das abordagens históricas que visam reconstituir a trajetória de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, bem como o movimento de resistência sertaneja das primeiras décadas do século XX conhecido como cangaço, o professor da Universidade Federal do Tocantins, Marcos Edilson de Araújo Clemente, propõe analisar a forma como a temática tem sido apropriada pela Associação Folclórica e Comunitária Cangaceiros de Paulo Afonso (Bahia). *Lampião acesos: o cangaço na memória coletiva* é também “consequência direta” das lembranças do próprio autor que, em sua infância assistia às apresentações desta agremiação.

Antes, contudo, Clemente busca entender o modo como outras cidades nordestinas se apropriaram deste legado histórico-cultural. Os lugares escolhidos refletem os caminhos trilhados pelo “rei do cangaço”, a citar, Serra Talhada e Triunfo, PE; Mossoró, RN; Poço Redondo, SE e Piranhas, AL. Assim como foram diferentes as circunstâncias da passagem de Lampião em cada uma dessas regiões, também são os modos de apropriação das memórias que resistem, sobretudo nas últimas décadas, através de instituições conhecidas por “museus do cangaço”. Sendo Lampião exaltado ou mesmo condenado, a exemplo da memória construída em Mossoró, importa é que, de qualquer forma, sua representação e a do cangaço são recorrentes na promoção das identidades destes lugares de memória.

Além dos museus, Clemente lembra outros mecanismos de apropriação que contribuíram para eternizar a memória do cangaço, logo após a morte de Lampião em 1938, a exemplo da literatura, do cinema, das artes, dos folhetos de cordel e da tradição oral, estes últimos constantemente utilizados na pesquisa em análise. É justamente com este caráter, que o autor vislumbrará o papel dos “cangaceiros de Lampião”, como também é conhecido o grupo de Paulo Afonso, que, de acordo com o trabalho, pode ser considerada a primeira “forma de representação coletiva do cangaço” (p.69). Ao perscrutar sua trajetória, podem-se delimitar

---

<sup>1</sup> CLEMENTE, Marcos Edilson de Araújo. *Lampião acesos: o cangaço na memória coletiva*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2009.

períodos distintos, marcado pelo processo de institucionalização dos “cangaceiros” na década de 1980.

Originado em 1956, a evolução do grupo relaciona-se com a história da cidade de Paulo Afonso que, antes da implantação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) no final dos anos 1940, era uma vila do município de Nossa Senhora da Glória. Somente na década seguinte, após a empresa receber grande quantidade de operários sertanejos, abrigando em suas dependências verdadeiros bairros populacionais, é que Paulo Afonso recebe sua emancipação política, em 1958.

Contudo, a segregação entre os funcionários da CHESF era enorme. Os antigos trabalhadores rurais viviam em condições precárias de moradia, ao passo que os setores especializados, constituído principalmente por engenheiros, dispunham de boas residências, serviços básicos e até mesmo lazer, com clubes de diversão, cujo acesso era proibido aos operários. Diante disso, os sertanejos encontraram em seus festejos carnavalescos uma nova alternativa para o lazer. Após uma breve narração sobre o desenvolvimento da cidade dos “cangaceiros”, Clemente analisa as apropriações feitas pelo grupo.

Inicialmente, o autor não encontra uma explicação contundente para que as apresentações públicas dos “cangaceiros” ocorressem durante o período carnavalesco, já que poderiam se remeter mais facilmente à tradição junina. Ao que parece, a encenação contrapunha as práticas da elite que desfilava em blocos pelas ruas, brincadeira desconhecida pelos fundadores da agremiação na década de 1950.

Constituindo-se num espaço de sociabilidade, as reuniões entre os “cangaceiros” de Paulo Afonso ocorriam com, pelo menos, dois meses de antecedência aos festejos. Naquele momento, trocavam experiências acerca do que sabiam ou tinham ouvido falar sobre Lampião e outros cangaceiros. Dentre os pré-requisitos para participar dos subgrupos de “cangaceiros”, “volantes” ou “coiteiros” estava a conduta moral do membro, bem como a necessidade de autorização policial para utilização das armas confeccionadas.

Sem dúvida, um dos aspectos que caracteriza a apropriação do cangaço feita pelos idealizadores fora constituído através de sucessivas imbricações que consideram tanto a oralidade, quanto à escrita, além do imaginário dos mundos rural e urbano, decorrência da migração dos campos para o trabalho na CHESF. Em virtude disso, é comum que fatos narrados em folhetos de cordel ganhem veracidade, contradizendo até mesmo a historiografia, como, por exemplo, a crença de que Lampião não morreu em Angico. Atrelado ao fato de que

a maior parte dos operários sertanejos era analfabeta, tudo aquilo que era ouvido, inclusive dos narradores de literatura popular, adentrava no imaginário dos “cangaceiros” de Paulo Afonso.

Portanto, na interpretação do grupo, a “volante” era sinônimo de violência, enquanto que os “cangaceiros”, portadores da justiça. Nas encenações, enquanto a primeira equipe se portava com seriedade, sempre à caça da outra, os “cangaceiros” brincavam e dançavam com o público que fazia questão de recebê-los em suas casas. A trama se condensa no desfecho, com a morte de Lampião. Dentre os protagonistas da brincadeira, está o “coiteiro”, caracterizado como “traidor”; “Lampião”, originalmente interpretado por um dos fundadores, Guilherme Luiz dos Santos; “Maria Bonita”, inicialmente interpretada por homens, já que não havia a participação feminina; e, “Zabelê”, o sanfoneiro de “Lampião”, originalmente interpretado por Nelson Ferreira da Silva.

Em 1988, com a legalização da associação, mudanças implementadas pelo seu estatuto geraram polêmica e discussão entre os membros. Segundo o costume, Guilherme dos Santos possuía a palavra final nas decisões que agora caberiam a uma diretoria executiva. Com isto, ressalta o autor, perdem-se o conjunto das experiências dos mais velhos (p.147). Outra novidade fora a ampliação dos locais de apresentação do festejo, exibidos em outras cidades e Estados. Mudou-se ainda o calendário, ocorrendo a encenação também no período junino. As transformações, percebe Clemente, visam atender as necessidades do turismo. Para ele, “ainda que continuem existindo, tais festas passaram ao campo do residual”, perdendo “parte considerável do seu significado primitivo” (p.150).

Finalmente, o autor explica o processo de aquisição da memória do grupo de Paulo Afonso a partir do conceito proposto por Maurice Halbwachs, ou seja, “a memória individual transforma-se na memória coletiva, inclusive pela forma como define a identidade do grupo” (p.156). De modo geral, o cangaço é visto como movimento politizador, capaz de representar bandeira de lutas contemporâneas. Além disso, a figura de Lampião é associada ao fenômeno como um todo, evitando-se o debate sobre o seu caráter, preferindo-se ressaltar que sua imagem não expressa herói ou vilão, mas sim, história.

O trabalho de Marcos Clemente é notório, na medida em que consegue resgatar parte da memória que vem sendo transformada, balizando momentos distintos da apropriação de uma cultura, dando voz àqueles que aos poucos cedem seu espaço para novas gerações. A escrita envolvente do autor nos faz querer acompanhar todo o processo de construção da memória

dos “cangaceiros” de Paulo Afonso, inclusive nos brindando com os “causos populares” que abordam a vida sertaneja e se fazem presentes nos discursos de seus entrevistados. Sua curiosidade de infância denota a persistência que, muitas vezes falta aos historiadores mais experientes, ou seja, a superação de obstáculos na busca de fontes indispensáveis para a construção de seu trabalho.

Resenha recebida em julho de 2010 e aprovado em setembro de 2010.

## PRATICANDO O MICROCRÉDITO NO NORDESTE DO BRASIL<sup>1</sup>

*Martin Hadsell do Nascimento*

Graduado em Economia e Estudos Latino-Americanos pela American University

O livro *Microcrédito: O Mistério Nordestino e o Grameen Brasileiro* fornece a melhor visão da indústria microcrédíticia brasileira e de seu futuro do que a maioria do que foi escrito sobre o assunto. De forma interessante, a análise não discute o microcrédito brasileiro de uma perspectiva global, mas enfocando desde o ponto de vista quase exclusivamente institucional e sobre uma instituição em particular: o CrediAMIGO do Banco do Nordeste.

O livro demarca claramente os desafios enfrentados pelos praticantes de microcrédito no Brasil, dando ênfase particular à diversidade demográfica da maioria dos clientes potenciais e à informalidade dos seus negócios. Porém, também propõe soluções a esses problemas oferecendo uma visão duma indústria microcreditícia baseada numa forte presença estatal. E, no pano de fundo, é bem perceptível a mão de Marcelo Neri. Organizador e autor principal do livro, ele é seguramente um dos economistas mais importantes do Brasil. Formado em Economia e com mestrado pela PUC do Rio de Janeiro e doutorado pela Princeton University nos Estados Unidos, suas áreas de trabalho principais são o bem-estar social, o trabalho, e a micro-econometria.

Discutindo a oferta de crédito no país, Neri afirma que o brasileiro tende ter menos acesso a crédito (especialmente crédito para negócios) e crédito de menor qualidade do que os residentes de outros países no mesmo nível de desenvolvimento. Por essa razão, quando empréstimos são desembolsados, as taxas de juros são extremamente altas. Contudo, o Nordeste do Brasil tem passado por uma experiência que o diferencia do resto do país: o crescimento creditício urbano do Nordeste tem superado o resto do país durante os últimos anos. Chamando isso o ‘Mistério Nordestino’, Neri oferece um principal “culpado”: o programa de microcrédito CrediAMIGO.

O microcrédito, prática desenvolvida nas “últimas décadas [que] presenciaram o advento de tecnologias que possibilitaram o acesso a crédito a milhões de indivíduos excluídos do setor financeiro tradicional”, é composto de vários fatores distintos que são recapitulados no

---

<sup>1</sup> NERI, Marcelo (Org.) *Microcrédito: O Mistério Nordestino e o Grameen Brasileiro*. Rio de Janeiro: EDITORA FGV, 2008.

primeiro capítulo do livro mencionado. Em pouco espaço, são tocados muitos assuntos criticamente associados ao microcrédito. Desses, entre os primeiros pontos abordados, é notável a discussão sobre as assimetrias de informação baseada na literatura originalmente explorada por Stiglitz e Weiss no começo da década 1980. A análise do livro é baseada em várias pesquisas nacionais - PNAD, POF, ECINF e PME, bem como em dados do Banco Central, do Ministério de Trabalho e do Banco do Nordeste— razão pela qual o leitor também recebe uma recapitulação de como são formuladas essas pesquisas antes de proceder a análise do retrato dos nanoempreendedores e do programa CrediAMIGO.

De importância ainda maior, os autores aplicam uma pesquisa de diferença-em-diferença aos dados dos lucros dos clientes do CrediAMIGO comparando-os com os nanoempreendedores identificados pela PME. Os resultados buscam mostrar que ser cliente do CrediAMIGO causa uma melhoria nos lucros médios dos empreendedores de R\$ 1.683 para R\$ 1.737 (3%) durante 16 meses entre 2005 e 2006, enquanto os não-clientes verão seus lucros médios cair de R\$ 860 para R\$ 847 (1,5%).

Marcelo Neri, autor único do capítulo nono do livro, faz uso dele como espaço no qual explora uma ideia: por que não combinar os programas de transferência de renda atuais com programas de microcrédito para criar políticas públicas de características tanto compensatórias como estruturais, políticas tanto efetivas no curto como no longo prazo? Propõe fazer isso deixando os beneficiários do programas de transferência de renda escolher as datas de desembolso das bolsas e, assim, as quantidades (com limitações). Segundo Neri, isso simplificaria a transformação do dinheiro recebido das bolsas em garantia que poderia ser utilizada na aquisição de crédito.

Não é possível negar a importância desse livro para o estudioso e o pesquisador brasileiro do desenvolvimento econômico. Porém, é verdade que a technicalidade de muitas das pesquisas econométricas aplicadas pelos autores e a maneira pela qual os dados são mostrados podem ser às vezes confusas, especialmente para os não economistas. Mesmo se alguns leitores conseguissem entender uma parte do livro sem entender outras, a compreensão parcial poderia ser perigosa quando os assuntos discutidos são estatísticas. Por exemplo, muitos leitores poderiam ter entendido os resultados das melhoras de lucro dos clientes do CrediAMIGO como prova irrefutável do sucesso do programa no aumento de renda quando, na realidade, sem uma comparação de diferença-em-diferença, os efeitos do programa não poderiam ser isolados e assim corretamente medidos. (Mesmo esse tipo de análise tem sido o alvo de crítica

na literatura de desenvolvimento econômico recentemente. A esse respeito, ver Meyer em *What's Wrong With Microfinance*.

Alguns dos capítulos do livro começam com citações de pessoas famosas falando do microcrédito. Uma das pessoas citadas é Kofi Annan, ex-Secretário Geral das Nações Unidas, segundo o qual “as micro-finanças reconhecem que os pobres são um reservatório extraordinário de energia e de conhecimento”. Isso certamente foi uma das coisas que Muhammad Yunus descobriu quando criou o Banco Grameen que serviu como padrão na criação do programa CrediAMIGO. Os dois programas de microcrédito compartilham tecnologias e incentivos dinâmicos similares, bem como um foco nas mulheres e um rendimento do crédito orientado e acompanhado.

Nacional e internacionalmente, o Banco Grameen serviu como instituição elaboradora de padrões no microcrédito. Particularmente, Muhammad Yunus trabalhou para pedir que governos retirassem leis limitando as taxas de juros que podiam ser cobradas por instituições de microcrédito e tentou atrair financiamento privado para indústrias microfinanceiras do mundo. Muhammad Yunus também trabalhou na ajuda de outras ONGs internacionais para criar um sistema internacional através do qual praticantes de microcrédito possam compartilhar seus conhecimentos.

Apesar de esse sistema incluir algumas instituições de microcrédito brasileiras (como o CrediAMIGO), o Brasil ainda não tem espaços próprios nos quais os praticantes de microcrédito possam discutir assuntos nacionais nem associações que combinem os interesses das várias instituições de microcrédito no Brasil e as representem junto ao governo na formação de políticas. Assim, além de seguir promovendo o desenvolvimento econômico no Nordeste do Brasil, seria benéfico se CrediAMIGO e Marcelo Neri também trabalhassem para ajudar nesse trabalho importante.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DE AGHION, Beatriz Armendariz and Jonathan MORDUCH. *The Economics of Microfinance*. Cambridge: MIT Press, 2005.
- MEYER, Richard M. *Measuring the Impact of Microfinance*. In: DICHTER, Thomas e HARPER, Malcolm Harper (Eds.). *What's Wrong With Microfinance?* Warwickshire: Practical Action Publishing, 2007.
- NERI, Marcelo (Org.) *Microcrédito: O Mistério Nordeste e o Grameen Brasileiro*. Rio de Janeiro: EDITORA FGV, 2008.

Resenha recebida em junho de 2010 e aprovado em setembro de 2010.